

# Relatório 2013



## Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça - 2012/2013

### Corregedoria-Geral







MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL

# **ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA – 2012/2013**

BELÉM 2013

Coordenação:  
Dr. Adélio Mendes dos Santos  
Procurador de Justiça  
Corregedor-Geral

Colaboração:  
Adriana Moraes Ferreira  
Marco Antonio Marques  
Marilze Ribeiro Bitar  
Rose Mary Epifânio de Carvalho

Pará. Ministério Público.

Relatório 2013 - Plano de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, biênio 2012/2013, Reuniões de Acompanhamento nas Regiões Administrativas: Belém II, Nordeste I, Nordeste II, Tocantins e Marajó, Sudeste I, Sudeste II, Sudoeste I, Sudoeste II e Baixo Amazonas. Belém, Ministério Público do Estado do Pará, 2013.

Coordenação: Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Procurador de Justiça, Dr. Adélio Mendes dos Santos.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES  
Procurador-Geral de Justiça

JORGE DE MENDONÇA ROCHA  
Subprocurador-Geral, área Jurídico-Institucional  
Procurador de Justiça

MIGUEL RIBEIRO BAÍA  
Subprocurador-Geral, área Técnico-Administrativa  
Procurador de Justiça

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS  
Corregedor-Geral de Justiça

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR  
1º Subcorregedor-Geral

ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO  
2º Subcorregedor-Geral

LUIZ MARCIO TEIXEIRA CYPRIANO  
Promotor de Justiça/ Assessor da Corregedoria-Geral

MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS CORRÊA  
Promotora de Justiça/ Assessora da Corregedoria-Geral

*JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS*  
*Ouvidor-Geral*

#### GRUPO DE APOIO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Paulo Ricardo de Souza Bezerra  
Promotor de Justiça

Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos  
Promotora de Justiça

Márcia Bethania Vinagre Sales  
Márcio Saraiva Kaliffe  
Marco Antonio Marques da Silva  
Margarida Maria Santana de Oliveira  
Maria da Glória Vicente Nascimento Araújo  
Marilze Ribeiro Bitar  
Marly Dantas Nery  
Renata Cristina de Matos Martins  
Rose Mary Epifânio de Carvalho  
Sandra Lúcia Serra Rodrigues  
Thyago da Costa Feio



<b>APRESENTAÇÃO - A INSTITUIÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>PLANO DE ATUAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA – TOCANTINS E MARAJÓ</b>	
ABAETETUBA (SEDE DO PÓLO)	15
ABERTURA DA REUNIÃO/ EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO	17
ENCAMINHAMENTOS	27
AVALIAÇÃO DA REUNIÃO – GRÁFICO DEMONSTRATIVO	29
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA – NORDESTE II</b>	
CAPANEMA (SEDE DO PÓLO)	23
ABERTURA DA REUNIÃO/ EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO	25
ENCAMINHAMENTOS	45
AVALIAÇÃO DA REUNIÃO – GRÁFICO DEMONSTRATIVO	47
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA – SUDESTE I</b>	
MARABÁ (SEDE DO PÓLO)	51
ABERTURA DA REUNIÃO/ EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO	53
ENCAMINHAMENTOS	64
AVALIAÇÃO DA REUNIÃO – GRÁFICO DEMONSTRATIVO	66
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA – BELÉM II</b>	
ANANINDEUA (SEDE DO PÓLO)	70
ABERTURA DA REUNIÃO/ EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO	72
ENCAMINHAMENTOS	79
AVALIAÇÃO DA REUNIÃO – GRÁFICO DEMONSTRATIVO	81
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA – NORDESTE I</b>	
CASTANHAL (SEDE DO PÓLO)	85
ABERTURA DA REUNIÃO/ EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO	87
ENCAMINHAMENTOS	101
AVALIAÇÃO DA REUNIÃO – GRÁFICO DEMONSTRATIVO	103
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA – SUDOESTE II</b>	
ITAITUBA (SEDE DO PÓLO)	107
ABERTURA DA REUNIÃO/ EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO	109
ENCAMINHAMENTOS	112
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA – BAIXO AMAZONAS</b>	
SANTARÉM (SEDE DO PÓLO)	116
ABERTURA DA REUNIÃO	118
ENCAMINHAMENTOS	120
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA – SUDOESTE I</b>	
ALTAMIRA (SEDE DO PÓLO)	125
ABERTURA DA REUNIÃO/ EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO	127
ENCAMINHAMENTOS	135
AVALIAÇÃO DA REUNIÃO – GRÁFICO DEMONSTRATIVO	137
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA – SUDESTE II</b>	
REDENÇÃO (SEDE DO PÓLO)	141
ABERTURA DA REUNIÃO/ EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO	143
ENCAMINHAMENTOS	155
AVALIAÇÃO DA REUNIÃO – GRÁFICO DEMONSTRATIVO	157
<b>ACOMPANHAMENTO FINAL</b>	<b>158</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>170</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>174</b>



O Ministério Público do Estado do Pará, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. O Ministério Público tem buscado fortalecimento no processo de redemocratização social com o aprimoramento de sua estrutura organizacional e administrativa, almejando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados a sociedade do estado do Pará. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior e Corregedoria-Geral), Órgãos de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e Órgãos de Execução (Procurador-Geral, Conselho Superior, Procuradores e Promotores de Justiça). Como integrante da Administração Superior, a Corregedoria-Geral é o Órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público do Pará e dentre suas atribuições, consta o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e respectivas Coordenadorias, em seus planos ou programas de atuação.



O Ministério Público do Pará constitui, como instrumento de planejamento estratégico e operacional, o Plano Geral de Atuação (PGA), que tem como objetivo o melhor alcance do cumprimento de sua missão constitucional. O PGA, em termos de planejamento institucional, abrange as ações a serem executadas nas Procuradorias e Promotorias de Justiça, definindo os objetivos que devem nortear a atuação do Ministério Público, com fito no êxito de missão junto à sociedade. Como um dos instrumentos norteadores do PGA está o Plano de Atuação, que tem como aspecto relevante, o trabalho voltado para a realidade de acordo com as regiões administrativas que constituem o estado do Pará, mediante a consecução das metas prioritárias do Ministério Público em suas diversas áreas de atuação. Os Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça serão elaborados observando os ditames do art. 44, inciso IV, e do art. 70, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006<sup>1</sup>, e as Resoluções específicas do Colégio de Procuradores de Justiça que dispõem sobre a estrutura das Procuradorias e Promotorias de Justiça e as atribuições dos cargos que as integram. Quanto ao acompanhamento da execução das metas previstas pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça nos respectivos Planos de Atuação, de acordo com o art. 37, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006<sup>2</sup>, compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público, a atribuição e responsabilidade pela coordenação do processo, inclusive com o agendamento de reuniões de acompanhamento com as Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Pará.

---

<sup>1</sup> Art. 44. Os integrantes de cada Procuradoria de Justiça realizarão, sob a presidência de seu Coordenador, reuniões trimestrais, ou sempre que necessário, para tratar de assunto de seu peculiar interesse, especialmente para:

IV – aprovar os programas ou planos de atuação da respectiva Procuradoria de Justiça e outras propostas para inclusão nos instrumentos do planejamento estratégico e operacional do Ministério Público previstos nesta lei complementar, encaminhando-os ao Procurador-Geral de Justiça;

Art. 70. Os órgãos de administração e de execução do Ministério Público levarão obrigatoriamente em conta as diretrizes e os objetivos institucionais estabelecidos nos seus instrumentos de planejamento estratégico e operacional, destinados a viabilizar a interação das atividades e a consecução das metas prioritárias da instituição nas suas diversas áreas de atuação.

<sup>2</sup> Art. 37. São atribuições do Corregedor-Geral do Ministério Público, dentre outras:

IV – acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e respectivas Coordenadorias, em seus planos ou programas de atuação;



**Região Administrativa**

**TOCANTINS E MARAJÓ**

**Sede do Pólo - Abaetetuba**



Reunião de Acompanhamentos dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Tocantins e Marajó – 1º, 2º e 3º quadrimestres, realizada em 27 de maio de 2013, em Belém-PA.



**Ministério Público do Pará  
Corregedoria-Geral  
Plano de Atuação  
2013**





Fonte: <http://pedroitb.blogspot.com.br/2013/03/abaetetubapa-deputado-hilton->

**Abaetetuba** é atualmente a sede do Pólo da Região Administrativa Tocantins e Marajó que abrange os seguintes municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Baião, Barcarena, Breves, Cachoeira do Ararí, Cametá, Chaves, Curalinho, Gurupá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Melgaço, Mocajuba, Moju, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Ararí, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Tailândia. A cidade situa-se cerca de 103 (cento e três) quilômetros da capital Belém, tendo como municípios limítrofes: Barcarena, Moju, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Muaná. É rica em recursos hídricos, sendo rodeada e cortada pelos rios, Pará, Abaeté, Jarumã, Arapiranga de Beja,

Arienga, Itanambuca e Itacuruça. Tem seu comércio aquecido a partir de agosto, em virtude da fabricação dos famosos brinquedos de miriti, tradicionais nos festejos do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Segundo o Censo Demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, o município de Abaetetuba possui uma população de 141.100 habitantes, ocupando uma área geográfica de 1.610,6 Km<sup>2</sup> e uma Taxa Geométrica de Incremento Anual de 1,71%. Seu IDH Médio é de 0,628 (PNUD/2010), apresenta um PIB total de R\$ 534.335,00 e um PIB per capita de R\$ 3.788,16 (IBGE/IDESP-2010).



## 1 – ABERTURA DA REUNIÃO

Dr. Adélio Mendes dos Santos, Corregedor Geral do Ministério Público, iniciou a reunião com os membros das seguintes Promotorias de Justiça: Abaetetuba; Barcarena; Afuá; Bagre; Breves; Chaves; Portel; Igarapé-Miri; Moju; Melgaço e São Sebastião da Boa Vista. Em seguida, são convidados para integrar a mesa, o Ouvidor Geral do Ministério Público, Dr. José Maria Gomes, a coordenadora do Plano Geral de Atuação, Dra. Socorro Gomes dos Santos, e a coordenadora da Região Administrativa do Tocantins e Marajó, Dra. Viviane Lobato Sobral Franco.

Dentre os principais aspectos abordados na abertura da reunião, destacam-se as considerações dos Promotores de Justiça Assessores da Corregedoria Geral, Dr. Luiz Márcio Teixeira Cypriano, e Dra. Maria de Nazaré dos Santos Corrêa. O primeiro teceu considerações no sentido de enfatizar que reconhece as dificuldades de cada Promotoria de Justiça, destacando a necessidade de se engrandecer o papel dos profissionais atuantes no interior. Já a Dra. Maria de Nazaré Corrêa, ressaltou que a Corregedoria Geral encontra-se a disposição de todos aqueles que enfrentam essas dificuldades e que desejem pleitear a melhoria na qualidade dos serviços.

Além disso, destacam-se ainda as considerações da Promotora de Justiça, Dra. Viviane Franco, coordenadora da referida região em questão, a qual salientou que o Pólo Tocantins e Marajó é muito extenso geograficamente, opinando pela necessidade de divisão desse Pólo, devido às peculiaridades e dificuldades de contato e acesso entre as Promotorias de Justiça. Todos os participantes fortaleceram os argumentos da mencionada coordenadora, indicando também as dificuldades existentes devido aos desafios quanto a forma de acesso às Promotorias, em virtude da distância entre as comarcas. Assim, Dr. Adélio Mendes enfatizou a necessidade de elaboração de documento que solicita a alteração dos Pólos e ressaltou também, que as dificuldades são agravadas devido ao escasso número de Promotores de Justiça, indicando que esse quantitativo não é suficiente para atender as demandas da sociedade, principalmente as concernentes ao interior do Estado. Reconheceu que devido à distância e ao acúmulo de cargos pelos Promotores de Justiça, é muito difícil a realização de cobranças quanto a atuação desses profissionais. Portanto, o Corregedor destacou a iminente necessidade de realização de Concurso Público para Promotor de Justiça, como forma de amenizar os problemas enfrentados no interior, afirmando que o certame já está em fase de elaboração e que disponibilizará cerca de 80 (oitenta) vagas para ingresso na carreira, com o fim principal de atender às carências das Promotorias de Justiça do interior.

Por fim, o Corregedor destacou que “planejar é executar”, e que embora existam muitas dificuldades, todos os esforços são válidos, uma vez que há a constante cobrança do Conselho Nacional do Ministério Público, no sentido de fiscalizar e cobrar a execução do que é planejado pelos Promotores de Justiça.

## 2 - EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DOS MEMBROS

### 2.1 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ABAETETUBA

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Gerson Daniel Silveira

**2.1.1 – 1º objetivo:** combater a criminalidade por meio de medidas preventivas no Município de Abaetetuba, visando à educação da população a respeito do tema e o incentivo às denúncias para que a Justiça possa ser melhor aplicada em caso concreto.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Palestras.

**Considerações:** o resultado foi satisfatório com o sucesso das palestras realizadas, obtendo-se um alcance positivo junto à abrangência e envolvimento da escola, do aluno e da família.

**2.1.2 - 2º objetivo:** avaliar a necessidade de ações no âmbito dos processos judiciais, atendimento ao público, problemas sociais relacionados à segurança pública.

#### **Atividades Realizadas:**

- Reuniões internas.

**Considerações:** não há processos criminais em atraso, encontrando-se todos em dia, devido à realização de reuniões internas, sendo um trabalho em conjunto, cujo objetivo é promover a integração dos Promotores de Justiça da comarca.

**2.1.3 - 3º objetivo:** avaliação da situação dos presos, condições prisionais e andamento processual, fiscalizando a atividade policial.

#### **Atividades Realizadas:**

- Visitas Carcerárias.

**Considerações:** esse objetivo é o que apresenta maior grau de dificuldade em ter a meta atingida, devido a dificuldade de realização das visitas carcerárias. Está sendo construído um novo presídio que proporcionará melhores condições para os presos e desenvolvimento dos trabalhos de acompanhamento.

**Contribuições:** Dr. Adélio Mendes comentou sobre a complexidade da Promotoria de Justiça de Abaetetuba, ressaltando a importância e o alcance positivo surgidos com as realizações das palestras realizadas nas escolas;

## 2.2 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARCARENA

Apresentação: Promotores de Justiça Dra. Viviane Lobato Sobral Franco e Dr. Antonio Lopes Maurício

**2.2.1 – 1º objetivo:** promover ações que propiciem a disponibilização de médicos peritos.

### Atividades Realizadas:

- Reuniões;
- Ajuizamento de Ação Civil Pública.

**Considerações:** referente à primeira atividade mencionada acima, o Instituto Renato Chaves informou que não era mais de seu interesse formar convênio com a Prefeitura, sendo necessário que o Promotor de Justiça entrasse com uma Ação Civil Pública. Após várias reuniões ocorridas com a ausência do representante do Renato Chaves, foi comunicado ao Ministério Público, que a prefeitura, com a nova gestão, não apresenta mais interesse em fazer convênio com o Instituto Renato Chaves, estando o trabalho no aguardo de uma definição.

**2.2.2 - 2º objetivo:** contribuir para redução de violência nas escolas.

### Atividades Realizadas:

- Realização de Palestras;
- Reuniões com Órgãos Competentes.

**Considerações:** o trabalho tem alcançado bons resultados, onde as direções das escolas, bem como os professores, têm se mostrado interessados nas realizações de palestras e orientações, referentes aos problemas existentes no âmbito escolar.

**2.2.3 – 3º objetivo:** mobilizar a Secretaria de Assistência Social a promover a capacitação dos Conselheiros Tutelares do Município.

### Atividades Realizadas:

- Reuniões com Órgãos Competentes.

**Considerações:** devido às dificuldades enfrentadas pelo Conselho Tutelar na resolução de questões afetas às crianças e adolescentes no Município de Barcarena, foram realizadas várias reuniões entre os conselhos e a escola da Universidade Federal do Pará para realização de capacitação dos técnicos que trabalham com a infância e juventude. Após as reuniões e palestras, observou-se a melhoria dos trabalhos realizados pelos Conselheiros Tutelares.

**Contribuições:** Dra. Ivelise Pinheiro acrescentou, informando que foram realizados vários convênios com as comarcas para tratar das questões com maior grau de

importância que afligem as Promotorias de Justiça, sendo as mais urgentes na área da saúde, transportes e improbidade administrativa;

- Dr. José Maria Gomes sugeriu que haja um trabalho conjunto entre as atividades desenvolvidas no interior, juntamente com a capital.

## **2.3 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AFUÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Adriana Passos Ferreira

**2.3.1 - 1º objetivo:** viabilizar que a unidade mista de saúde e os postos de saúde sejam dotados de equipamentos, medicamentos e estrutura adequada.

### **Atividades Realizadas:**

- Confecção de minuta de Termo de Ajuste de Conduta;
- Expedição de Ofício;
- Inquérito Civil.

**Considerações:** após inspeções *in loco*, foi identificado que a falta de medicamentos era o maior dos problemas, sendo necessário um Termo de Ajuste de Conduta para tratar da licitação para compra de medicamentos.

**2.3.2 - 2º objetivo:** extinção do turno intermediário do ensino fundamental e viabilização da merenda escolar na zona rural.

### **Atividades realizadas:**

- Confecção de minuta de Termo de Ajuste de Conduta;
- Reuniões;
- Inquérito Civil.

**Considerações:** Termo de Ajusta de Conduta com o fim de acompanhar a licitação para realização da compra da merenda escolar, bem como o cardápio nutricional adotado pelas escolas. Ademais, foi realizada reunião com a Secretaria de Educação, sendo que esta encaminhou ofício informando que a partir desse ano não haverá mais período intermediário.

**2.3.3 - 3º objetivo:** sensibilizar a comunidade e as autoridades públicas acerca dos problemas ambientais relacionados à poluição de lixo, reciclagem e lixo hospitalar.

### **Atividades Realizadas:**

- Envio de ofícios aos órgãos públicos com o fim de colher dados sobre a forma como o lixo é depositado;
- Inquérito civil.

**Considerações:** esse objetivo é complexo, uma vez que, devido ser necessário o envolvimento de vários setores, torna-se difícil um alcance célere de soluções para o

problema. Foi respondido o ofício enviado ao Município, onde se informou que existe Lei Municipal que trata sobre a forma de tratamento do lixo. O Inquérito Civil objetivou a solicitação de diligências, bem como requisição de perícia técnica no local do lixão da cidade.

**Contribuições:** Dr. Nilton Gurjão acrescentou, informando as novas questões para tratamento dos lixões e que haverá prazo para que se dê o ajuste às novas resoluções.

## **2.4 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAGRE**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Dully Sanae Araújo Otakara

**2.4.1 – 1º objetivo:** implementação de ações que interfiram diretamente nas questões da saúde, de forma a promover o exercício do direito e da cidadania de toda comunidade que depende de tais serviços.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendações;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** na área da saúde, para a garantia dos serviços oferecidos pela rede de saúde pública municipal, a promotoria está dando andamento nas questões referentes ao tratamento dado a água, onde foi instaurado um Termo de Ajuste de Conduta pra tratar do problema, que agrega as questões que envolvem a saúde pública.

**2.4.2 - 2º objetivo:** implementação de ações que interfiram diretamente na administração pública.

### **Atividades realizadas:**

- Recomendação para realização de concurso público;

**Considerações:** a expedição de recomendação só pôde ser efetivada no 3º quadrimestre, pois o ano de 2012 tratava-se de ano eleitoral. A recomendação foi expedida ao prefeito de Bagre, para realização de concurso público nesse município, com o fim de regularizar a situação funcional dos servidores públicos municipais, sendo que, para tanto, foram estipulados prazos para o cumprimento da referida recomendação.

**2.4.3 - 3º objetivo:** implementação de ações que interfiram na segurança pública.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de visita a Delegacia de Polícia;
- Requisição de emissão de relatórios.

**Considerações:** foram realizadas três visitas a delegacia de polícia do município, com o envio dos relatórios de ocorrência policial para que a promotoria pudesse ficar a par de todas as ocorrências do período no município.

## **2.5 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BREVES**

Apresentação: Promotores de Justiça Dra. Dully Sanae Araújo Otakara e Dr. Emério Mendes Costa

**2.5.1 – 1º objetivo:** combate a criminalidade através de palestras com caráter educativo a respeito do tema.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de palestra sobre abuso sexual e violência doméstica contra crianças e adolescentes.

**Considerações:** um dos maiores problemas é a questão da segurança pública, com o aumento da criminalidade, principalmente no que se refere a constante prática do crime de tráfico, inclusive envolvendo menores, observando-se portanto, a participação do conselho tutelar nessas questões. Relatou o grande número de crimes no âmbito de exploração sexual infanto-juvenil, as questões na área da saúde devido ao fornecimento de água, que precisam ser melhoradas.

**2.5.2 - 2º objetivo:** avaliar a necessidade de ações nos processos judiciais, atendimento ao público, problemas sociais relacionados à segurança pública.

### **Atividades realizadas:**

- Reuniões de trabalho.

**Considerações:** informa o papel do Judiciário, que tem liberado vários presos devido a superlotação na cadeia pública.

**2.5.3 - 3º objetivo:** avaliar as questões carcerárias, situação dos presos.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de visitas carcerárias e acompanhamento de processos de réus presos.

**Considerações:** há problemas com a segurança policial, onde observou-se a presença de pessoas que não são autoridades policiais. Também observou-se que não são registrados os casos de violência doméstica, em virtude dos casos de alcoolismo entre os policiais e a falta de delegado.

**Contribuições:** a técnica Marly Nery acrescentou que os promotores podem fazer alteração no plano, bem como acrescentar novos objetivos, metas e atividades, a fim de que se contemplem outras necessidades da população junto ao município;

## 2.6 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CHAVES E PORTEL

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Paulo Igor Barra Nascimento

### 2.6.1- PROMOTORIA DE CHAVES

**2.6.1.1 – 1º objetivo:** adotar medidas extrajudiciais, visando a recuperação da Delegacia de Polícia de Chaves.

#### Atividades Realizadas:

- Foram encaminhados ofícios como procedimento extrajudicial, com o fim de apurar a real situação da delegacia.

**Considerações:** quanto a efetivação da segurança pública, o Promotor informou a grande dificuldade de atuar nessa região, devido ao quadro efetivo que atua na área, a superlotação carcerária, ao não atendimento dos crimes ocorridos, a falta de delegado, de policiais e de servidores.

**2.6.1.2 - 2º objetivo:** fortalecimento do conselho tutelar, com realização de reuniões, cursos, palestras e demais procedimentos judiciais.

#### Atividades realizadas:

- Encaminhamento de ofícios.

**Considerações:** é necessária a estruturação do Conselho Tutelar, além da implantação da casa de passagem, pois foi constatada neste município, a falta de estrutura do conselho tutelar.

**2.6.1.3 - 3º objetivo:** ingressar com medidas extrajudiciais e judiciais para remover as edificações construídas irregularmente em áreas públicas de Chaves.

#### Atividades Realizadas:

- Expedição de ofícios.

**Considerações:** Nada consta.

### 2.6.2- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTEL

**Considerações:** Dr. Paulo Igor Barra informou que foi designado a pouco tempo para Promotoria de Portel, destacando a grande dificuldade de acesso ao município. Ressaltou que teve conhecimento da existência de aproximadamente trezentos processos parados na Promotoria, havendo a necessidade de realização de um mutirão. Informou que houve a prisão de cerca de quarenta presos, sendo que os seus respectivos processos encontram-se parados, tendo o Promotor que dar seguimento aos processos dos réus presos, não sendo possível dar andamento ao Plano de atuação da comarca.

**Contribuições:** Dr. Adélio Mendes solicitou que o Promotor de Justiça encaminhe a Corregedoria Geral, por ofício, as informações relatadas quanto aos casos de processos parados, réus presos, necessidade de promotor que resida na comarca e ausência de promotor.

## **2.7 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IGARAPÉ-MIRI**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Priscilla Tereza de Araújo Costa

**2.7.1 – 1º objetivo:** combate a criminalidade por meio de medidas preventivas e repressivas no Município de Igarapé-Miri, visando a educação da população a respeito do tema e o incentivo às denúncias para que a Justiça possa ser melhor aplicada.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de dois convites para o Secretário de Educação do Município;
- Expedição de ofício.

**Considerações:** informou que recebeu material do Centro de Apoio Operacional e encaminhou ao Conselho Tutelar para dar seguimento ao trabalho preventivo. Não houve o comparecimento do Secretário de Educação. Logo, foi expedido ofício, solicitando a relação das escolas municipais, para que se pudesse organizar um cronograma de visitas e palestras para cumprimento das metas nas escolas municipais.

**2.7.2 - 2º objetivo:** intensificação de visitas carcerárias.

### **Atividades realizadas:**

- Visitas carcerárias;
- Expedição de ofícios.

**Considerações:** com a intensificação das visitas, observou-se a melhoria das condições prisionais e da qualidade da estrutura carcerária. A expedição de ofícios foi realizada com o objetivo de informar a situação precária encontrada nos estabelecimentos penais.

**2.7.3 - 3º objetivo:** fazer reuniões periódicas de trabalho, no intuito de diminuir o tempo de permanência de processos judiciais na promotoria, bem como os procedimentos extrajudiciais que passaram a tramitar na Promotoria de Justiça.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**Considerações:** foram realizadas reuniões com servidores visando uma melhor qualidade de serviço, onde foram analisados expedientes pendentes, procedimentos

administrativos, a questão do atendimento ao público, além da solicitação à administração superior, da formalização da cessão de servidores da prefeitura. Informa que há a solicitação de levantamento dos bairros mais violentos e qual trabalho preventivo tem sido desenvolvido.

## **2.8 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOJU**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Raimundo Antônio Silva Aires

**2.8.1 – 1º objetivo:** dar transparência aos atos praticados no âmbito da municipalidade, sobretudo, no tocante aos procedimentos licitatórios.

### **Atividades Realizadas:**

- Solicitou todos os contratos, serviços e obras referentes ao estado de calamidade pública do Município de Moju, para serem analisados.

**Considerações:** Dr. Raimundo Aires falou sobre o fato de o município ter declarado estado de calamidade pública, destacando o levantamento feito pelo Promotor de Justiça de quem deu causa a esse procedimento.

**2.8.2 - 2º objetivo:** conferir melhorias estruturais ao imóvel que abriga o Conselho Tutelar, assim como proporcionar melhores condições de trabalho aos conselheiros.

### **Atividades realizadas:**

- Realização de reuniões;
- Recomendações.

**Considerações:** há problemas quanto a eficiência na atuação do Conselho Tutelar. Foram feitas recomendações quanto as solicitações que não foram cumpridas, quanto aos vencimentos dos conselheiros e quanto a casa de passagem que não atende as necessidades. Foram realizadas reuniões com autoridades do Município e com membros do Conselho Tutelar local, oportunidade em que foram apresentadas propostas de melhorias do referido conselho.

**2.8.3 - 3º objetivo:** desobstrução das vias públicas ocupadas por ambulantes.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**Considerações:** reunião com vendedores ambulantes do centro comercial, oportunidade em que foram debatidas propostas visando solucionar o comércio irregular de produtos nas calçadas de ruas do centro comercial local.

## **2.9 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MELGAÇO**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Dully Sanae Araújo Otakara

**2.9.1 – 1º objetivo:** melhoria da estrutura do Conselho Tutelar.

**Atividades Realizadas:**

- Execução de Termo de Ajuste de Conduta

**Considerações:** o Ministério Público ingressou com execução de Termo de Ajuste de Conduta, onde houve a fixação de prazo para entrega do novo prédio do Conselho Tutelar.

**2.9.2 - 2º objetivo:** melhorar a instalação física da Delegacia de Polícia para situações de flagrantes e atendimento da sociedade.

**Atividades realizadas:**

- Expedição de ofícios.

**Considerações:** há dificuldades devido a falta de servidores, como policiais concursados.

**2.9.3 - 3º objetivo:** conscientização dos proprietários de bares, devido a falta de controle de vendas de bebidas alcoólicas, cigarro e presença de menores em bares e festas desacompanhados de responsáveis.

**Atividades Realizadas:**

- Convocação de reunião.

**Considerações:** Nada consta.

**Contribuições:** Dra. Patrícia Araújo Franco contribuiu com informações a Promotora de Justiça, Dra. Dully Sanae, quanto aos procedimentos e a altos, referente a infância ser atividade do conselho, tendo articulação com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, sendo que a representação administrativa é função do Ministério Público.

## **2.10 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Emério Mendes Costa

**Considerações:** Dr. Emério Costa informou que estruturalmente a comarca está organizada. Falou sobre a questão da segurança pública, informando sobre a falta de Delegado de Polícia. Além disso, ressaltou que houve problemas com o delegado nomeado, sendo que os policiais que estão atuando não são da Polícia Civil. Houve também, problema de interferência política na segurança pública, tendo que solicitar a interferência do Centro de Apoio Operacional, junto a Corregedoria da Polícia Civil, quanto aos processos dos crimes praticados. Informou que costuma realizar o atendimento ao público e fazer uma triagem para ver o andamento, de acordo com os problemas identificados. Falou sobre as demandas surgidas em função da

Infância e Juventude, Lei Maria da Penha<sup>3</sup> e a questão do idoso. Enfrenta dificuldade pela falta de servidores e que há grande número de Ação Civil Pública parada há anos na Promotoria de Justiça. Citou um exemplo ocorrido no município quanto ao tráfego aéreo, ao número de pistas clandestinas e o fato de não haver fiscalização das pistas de pouso.

### **3 - ENCAMINHAMENTOS:**

- 1) Reforçar junto à Administração Superior a necessidade de divisão da Região administrativa Tocantins e Marajó. Caso ocorra a divisão, sugestão de uma das sedes do Pólo ser Breves, onde Afuá seria incluída;
- 2) Ressaltar a dificuldade do Coordenador da Região Administrativa estar em local diferente do que fica o Chefe de Apoio, como acontece no momento: Sede do Pólo é em Abaetetuba e a Coordenadora atua em Barcarena;
- 3) Reforçar a necessidade de concurso público para Promotores de Justiça e que os membros sejam lotados prioritariamente nas comarcas mais distantes;
- 4) Que a Administração Superior mantenha a decisão de que o titular permaneça lotado e atuando na comarca;
- 5) Que na execução dos Planos de Atuação os Membros solicitem a parceria do Rotary, em locais em que este estiver sediado;
- 6) Estender a experiência dos convênios firmado em Barcarena, por meio de apoio do Centro de Apoio Operacional, as demais Promotorias de Justiça;
- 7) Agilizar o certame de movimentação na carreira referente à Promotoria de Justiça de Portel;
- 8) Encaminhar ao Corregedor-Geral as situações de maior gravidade, se necessário, principalmente na área de segurança pública;
- 9) Sugestão de um convênio de transporte para ajudar no apoio da Promotoria de Justiça e demais Órgãos da Justiça, para não depender do Executivo;
- 10) Sugestão de um Fórum de Trabalho entre Juízes, Promotores de Justiça e Defensores Públicos, delineando atividades e aumentando a articulação entre os órgãos de Justiça, por temática ou Região Administrativa;

---

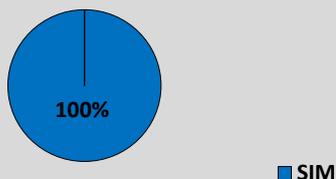
<sup>3</sup> **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

- 11) Sugestão de enfrentamento do óbito neonatal, a partir da solicitação no mínimo cinco pediatras para a região via Centro de Apoio Operacional;
- 12) Que a Administração Superior tenham um olhar diferenciado para as dificuldades encontrados na Região Administrativa de Tocantins e Marajó, inclusive na questão orçamentária e financeira;
- 13) Sugestão de que o Promotor de Justiça de Portel não acumule outra Promotoria de Justiça, devido a demanda reprimida, não há titular residente;
- 14) Sugestão de que o Promotor de Justiça de Portel envie ofício à Administração Superior informando a situação problemática da Promotoria de Justiça;
- 15) Que a Administração Superior estude a possibilidade de criação de vagas de assessor na área jurídica o qual ficaria lotado no pólo, de acordo com o número de Promotores de Justiça na Região Administrativa;
- 16) Que os Planos de Atuação sejam definidos por área temática e região administrativa.

# AVALIAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DOS PLANOS DE ATUAÇÃO.

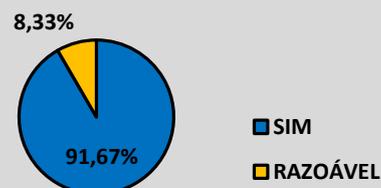
## DEMONSTRATIVO GRÁFICO - TOCANTINS E MARAJÓ

GRÁFICO 1: A reunião foi importante para a discussão da execução dos PAs?



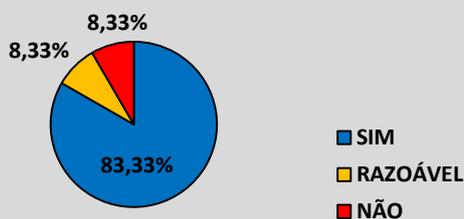
**Aspectos Relevantes:** mostra o que vem sendo executado pelas promotorias de justiça em seus planos de atuação

GRÁFICO 2: A metodologia e o tempo desta reunião foram suficientes para o esclarecimento das dúvidas, porventura existentes?



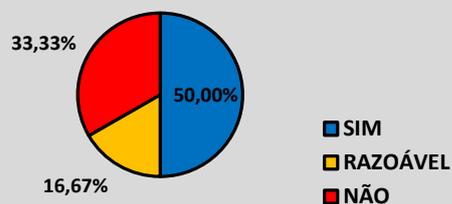
**Aspectos Relevantes:** a contento para a maioria, mas alguns membros acham que o tempo é insuficiente, devido ao grande número de demandas que envolvem o plano de atuação.

GRÁFICO 3: É importante que sejam realizadas outras reuniões nos próximos quadrimestres?



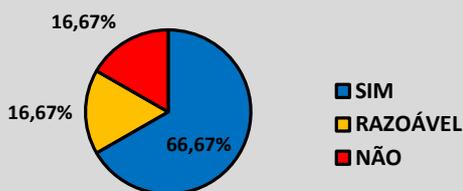
**Aspectos Relevantes:** é importante para troca de informações e orientações entre as promotorias de justiça.

GRÁFICO 4: As atividades são suficientes para o alcance dos objetivos?



**Aspectos Relevantes:** as atividades previstas no plano de atuação são previstas pelos membros de acordo com a realidade de cada promotoria.

GRÁFICO 5: Foi percebido algum impacto na sociedade a partir da execução do PA?



**Aspectos Relevantes:** o impacto tem sido significativo em algumas promotorias de justiça junto à sociedade.

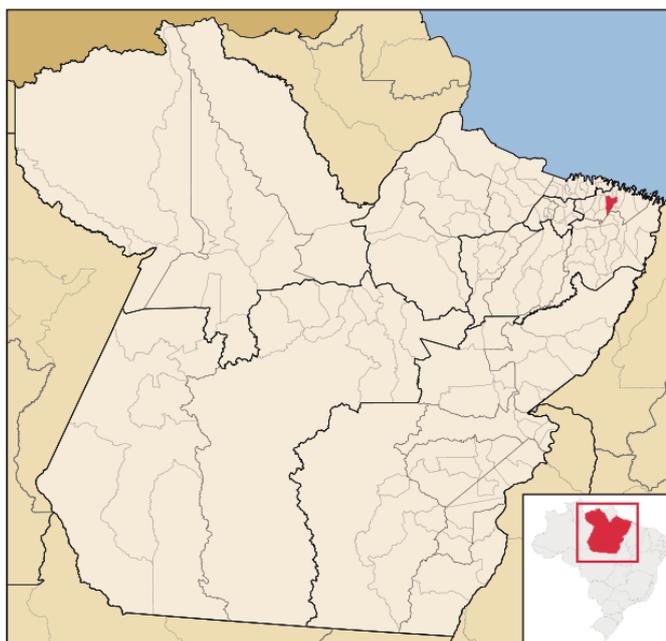


## NORDESTE II

### Sede do Pólo - Capanema



Reunião de Acompanhamentos dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Nordeste II – 1º, 2º e 3º quadrimestres, realizada em 29 de maio de 2013, em Belém-PA.



**MP Mini**  
**Ministério Público do Pará**  
**Corregedoria-Geral**  
**Plano de Atuação**  
**2013**





Fonte: [http:// www.capanemanews.com](http://www.capanemanews.com)

**Capanema** é atualmente, a sede do Pólo da Região Administrativa Nordeste II, abrange as promotorias de justiça dos seguintes municípios: Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São João da Ponta, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Santa Luzia do Pará, Tracuateua, Ulianópolis e Viseu. A cidade está localizada a 160 (cento e sessenta) quilômetros da capital Belém, com acesso pela rodovia BR 316, integrando a mesorregião Nordeste Paraense e a microrregião Bragantina, tendo como municípios limítrofes: Primavera, Quatipuru, Tracuateua, Bonito e Peixe-Boi. Têm refrescantes rios e igarapés e dentre suas

manifestações culturais estão os festejos a Padroeira da cidade, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Considerada uma cidade-polo pela sua localização geográfica e pelas suas taxas de IDH e de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o município tem a primeira e maior fábrica de cimento do estado, possui seu comércio bem desenvolvido, atendendo a vários municípios da região. Segundo os dados Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Capanema possui uma população estimada em 2013, de 65.498 habitantes, ocupando uma área geográfica de 613,6 Km<sup>2</sup>, uma Taxa Geométrica de Incremento Anual de 1,09%. Seu IDH Médio é de 0,655 (PNUD/2010), apresenta um PIB total de R\$ 501.050 Mil e um PIB per capita de R\$ 7.874,68. (Fonte: IBGE/IDESP-2010)



## 1 – ABERTURA DA REUNIÃO

A reunião é aberta pelo Corregedor-Geral, Dr. Adélio Mendes dos Santos, que convidou para compor a mesa a Dra. Maria José Cunha, Promotora de Justiça e coordenadora do Plano de Atuação da Promotoria de Justiça de Peixe-Boi. Agradeceu a presença de todos e solicitou que os participantes se apresentem, iniciando pelos Promotores de Justiça, Assessores da Corregedoria Geral, Dra. Nazaré Correa, Dr. Carlos Stilianidi, e a Assessora Jurídica da Corregedoria Geral, Adriane Guimarães, seguido das apresentações dos Promotores de Justiça do Pólo Nordeste II presentes e os integrantes do Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (GAPI), Marilze Bitar, Thyago Feio, Márcia Rath e Rose Mary Carvalho e por fim, a Dra. Maria da Conceição Gomes de Souza, coordenadora do Plano Geral de Atuação.

Dr. Adélio Mendes deu continuidade a reunião, citando a Lei Complementar nº 57/06, a portaria que forma o GAPI<sup>4</sup> e a Resolução 044/2011<sup>5</sup>, que dispõe sobre o Plano de Atuação, enfatizando que cabe a Corregedoria-Geral, o papel de acompanhar e coordenar o Planejamento das Promotorias de Justiça do Ministério Público. Citou o exemplo do Estado de Rondônia, onde os Promotores de Justiça passam, em média, dois anos em cada comarca, enquanto que o tempo dos promotores do Ministério Público do Pará é de seis meses. Informou ainda o corregedor, que reconhece as dificuldades dos promotores, devido ao acúmulo de cargos e o tempo de permanência em cada comarca, e o quanto isso dificulta o andamento dos trabalhos de Planejamento dos Planos de Atuação. Ressaltou que está sendo feito um estudo quanto a divisão de alguns Pólos, visto as questões geográficas e de acesso.

## 2 – EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DOS MEMBROS

### 2.1 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AUGUSTO CORREA

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Daniel Menezes Barros

**2.1.1 – 1º objetivo:** atuar junto aos órgãos responsáveis para garantir a qualidade dos serviços de saúde, sendo que as metas vem sendo alcançadas e acompanhadas.

#### **Atividades Realizadas:**

- Encaminhamento de expediente.

**Considerações:** foi encaminhado expediente ao Conselho Municipal de Saúde e ao Secretário Municipal de Saúde, agendando reunião de diagnóstico para apresentação de informações dos serviços de saúde ofertados.

---

<sup>4</sup> Portaria Nº 4832/2011-MP/PGJ

<sup>5</sup> RESOLUÇÃO Nº 044/2011-CPJ, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2011 (Publicada no Diário Oficial nº 32051, de 7/12/2011). Dispõe sobre os Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.

**2.1.2 - 2º objetivo:** atuar junto aos órgãos competentes visando a diminuição da incidência do tráfico de drogas, adotando ações preventivas.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**Considerações:** reunião de planejamento realizada com as entidades envolvidas.

**2.1.3 - 3º objetivo:** atuar junto aos órgãos municipais e estaduais, a fim de reduzir os casos de poluição ambiental no município de Augusto Correa.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**Considerações:** para esse objetivo têm sido realizadas reuniões e a adoção, de forma veemente, de procedimentos no combate a poluição sonora.

**Contribuições:** Dr. Daniel Barros sugeriu que, quanto à elaboração do Plano de Atuação, seja escolhido um objetivo, levando-se em consideração a área e região de atuação, de acordo com a realidade de cada município. Falou do grande número de processos pendentes existentes em Bragança e a dificuldade encontrada em resolver, devido à falta de cooperação do magistrado local. Informou, então, que será preciso a realização de um mutirão para diminuir o número de processos em atraso no cartório judicial e na delegacia da comarca.

- Dr. Adélio Mendes orientou quanto à questão da necessidade de mutirão, informando que os membros devem solicitar junto ao Procurador Geral de Justiça, a autorização para organização do mutirão.

- Dra. Maria José Cunha acrescentou a apresentação do Dr. Daniel Barros, informando que quando atuou na Promotoria de Augusto Correa, encontrou vários processos parados, além também da dificuldade de atuar em Bragança, devido ao grande número de processos judiciais e extrajudiciais pendentes.

## **2.2 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONITO**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Louise Rejane de Araújo Silva

**2.2.1 – 1º objetivo:** promover no âmbito da Prefeitura e Câmara de Vereadores, a rescisão de contratos de todos os servidores admitidos sem concurso público, em cargos, empregos e funções de provimento efetivo.

**Atividades Realizadas:**

- Reuniões para homologação de concurso público.

**Considerações:** foram proferidas liminares para resolver as questões de improbidade, a respeito do concurso público realizado no município.

**2.2.2 - 2º objetivo:** promover ações em conjunto com os órgãos locais para a melhoria no serviço de saúde municipal.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de reunião;
- Recomendações.

**Considerações:** reunião com a Secretaria de Saúde do município, onde foram feitas varias recomendações verbais e recomendada por escrito, a nomeação dos aprovados no concurso público sobre a saúde. Ressaltou que já foi instaurada uma Ação Civil Pública, que abrange vários problemas, inclusive os de falta de medicamento, bem como o da merenda escolar.

### **2.3– PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAGANÇA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Afonso Jofrei Macedo Ferro

**2.3.1 – 1º objetivo:** promover a tramitação de inquéritos policiais e processos criminais de tráfico de entorpecentes.

**Atividades Realizadas:**

- Acompanhamento de processos, realização de audiências;
- Dr. Daniel Barros informou que estão realizando uma investigação policial, apreensão de drogas e armas, para que possa abrir procedimento quanto à autoridade policial.

**Considerações:** este objetivo foi atingido, visto que todos os processos foram despachados. Em Bragança, há um grande número de tráfico, o que resulta em parte, nos processos judiciais que estavam parados, os quais foram todos despachados, tendo ainda como pendência, alguns processos extrajudiciais.

**2.3.2 - 2º objetivo:** promover a celeridade processual, com encaminhamento mais rápido dos laudos periciais.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões com os delegados e Instituto Médico Legal.

**Considerações:** essa meta está finalizada, tendo sido priorizada pelos promotores anteriores.

**2.3.3 - 3º objetivo:** atuar junto aos órgãos competentes, visando à melhoria das condições de salubridade no Centro de Recuperação de Presos de Bragança, onde atualmente encontra-se com superlotação.

**Atividades Realizadas:**

- Visitas carcerárias;
- Ação Civil Pública.

**Considerações:** informou ter sido necessária a instauração de uma Ação Civil Pública, e que todos os procedimentos adotados pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE) têm sido de modo paliativo, não resolvendo devidamente os problemas encontrados no centro de recuperação que aloja presos de várias localidades.

**2.3.4 - 4º objetivo:** atuar junto aos órgãos competentes, no intuito de reduzir a poluição ambiental e sonora na praia de Ajuruteua.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**Considerações:** O objetivo pode ser considerado como alcançado.

**Contribuições:** Dra. Maria José Cunha enfatizou a dificuldade de acesso a Promotoria de Justiça de Viseu, sendo que a questão da capacitação de servidor é muito importante para o atendimento das demandas e para o auxílio ao Promotor de Justiça;

- Dra. Maria da Conceição Gomes questionou quanto ao conhecimento do Plano de Atuação, que não é dado ao Promotor de Justiça que está indo substituir. Dr. Adélio Mendes esclareceu que há a obrigatoriedade de deixar as informações nas comarcas, que é obrigação dos Promotores fazer um relato do que está deixando na Promotoria, assim como, informar a Corregedoria Geral, o que foi deixado pelo promotor que antecedeu a comarca;

- Dra. Cristina Colares se apresentou juntamente com Dr. Ivanilson Raiol do Centro de Apoio Operacional Criminal, informando quanto a criação de um Grupo de trabalho pra apoiar dando assessoramento ao Promotor de Justiça na atividade fim e em alguns casos de crimes, criando um manual de perfil de Ministério Público;

## **2.4– PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAPANEMA**

Apresentação: Promotores de Justiça Dra. Maria José Cunha e Dr. Nadilson Portilho Gomes

**2.4.1 – 1º objetivo:** atuar de forma que os agentes públicos responsáveis promovam a melhoria do transporte público escolar.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões;
- Instauração de Inquérito Civil.

**Considerações:** para esse objetivo, foram realizadas reuniões com Instauração de Inquérito Civil e reuniões posteriores para verificar a viabilidade de assinar um Termo de Ajuste de Conduta.

**2.4.2 - 2º objetivo:** atuar na melhoria das condições de estruturas físicas do Mercado Público Municipal.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de audiência pública;
- Encaminhamento de ofícios.

**Considerações:** foi realizada audiência pública para ouvir os trabalhadores do local, com fiscalização *in loco* e encaminhamento de ofícios solicitando vistoria ao Gerente Regional do Instituto Médico Legal, Secretário Municipal de Meio Ambiente, vigilância sanitária e Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ).

**2.4.3 - 3º objetivo:** atuação no sentido de que os agentes públicos atuem para adoção de curso de capacitação para os conselheiros municipais de saúde, buscando parceria com a Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Saúde.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**Considerações:** busca por parceria com a Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Saúde, tendo sido realizadas reuniões com os integrantes dos setores envolvidos da administração municipal.

### **2.5 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GARRAFÃO DO NORTE**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Cristina Maria de Queiroz Colares

**2.5.1 – 1º objetivo:** acesso adequado a prestação de serviço de saúde, na infraestrutura, qualidade e quantitativo de profissionais da saúde.

**Considerações:** os objetivos foram determinados através de audiência pública.

### **2.6 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAGOMINAS**

Apresentação: Promotoras de Justiça Dra. Sabrina Said, Dra. Ana Carolina Vilhena e Dra. Marcela Christine Ferreira

**2.6.1 – 1º objetivo:** combater o consumo de drogas no município, com prevenção e implantação de Conselho Municipal sobre Drogas, com formulação de um plano de combate às drogas no município, a organização de um local específico para atender os usuários com tratamento psicossocial, firmando convênio com instituições que possibilitem a internação dos pacientes; implementação de Centro para tratamento de alcoolismo e uso de droga.

**Atividades Realizadas:**

- Implantação do Conselho Municipal sobre Drogas

**Considerações:** quanto a esse objetivo, a meta foi alcançada.

**2.6.2 - 2º objetivo:** buscar a disponibilidade de corpo técnico interdisciplinar para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, especificamente sob acolhimento institucional.

**Atividades Realizadas:**

- Atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

**Considerações:** essa meta tem sido alcançada e acompanhada pelas Promotoras de Justiça.

**2.6.3 - 3º objetivo:** buscar o alcance de 90% de cadastramento de todos os imóveis rurais, com vistas à regularização da área de preservação ambiental, perante o Órgão Ambiental Municipal, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), de modo a assegurar a regularidade de proteção ambiental por meio da reserva legal da propriedade em ação articulada com o Poder Municipal.

**Atividades Realizadas:**

- Expedição de ofício.

**Considerações:** esse objetivo é de difícil alcance devido à sua extensão. Dra. Louise Rejane de Araújo acrescentou que por ter participado da elaboração do Plano de Atuação de Paragominas, informou que pode haver parceria com a empresa que trabalha com pesquisa ambiental Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e apoio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAOMA) que têm dados que possam colaborar com o objetivo.

## **2.7 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEIXE-BOI**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Maria José Cunha

**2.7.1 – 1º objetivo:** atuar para garantir, pelo gestor público municipal, ações para melhoria do transporte escolar e merenda escolar.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de ofício;
- Realização de reunião.

**Considerações:** informou que o Plano de Atuação da Promotoria de Justiça de Peixe-Boi está organizado, com a pasta de arquivo atualizada, sendo necessário apenas dar continuidade ao Plano de Atuação. Foram expedidos ofícios e realizadas reuniões com o Secretário de Educação, com instauração de inquérito civil, sendo acompanhado com reuniões e sendo solicitada a relação dos motoristas com habilitação e documentação dos veículos;

- Quanto a merenda escolar, foi feita reunião com o presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e a coordenadora da merenda escolar no município.

**2.7.2 - 2º objetivo:** atuar na área da saúde, com a presença de médicos nos centros de saúde, bem como a reestruturação física do centro de saúde e laboratório de análises clínicas, com aquisição de novos equipamentos.

### **Atividades Realizadas:**

- Vistorias

**Considerações:** foram realizadas vistorias no prédio e no laboratório, constatando que o centro está sendo reformado e o laboratório está sendo equipado.

**2.7.3 - 3º objetivo:** aborda a questão da segurança pública.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**Considerações:** foram realizadas reuniões com o comando de destacamento policial, onde a população reclama quanto a intensificação das rondas, principalmente no mês de julho, com a necessidade da presença freqüente do delegado de polícia e escrivão durante o período.

**Contribuições:** Dra. Maria José Cunha informou que as metas estão sendo concluídas dentro dos prazos e que a sociedade tem percebido o trabalho que vem sendo executado no Plano de Atuação.

## **2.8 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA MARIA DO PARÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Francys Lucy Galhardo do Vale

**2.8.1 – 1º objetivo:** relacionado ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendações;
- Reuniões.

**Considerações:** a Promotora de Justiça expediu algumas recomendações às autoridades competentes para as providencias cabíveis quanto ao combate e repressão. Realizou contato com proprietários de pensões, hotéis, bares e restaurantes para inibir a presença de menores.

**2.8.2 - 2º objetivo:** buscar junto aos órgãos competentes, parceria necessária para o combate ao consumo de entorpecentes e tráfico de drogas na cidade,

### **Atividades Realizadas:**

- Parceria com a Polícia Militar.

**Considerações:** realizou trabalho de parceria com a polícia, para dar celeridade às questões que envolvem o uso e tráfico de drogas. Citou casos de famílias que procuram a Promotoria de Justiça do município para relatar casos de familiares viciados em drogas, solicitando ajuda para tratamento.

**2.8.3 - 3º objetivo:** incentivar a realização de campanhas educativas, visando o combate a violência doméstica e familiar.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** foi solicitado o apoio do Centro de Apoio Operacional para colaborar com a execução da meta.

**Contribuições:** a servidora Marilze Ribeiro Bitar colaborou, citando o exemplo do Plano de Atuação do estado do Rio de Janeiro, que trabalha com áreas temáticas de acordo com as regiões, cabendo ao Promotor de Justiça, o papel de verificar os problemas da sociedade e a forma como combater as questões identificadas.

## **2.9– PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DE PIRABAS**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Nadilson Portilho Gomes

**2.9.1 – 1º objetivo:** realizar vistoria devido à falta de estrutura da rede pública de saúde.

### **Atividades Realizadas:**

- Audiência Pública;
- Instauração de Ação Civil Pública;
- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** após várias denúncias, foi realizada audiência pública em 23 de maio, que gerou uma Ação Civil Pública e recomendação para verificar a falta de profissionais, com solicitação de vistoria do Sistema Único de Saúde (SUS).

**2.9.2 - 2º objetivo:** Realização de audiência pública para tratar da falta de policiamento ostensivo.

**Atividades Realizadas:**

- Audiência Pública;
- Instauração de Ação Civil Pública.

**Considerações:** realização de audiência pública em 28 de maio e instauração de Ação Civil Pública, onde requer a necessidade de melhoria na área da segurança pública. O município não tem viatura, nem delegado permanente.

**2.9.3 - 3º objetivo:** vencer a falta de políticas públicas na infância e juventude.

**Atividades Realizadas:**

- Termo de Ajuste de Conduta;
- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** a Promotora de Justiça ingressou com Termo de Ajuste de Conduta (TAC), com expedição de Recomendação nº 01 e 02/2013, para combater o problema adotando políticas públicas, devido ao município não ter o acolhimento familiar institucional, nem convênios para tratamentos imediatos, sendo incluído na política de municipalização, já que o estado é responsável pelo bem estar da infância e do adolescente.

**Contribuições:** Dr. Daniel Barros sugeriu que, quanto à elaboração do Plano de Atuação, seja escolhido um objetivo, levando-se em consideração a área e região de atuação, de acordo com a realidade de cada município;

- Dr. Adélio Mendes orientou quanto à questão da necessidade de mutirão, informando que os membros devem solicitar junto ao Procurador Geral de Justiça, a autorização para organização do mutirão, conforme mencionado pelo Dr. Daniel Barros, e parabenizou quanto ao trabalho voltado à proibição de acesso de carros a praia de Ajuruteua em Bragança.

## **2.10 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ**

Apresentação: Promotoras de Justiça Dra. Cristina Maria de Queiroz Colares e Dra. Francys Lucy do Vale

**2.10.1 – 1º objetivo:** melhoria na estrutura física do Conselho Tutelar.

#### **Atividades Realizadas:**

- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para garantir a melhoria na estrutura do conselho, o qual não foi cumprido pelo novo gestor, tendo sido prorrogado o prazo do TAC, devido a mudança de gestão.

**2.10.2 - 2º objetivo:** atuar com agentes públicos, para promover a melhoria das condições estruturais físicas das unidades de ensino infantil.

#### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de ofício;
- Recomendação;
- Termo de ajuste de Conduta

**Considerações:** foi solicitada a Secretaria de Educação, uma posição quanto ao andamento do Termo de Ajuste de conduta que foi instaurado para providências da estrutura física das escolas públicas.

**2.10.3 - 3º objetivo:** atuar junto aos agentes públicos competentes, para o funcionamento completo das equipes técnicas, conforme definição do Ministério da Saúde, devido a mudança de gestão.

#### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de ofício e vistorias.

**Considerações:** informou que estão aguardando retorno quanto a demanda.

**Contribuições:** Dr. Adélio Mendes questionou quanto à questão da participação de menores em festas na orla do município. A Dra. Cristina Colares informou que tem feito algumas ações junto a Prefeitura e Polícia Civil para fazer um acompanhamento ostensivo em festas. O corregedor recomendou que leve às autoridades locais, a Portaria que trata da regularização de festas juninas, exigindo o cumprimento.

### **2.11 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ULIANÓPOLIS**

Apresentação: Promotoras de Justiça Dra. Louise Rejane de Araújo Silva e Dra. Maria Cláudia Vitorino Gadelha

**2.11.1 – 1º objetivo:** descontaminação da área da Usina de Passivos Ambientais (USPAM) e remediação do meio ambiente afetado pelo lixo tóxico.

#### **Atividades Realizadas:**

- Reuniões, vistorias.

**2.11.2 - 2º objetivo:** cobrar a construção de uma casa de passagem e de um espaço para o acolhimento institucional (abrigo).

**Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**2.11.3 - 3º objetivo:** combate a extração ilegal de madeira e fechamento de carvoarias irregulares.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**Considerações:** trabalhou em parceria com o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Cadastro Ambiental Rural (CAR), para efetivar o combate junto as carvoarias, tendo a área mapeada pelo **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)** e o compromisso dos proprietários em não desmatar as áreas.

## **2.12 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VISEU**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Carlos Lamarck Magno Barbosa

**2.12.1 – 1º objetivo:** responsabilizar administradores públicos por atos de improbidade, buscando sempre o ressarcimento dos cofres públicos.

**Considerações:** devido o município ter ficado cerca de dois anos sem Promotor de Justiça titular, há um acúmulo de processos extrajudiciais.

**2.12.2 - 2º objetivo:** apurar a conduta e responsabilidade de policiais militares por crimes de abuso de autoridade, lesões corporais e outros ilícitos que eventualmente tenham sido cometidos, especialmente na localidade de Fernandes Belo.

**Contribuições:** Dr. Carlos Lamarck informou que a Segurança pública é ineficaz, onde há apenas quatro policiais pra atender toda a população. Destacou a questão das drogas que é mais freqüente em Fernandes Belo, onde há um número grande de usuários de drogas e há um represamento das demandas policiais.

## **3 - ENCAMINHAMENTOS:**

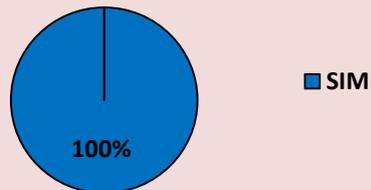
- 1) Reforçar junto a Administração Superior que as cidades de Paragominas e Bragança sejam sedes de pólo;
- 2) Que a Promotoria de Justiça de Santa Maria seja integrada a Região Administrativa Nordeste I, sede Castanhal;
- 3) Que seja realizada uma revisão na atual distribuição das Regiões Administrativas do Ministério Público do Pará, considerando dentre outros critérios, população, distâncias intermunicipais, quantitativo de processos, a exemplo da solicitação de diversos Membros (Paragominas, Bragança e Santa Maria);

- 4) Proposta de que os Planos de Atuação adotem como referência áreas de atuação de forma regionalizada, mas mantendo ainda objetivo local, a exemplo da necessidade de enfrentamento do aumento de violência doméstica em Paragominas;
- 5) Providências para o fortalecimento da estrutura de pessoal da Promotoria de Justiça de Bragança, sugerindo a realização de mutirão e capacitação de servidores;
- 6) Solicitado pelo Corregedor-Geral que ocorra uma reunião entre os membros da Promotoria de Justiça de Paragominas e a Promotora de Justiça de Bonito, Dra. Louise Rejane, afim de que esta subsidie os mesmos com informações sobre o 3º objetivo do Plano de Atuação de Paragominas visando o seu alcance (Cadastro Ambiental Rural – CAR);
- 7) Que a Administração Superior retorne o encontro entre os Membros, oportunizando a troca de experiências na atuação institucional, com o apoio do Centro de Apoio Operacional;
- 8) Investir na capacitação dos servidores, priorizando as comarcas do interior, devido a reduzida oferta de cursos para o aprimoramento pessoal;
- 9) Registro de elogios ao trabalho do servidor lotado na Promotoria de Justiça de Bonito, bem como a estrutura física e material da Promotoria de Justiça;
- 10) No quesito “licenças para as festas”, que os Membros atentem para a cobrança de que os depósitos estejam sendo efetuados;
- 11) Evidencia de que a sobrecarga de trabalho dos membros e servidores, compromete a atuação do Promotor de Justiça, inclusive no que se refere a execução dos Planos de Atuação;
- 12) Sugestão de que os Membros acessem o site do Conselho Nacional do Ministério Público, banco de dados e projetos, para auxílio na confecção e elaboração dos Planos de Atuação;
- 13) Sugestão de que os Membros acessem os demais Planos de Atuação, via Sistema de Plano de Atuação (SEAPA), identificando áreas comuns em seus objetivos, inclusive como troca de experiências;
- 14) Registrar que o Ministério Público está propondo uma revolução com o acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico, por tratar-se de investimento na cultura de planejar, a qual não faz parte da realidade do Membro do Ministério Público;
- 15) Que o Ministério Público garanta o funcionamento de programas voltados para o acompanhamento do cumprimento das Políticas Públicas.

# AVALIAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DOS PLANOS DE ATUAÇÃO.

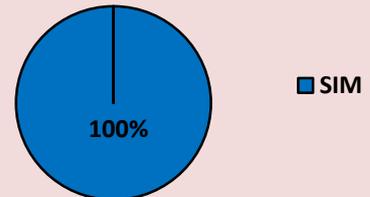
## DEMONSTRATIVO GRÁFICO – NORDESTE II

Gráfico 1: A reunião foi importante para a discussão da execução dos PAs?



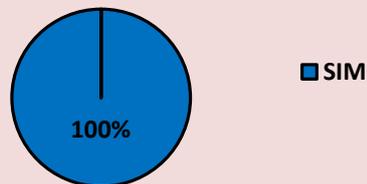
**Aspectos Relevantes:** apresenta as atividades desenvolvidas e proporciona a troca de experiências entre os membros, dentro da realidade de cada Promotoria de Justiça.

Gráfico 2: A metodologia e o tempo desta reunião foram suficientes para o esclarecimento das dúvidas, porventura existentes?



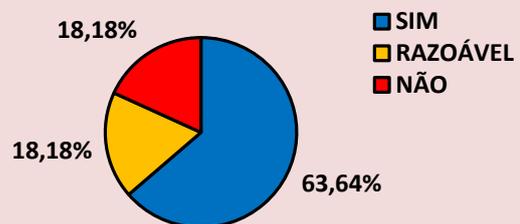
**Aspectos Relevantes:** a contento para os membros por haver a flexibilidade do tempo quanto as apresentações dos Planos de Atuação.

Gráfico 3: É importante que sejam realizadas outras reuniões nos próximos semestres?



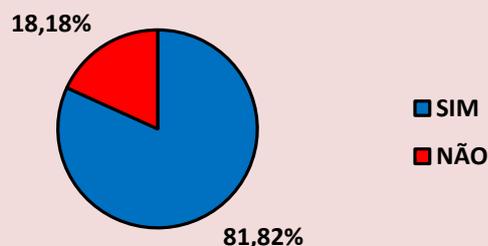
**Aspectos Relevantes:** demonstra a conscientização quanto à troca de experiências e prestação de contas das atividades desenvolvidas no PA.

Gráfico 4: As atividades são suficientes para o alcance dos objetivos?



**Aspectos Relevantes:** devem ser levadas em conta as peculiaridades locais e condições estruturais das Promotorias de Justiça.

Gráfico 5: Foi percebido algum impacto na sociedade a partir da execução do PA?



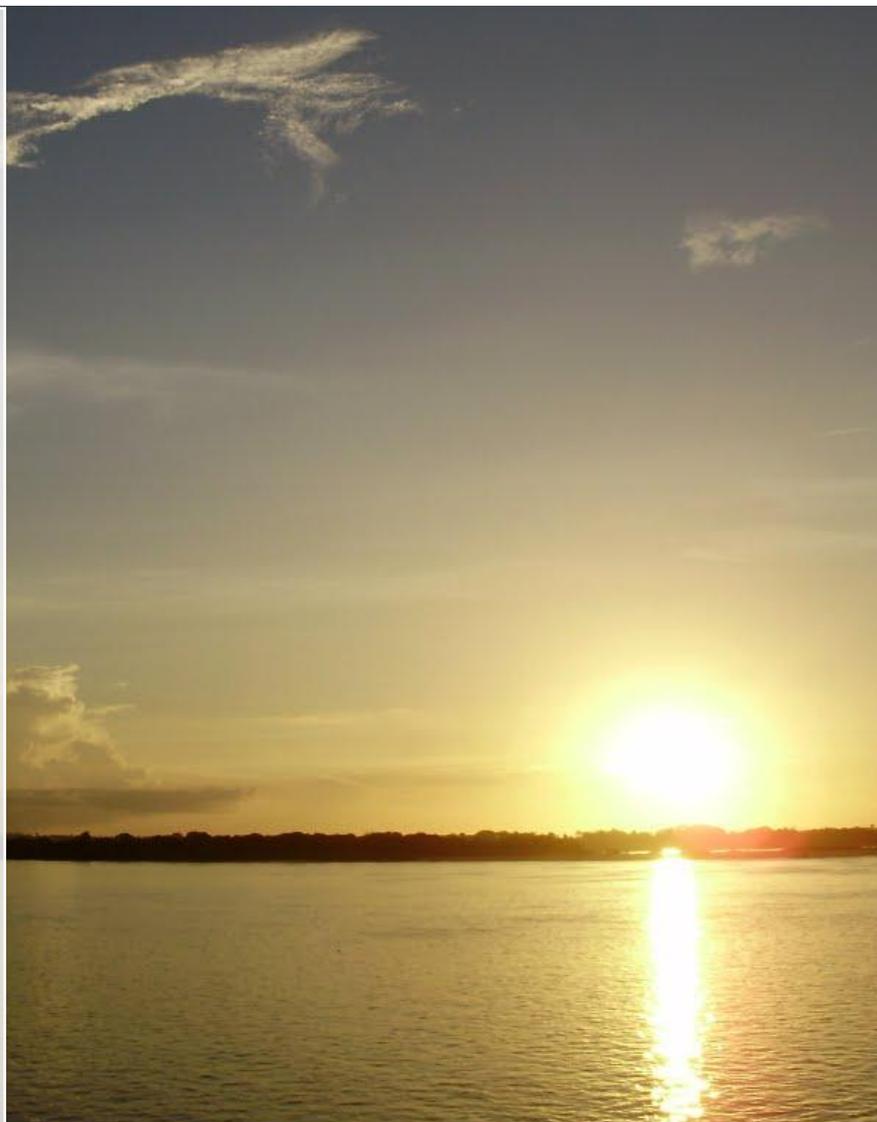
**Aspectos Relevantes:** percebe-se a confiança da sociedade na atuação do Ministério Público através de seus membros, com melhorias e determinados serviços públicos.



**Região Administrativa**

**SUDESTE I**

**Sede do Pólo - Marabá**



Reunião de Acompanhamentos dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Sudeste I – 1º, 2º e 3º quadrimestres, realizada em 20 de junho de 2013, em Marabá-PA.

**MP Mini**  
**Ministério Público do Pará**  
**Corregedoria-Geral**  
**Plano de Atuação**  
**2013**







Fonte: [http://pt.wikimedia.org/wiki/ficheiro:Para\\_Municip\\_Maaba.svg](http://pt.wikimedia.org/wiki/ficheiro:Para_Municip_Maaba.svg)

**Marabá** é atualmente a sede do Pólo da Região Administrativa Sudeste I. Além desse município, a região compreende as Promotorias de Justiça de Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia e Tucuruí. A cidade está localizada na mesorregião Sudeste Paraense e microrregião Marabá, distante a 527 (quinhentos e vinte e sete) quilômetros de Belém, capital do Estado

do Pará, tendo por referência, o ponto de encontro entre dois grandes rios, o Tocantins e o Itacaiunas, que abrilhantam a orla da cidade. Atualmente, o município é o quarto mais populoso do Estado, com aproximadamente 251.885 mil habitantes, segundo dados estimados para o ano de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apresentou o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Pará em 2010, com 3.601.647,000 mil, sendo que o seu IDH é 0.668, e sua renda *per capita* em 2010 era de 15.427,00, de acordo com o último censo do IBGE. É o principal centro socioeconômico do Sudeste Paraense e um dos municípios mais dinâmicos do Brasil.



## 1 – ABERTURA DA REUNIÃO

A reunião teve início em 20/06/2013, com a abertura do Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Adélio Mendes dos Santos, que informou brevemente qual o papel da Corregedoria Geral perante os Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público. Após, convidou para compor a mesa, o Dr. José Maria Gomes dos Santos, Ouvidor do Ministério Público, a Dra. Leane Mello, representante dos Centros de Apoio Operacional e a Dra. Josélia Lopes, coordenadora do Pólo Sudeste I.

Dr. Adélio Mendes prosseguiu, ressaltando a importância de planejar, vislumbrando o crescimento da Instituição e informou que Marabá tem como projeto se tornar uma região metropolitana, sendo sede de vários municípios.

O corregedor passou a palavra ao Dr. José Maria Gomes que mencionou a crise que a Instituição tem enfrentado, devido ao número reduzido de Promotores de Justiça, principalmente no interior. Ressaltou a importância da Ouvidoria, que tem como atividade receber as demandas tanto da sociedade, quanto dos servidores públicos. O ouvidor pediu a colaboração dos membros quanto a divulgação das orientações da Ouvidoria, que ajudará a garantir os direitos fundamentais da população.

Dra. Leane Mello destacou a importância do projeto de Integração e Interiorização dos Centros de Apoio Operacional, para a integração do trabalho das Promotorias de Justiça, sendo uma ferramenta para auxiliar o trabalho de grupo. Citou exemplos em que os postos de saúde estão recebendo medicamentos para depressão, sendo que muitas mulheres da periferia estão fazendo uso desses medicamentos, daí a importância do papel do Promotor de Justiça como articulador social.

Informou que o Centro de Apoio Operacional teve seu planejamento parado, devido ao período de transição eleitoral e que solicitou ao Procurador Geral de Justiça a convocação dos membros para participarem do planejamento participativo, com apresentação de propostas e sugestões dos membros. Falou a respeito da nomeação dos Promotores de Justiça Auxiliares, sendo promessa de campanha do Procurador Geral de Justiça, o cumprimento da Resolução que prevê a nomeação dos Promotores de Justiça auxiliares para os Centros de Apoio Operacional, e que precisam se apropriar das etapas que estão sendo desenvolvidas no Centro de Apoio Operacional, sendo que a previsão a continuidade desse trabalho estava prevista para ocorrer a partir de agosto.

Dr. Adélio Mendes falou dos Promotores Auxiliares que acabam acumulando mais de um cargo, e que alguns promotores têm conseguido alcançar bons resultados com o trabalho auxiliado pelos Centros de Apoio Operacional, principalmente quanto aos que requeiram uma articulação social por parte do Promotor de Justiça. Dra. Daniella Dias acrescentou informando que por já ter trabalhado em Belém, faz uma crítica quanto à falta de especialização para os membros e as falhas ocorridas devido ao acúmulo de trabalho e cargos. Dr. Adélio Mendes informou que, de acordo com orientação do Procurador Geral de Justiça, há a possibilidade de que algumas reuniões de trabalho fossem marcadas para o sábado. Dra. Leane Mello se manifestou, informando que não é a favor das reuniões aos sábados, visto o grande número de

trabalho no decorrer da semana e sugeriu que se reveja a questão. Vários promotores se posicionam também contrários a ocorrência de reuniões de trabalho aos sábados.

Os promotores presentes falaram da dificuldade de atender as demandas de algumas promotorias que cumulam cargos das áreas da infância e juventude, família, incapazes e interditos, entre outros, sendo inviável a boa execução dos trabalhos, devido ao extenso volume de trabalho e ocorrências de cada área. Visto isso, sugerem o desmembramento de algumas promotorias, levando em conta as dificuldades das Promotorias de Justiça que cumulam várias áreas de atuação, impactando no trabalho desenvolvido e a crescente cobrança da sociedade.

O Corregedor-Geral falou sobre o concurso e a previsão do número de concursados destinados a Região Administrativa Sudeste I. Dr. Adélio Mendes esclareceu que devido às grandes dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público, devido à falta de Promotor de Justiça, há a previsão de realização de concurso público. Lembrou aos presentes que, de acordo com a Resolução nº 044/2011, os Promotores de Justiça devem deixar a pasta que se destina ao Plano de Atuação atualizada e organizada. Entretanto, muitos membros não o fazem, acarretando para o próximo Promotor de Justiça que assumir o cargo, um trabalho dobrado, no qual irá levantar as informações quanto ao acompanhamento do Plano de Atuação e o cumprimento das metas.

## **2 - EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DOS MEMBROS**

### **2.1 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS DO TOCANTINS**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Alexssandra Muniz Mardegan

**2.1.1 – 1º objetivo:** combater a violência urbana.

#### **Atividades Realizadas:**

- Diligências de Fiscalização;
- Realização de Reuniões;
- Realização de Palestras.

**Considerações:** foram realizadas diligências de fiscalização, junto à Polícia Civil, Militar, Conselho Tutelar e Conselho de Direitos Humanos, obtendo-se 90% (noventa por cento) da meta alcançada. Na área de combate à exploração sexual e prostituição infantil, informou que já realizou reuniões com todas as escolas, realizando também palestras de esclarecimento às crianças e adolescentes, a respeito das consequências da prostituição infantil. Informou também, que no posterior quadrimestre, a previsão é de total alcance da meta proposta.

**2.1.2 - 2º objetivo:** melhorar o fornecimento de água no bairro de Santa Maria.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofício;
- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** nessa área, a Promotora de Justiça expediu recomendação visando à melhoria do fornecimento de água no bairro, tendo oficiado a companhia responsável para esclarecer os problemas da má qualidade do fornecimento de água.

**2.1.3 - 3º objetivo:** combater a criação de suínos nas vias públicas do bairro de Santa Maria.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião.

**Considerações:** houve reunião com os proprietários dos suínos para minimizar a questão na via pública. Informou que essa meta foi cumprida no terceiro quadrimestre.

**Contribuições:** dentre os principais problemas enfrentados, a Promotora de Justiça destacou a dificuldade na entrega de notificação, em razão da distância, a cumulação de cargos e a ausência de servidor;

- Dra. Josélia Lopes observou que já foram solicitados diversas vezes, oficial, técnico analista e servidor, sendo que esses cargos seriam, a princípio, preenchidos pelo concurso, o qual já se encontra defasado, culminando por não atender as necessidades das comarcas;

- Dr. Adélio Mendes informou quanto ao processo seletivo para a contratação de estagiários, no qual tem a contribuição da Dra. Daniella Dias. Esta, falou do problema para contratação de estagiário, não sendo condizente com a realidade da região. Informou que em Marabá, há uma única universidade, portanto, o número de alunos por turma é reduzido, o que restringe o número de candidatos para contratação de estagiários;

## **2.2 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS, EXECUÇÕES PENAIS E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL DE MARABÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Daniella Maria dos Santos Dias

**2.2.1 – 1º objetivo:** desenvolver juntamente com a direção da Casa Penal, cursos profissionalizantes e/ou de alfabetização e/ou de ensino fundamental, com o escopo de proporcionar o aprendizado de uma profissão aos custodiados sentenciados, visando facilitar sua reinserção na sociedade, que trata de um dos principais problemas do município de Marabá, devido à péssima condição de higiene e de habitação dos presos provisórios e dos sentenciados no Centro de Recuperação Regional Agrícola Mariano Antunes.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofícios;
- Realização de Reuniões.

**Considerações:** atividades no 1º quadrimestre: foram expedidos vários ofícios para alguns órgãos, para contribuir na possibilidade de realização dos cursos. Atividades no 2º quadrimestre: foram realizadas reuniões com os órgãos competentes para a viabilidade de implementação de cursos e expedidos ofícios aos setores competentes;

- No dia 8 de março, foi realizado um evento com coral, palestras e entregas de brindes às apenadas. Dra. Daniella Dias reforçou a necessidade de apoio técnico para dar conta de todas as demandas de trabalho e relatou a dificuldade de atendimento do defensor público, por haver somente um para atender ao grande número de presos, não conseguindo dar conta das demandas expedidas pelo Promotor de Justiça.

**Contribuições:** os Promotores de Justiça presentes na reunião sugeriram que o Ministério Público realizasse um estudo sobre os critérios para o ingresso de estagiário, principalmente com a análise do ano que o aluno está cursando, visto que mediante a realidade da região, o ideal é que sejam alunos que estejam ainda no primeiro ano de curso superior. Os demais órgãos públicos de Marabá ofertam um valor maior de bolsa, incluindo alguns benefícios que são mais atrativos para os alunos que cursam a partir do segundo ano.

## **2.3 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, DOS ÓRGÃOS, INTERDITOS E INCAPAZES, DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS DE MARABÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Lilian Viana Freire

**2.3.1 – 1º objetivo:** promover ações que conduzam à criação do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, para garantir a participação do Conselho junto ao governo municipal, na definição de políticas relacionadas com os direitos da pessoa com deficiência e seus orçamentos.

### **Atividades Realizadas:**

- Identificação de lideranças do governo municipal;
- Realização de Reunião;
- Criação do Conselho.

**Considerações:** inicialmente, foi importante a identificação de lideranças do governo municipal, comprometidas com a causa da pessoa com deficiência, que poderiam encaminhar o projeto de Lei ao Chefe do Poder Executivo. Este deverá encaminhá-lo ao Legislativo para aprovação. A partir dessa etapa, foi selecionado o vereador Ronaldo Lara, que se responsabilizou em encaminhar o projeto de Lei ao Chefe do Poder Executivo. Realizou reunião no município com entidades para

pessoa com deficiência e organizações, para a conscientização sobre a importância da criação do Conselho Municipal das Pessoas com deficiência. Foi realizado um Fórum Municipal da Pessoa com Deficiência em 10 de maio de 2012, onde foram definidas várias ações para criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, através da Lei Municipal 17.550/2012. Após, houve eleição e nomeação dos conselheiros através do decreto 200/2013, onde a posse dos membros foi dada no dia 11 de junho de 2013. Esse objetivo teve como impacto a criação de órgão colegiado com funções deliberativas, normativas, controladoras e fiscalizadoras para o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento de uma política municipal para as pessoas com deficiência. Dra. Lilian Freire relatou que houve melhoria devido a disponibilidade de um veículo para o uso da promotoria. Dificuldades enfrentadas: as cumulações de cargos e casos de membros que acumulam por opção, não atendendo a comarca nenhuma, nem defendendo os interesses da população. Dra. Lilian Freire informa que há um servidor para atender a duas promotorias e que, ao tentar parceria com a escola de governo e conselhos tutelares, ouviu comentários de conselheiros, de que a comarca estava há 312 (trezentos e doze) dias sem Promotor de Justiça.

**Contribuições:** Dr. José Maria Gomes pediu a palavra e orientou que, em casos de reclamações por falta de Promotor de Justiça, que seja encaminhada para a Ouvidoria ou que seja informado ao cidadão o contato da Ouvidoria;

- Dra. Leane Mello falou que precisaria rever as normativas com relação a merecimento, visto a atuação dos membros e o impacto das atividades realizadas junto à sociedade;

- A servidora Marilze Bitar informou que, visando o auxílio na gestão das promotorias, a Corregedoria Geral está solicitando ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a elaboração e formatação de curso para os membros e técnicos sobre gestão.

## **2.4 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS DE PARAUPEBAS**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Franklin Jones da Silva

**2.4.1 – 1º objetivo: 4ª promotoria** - atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, no sentido de promover melhorias na prestação dos serviços disponibilizados pelo Hospital Municipal de Parauapebas; **5ª promotoria** - criação de um abrigo para crianças e adolescentes no município, de acordo com a legislação; **3ª promotoria** - diminuir o tempo de espera de atendimento nos bancos e que o tempo seja correspondente ao máximo previsto na legislação.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Recomendação ao Governador;
- Realização de Reunião;
- Instauração de Inquérito Civil;
- Ajuizamento de Ação Civil Pública.

**Considerações:** quanto ao objetivo da 4ª promotoria, foi realizada proposta, mediante visita do governador, para transformar o hospital local em Hospital Regional, em cumprimento da Ação Civil Pública (ACP) para a ampliação da estrutura e futura transformação em hospital regional. Quanto ao objetivo da 3ª promotoria, informou que está em andamento uma Ação Civil Pública para tentar solucionar o problema. Houve reunião com o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e representantes dos bancos, sendo instaurado Inquérito Civil e Ação Civil Pública para adequação do atendimento de acordo com a legislação. Dificuldades: mudança da gestão municipal, falta de recursos estruturais na Promotoria de Justiça, principalmente devido aos poucos servidores, muita rotatividade de Promotor de Justiça nos cargos, grande volume de trabalho com relação aos processos e atendimento.

## **2.5 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Franklin Jones da Silva

**2.5.1 – 1º objetivo:** assegurar o funcionamento adequado do serviço estadual de perícia técnica criminal no Município.

### **Atividades Realizadas:**

- Instauração de Inquérito Civil.

**Considerações:** houve instauração do Inquérito Civil Público nº 002/2012. Dificuldades: interdição do prédio onde se realizava os exames de cadáver e falta de profissionais lotados na Promotoria de Justiça.

## **2.6 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CURIONÓPOLIS**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Franklin Jones da Silva

**2.6.1 – 1º objetivo:** buscar mais eficiência e integração no trabalho da Polícia Militar e Civil.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião;
- Instauração de Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** foi realizada reunião com delegado de Polícia Civil, Dr. Tiago Carneiro, e Capitão da Polícia Militar, Sr. Gledson, sendo que há 50 % da meta cumprida. Dr. Franklin Jones ressaltou os problemas de Serra Pelada, sendo que o Ministério Público interveio com instauração de Termo de Ajuste de Conduta, para combater os problemas na área de garimpo.

**2.6.2 - 2º objetivo:** combater a irregularidade dos veículos que circulam em Curionópolis e Eldorado dos Carajás.

**2.6.3 - 3º objetivo:** combater a exploração sexual de menores em Curionópolis.

**Considerações:** dificuldades: ausência de veículo, ausência de servidor, acúmulo de cargos e alta rotatividade, além de problemas de infra-estrutura.

## **2.7 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Franklin Jones da Silva

**2.7.1 – 1º objetivo:** atuar junto a prefeitura para organizar a sinalização horizontal e vertical do trânsito nas principais vias públicas do município.

### **Atividades Realizadas:**

- Instauração de Inquérito civil;
- Expedição de recomendação ao município.

**2.7.2 - 2º objetivo:** criar local adequado para despejo de resíduos sólidos.

**2.7.3 - 3º objetivo:** organizar a ocupação irregular de calçadas por estabelecimentos comerciais.

### **Atividades Realizadas:**

- Envio de ofício às autoridades municipais.

**Considerações:** dificuldade: falta de oficial, de serviço auxiliar e de veículo.

## **2.8 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS DE MARABÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Cristine Magella Silva Correa

**2.8.1 – 1º Objetivo:** implementar medidas administrativas e/ou judiciais, visando funcionar a Delegacia do Bairro da Liberdade 24 horas.

### **Atividades Realizadas:**

- Instauração de Inquérito Civil;
- Expedição de Ofícios.

**Considerações:** foram constatados, através de audiência pública, cinco problemas, sendo que foram implementadas medidas administrativas e/ou judiciais, visando funcionar a Delegacia do Bairro da Liberdade 24 horas. Através de inquérito civil instaurado, foi verificado que o concurso público que seria realizado foi cancelado, e que a Ação Civil Pública prevista não foi ajuizada, devido a falta do concurso para Polícia Civil.

## **2.9- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE MARABÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Hygéia Valente de Souza Magalhães

**2.9.1 – 1º objetivo:** proceder para que a Delegacia Civil especializada funcione em regime de plantão.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Inspeção;
- Expedição de Ofício.

**Considerações:** Após inspeção, foram levantadas algumas irregularidades, sendo que nos altos da delegacia funciona o abrigo para mulheres e foram verificadas a falta de limpeza, de estrutura e de cuidados com as mulheres assistidas. Dra. Hygéia Valente informou que após inspeção na Delegacia, constatou que o abrigo para mulheres está inabitável, tendo já oficiado a Secretaria de Assistência Social do Estado.

## **2.10— PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA E PALESTINA DO PARÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Mayanna Silva de Souza Queiroz

**Nota:** Dra. Mayanna Silva apresentou o PA das PJs de Brejo Grande do Araguaia e de Palestina do Pará, observando que São João do Araguaia abrangeria essas PJs.

**2.10.1 – 1º objetivo:** exigir o funcionamento regular do programa de farmácia básica.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Visita;
- Expedição de Ofício.

**Considerações:** expedido ofício requisitando informações e documentos relativos ao funcionamento do programa de farmácia básica. Após análise da documentação recebida e visita *in loco*, verificou que o programa encontra-se regular, sendo que a meta é considerada cumprida.

**2.10.2 - 2º objetivo:** exigir melhoria na prestação do serviço de iluminação pública.

**Considerações:** tinha como atividade realizar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa prestadora do serviço público. Dificuldades: a impossibilidade de realização de audiência pública no município de Brejo Grande do Araguaia, por falta de condições administrativas que viabilize o evento, tendo em vista a falta de servidor, de material, de veículo e outros. Por não ter servidor público, está caótico o trabalho, com devolução de documentos. Informou que não encontrou a pasta com o

registro dos Planos de Atuação, e que devido a grande rotatividade de promotor, a documentação referente está parada, pois os promotores comparecem apenas para cumprir audiências e não ficam na Promotoria de Justiça.

**2.10.3 - 3º objetivo:** exigir melhoria da prestação do serviço público de saúde no Hospital Municipal, em especial com a disponibilização da quantidade de médicos necessário ao bom atendimento da população.

**Considerações:** Informou que quanto ao hospital, o atendimento encontra-se satisfatório, de acordo com a demanda da população do município de Brejo Grande do Araguaia.

## **2.11 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Mayanna Silva de Souza Queiroz

**Considerações:** informou que não encontrou nenhum arquivo na pasta referente aos registros do Plano de Atuação e que mesmo estando a dois meses na Promotoria de Justiça, expediu os ofícios previstos no Plano de Atuação (atividade realizada), estando em andamento a execução, que será acompanhada pela próxima Promotora de Justiça, Dra. Renata Valéria, que assumirá posteriormente.

## **2.12– PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS DE MARABÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Mayanna Silva de Souza Queiroz

**2.12.1 – 1º objetivo:** melhorar o atendimento médico no posto de saúde do bairro da Liberdade, com expedição de ofícios, recomendação a secretaria municipal de Marabá, solicitando a locação de clínico geral no posto de saúde do bairro.

**2.12.2 - 2º objetivo:** fornecer atendimento de saúde bucal no centro de Saúde do Bairro Liberdade.

### **Atividades Realizadas:**

- Instauração de Procedimento;
- Expedição de Ofício;
- Realização de Visita;
- Expedição de Recomendação;
- Ajuizamento de Ação Civil Pública.

**Considerações:** Foi instaurado procedimento e houve expedição de ofício solicitando informações a respeito do fornecimento de material odontológico. Foi realizada visita ao posto de saúde, seguida de expedição de recomendação para regularizar a situação. Diante da falta de cumprimento da recomendação ministerial, ingressou com Ação Civil Pública para garantir o atendimento odontológico em Marabá, estando os autos conclusos no gabinete da 3ª Vara Cível.

**2.12.3 - 3º objetivo:** melhorar a forma de coleta de material para exames laboratoriais, bem como a entrega de resultados aos moradores do Bairro Liberdade.

**Atividades Realizadas:**

- Solicitou a melhora no recolhimento do material que é próprio do atendimento do posto de saúde.

**Considerações:** Informou que esse objetivo deverá ser alterado. Dificuldades: a maior dificuldade externa encontrada é a falta de apoio e cumprimento das políticas públicas e a dificuldade interna é a falta de servidor público.

## **2.13 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RONDON DO PARÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Ely Soraya Silva César

**2.13.1 – 1º objetivo:** proceder para a adequada prestação de saúde, em especial aos pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD).

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Expedição de Ofícios.

**Considerações:** Foram realizados cinco atendimentos de pacientes, expedidos ofícios e realizada reunião com órgãos competentes, surgindo alguns encaminhamentos como a regularização das passagens dos pacientes, racionalização de exames e consultas, tendo sido percebido uma melhora nos pacientes em Tratamento Fora do Domicílio.

**2.13.2 - 2º objetivo:** viabilizar a reforma da Delegacia de Polícia, bem como requerer do Poder Judiciário, a remoção imediata dos presos para o presídio mais próximo.

**Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofícios.

**Considerações:** Foram expedidos ofícios, solicitando a previsão do tempo de reforma/ampliação da Delegacia de Polícia Civil de Rondon do Pará, o agendamento de reuniões e a realização de visitas carcerárias para levantamento das precariedades da Delegacia.

**2.13.3 - 3º objetivo:** formalizar convênio com o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) para legalizar a municipalização do trânsito no município.

**Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofício.

**Considerações:** Expedição de ofício a Prefeitura Municipal solicitando providências, e posteriormente, solicitando resposta no prazo de dez dias quanto a celebração de parceria com órgão competente para viabilidade do objetivo.

**2.13.4 - 4º objetivo:** conscientizar a população sobre os riscos de se entregar veículos para menores conduzirem.

**Considerações:** Realização de palestra, expedição de ofícios. Não encontrou nenhuma informação a respeito das atividades para o cumprimento da meta. Informou que deve-se rever os objetivos para enxugar o Plano de Atuação da Promotoria de Justiça de Rondon do Pará no quarto quadrimestre.

## **2.14 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA E DE PIÇARRA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Gilberto Lins de Souza Filho

**2.14.1 – 1º objetivo:** enfrentar as situações de exploração e prostituição infantil.

**2.14.2 - 2º objetivo:** diligenciar junto à Companhia Elétrica do Pará S/A (Rede CELPA) para regularizar o fornecimento de energia elétrica.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** Foi expedida recomendação a rede Celpa para regularizar o fornecimento de energia, e procedeu-se a expedição de ofícios. Dificuldades: ausência de carro oficial, dificuldade de acesso a São Geraldo do Araguaia e Piçarra sendo que esta fica esquecida, não tendo servidor para atender as demandas da população quando o promotor não está. Informou que houve registro somente do primeiro acompanhamento do Plano de Atuação.

## **2.15 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA, TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL DE MARABÁ**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Júlio César Sousa Costa

**2.15.1 – 1º objetivo:** identificar as improbidades administrativas.

**Considerações:** Informou que utiliza o sistema do Ministério Público para controle dos processos que tramitam pela promotoria e que está alimentando o sistema com todas as ações civis de improbidade. Dr. José Maria Gomes informou que futuramente haverá um sistema que congregará todas as informações dos processos, para o acompanhamento das ações. Dr. Júlio César ressaltou que atualmente encontram-se inúmeros processos parados no cartório, e que a decisão do Conselho Federal de Justiça é de acelerar os processos de improbidade administrativa, auxiliando no trâmite dos processos.

## **2.16 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR, REGISTROS PÚBLICOS, FAMÍLIA E SUCESSÃO, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DE MARABÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Josélia Leontina de Barros Lopes

**Considerações:** Está sendo dado andamento às ações interpostas, tendo sido levantado e identificado o cumprimento das ações.

## **2.17 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE MARABÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Josélia Leontina de Barros Lopes

**Considerações:** Identificou quais ações estavam paralisadas na Promotoria de Justiça, tendo com o auxílio de um assessor, elaborado um modelo de despacho que agilizou os sentenciamentos das ações civis públicas, informando que 75% (setenta e cinco por cento) do Plano de Atuação encontra-se cumprido. Atualmente, há uma servidora de serviços gerais para atender a cinco promotorias atuando como auxiliar de administração, o que impacta no cumprimento do Plano de atuação.

### **3 - ENCAMINHAMENTOS:**

1) Desmembramento da Promotoria de Justiça da Infância e juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes, Pessoas com deficiência e Idosos. (Divisão de competências)

#### **JUSTIFICATIVA:**

Segundo os Promotores que defenderam a proposta esta Promotoria de Justiça deveria ser desmembrada em três ou mais funções, pois estas áreas são de grande impacto social (repercussão social). Além deste aspecto a área da Infância por ser prioridade e receber a maior demanda, termina por canalizar maior atenção, assim como monopoliza o apoio técnico e administrativo disponível.

Esta situação tem gerado ainda protestos por parte de outras demandas - Deficientes e Idosos - que entendem haver prejuízos nesta forma de organização da Promotoria de Justiça. No primeiro caso a Promotoria de Justiça informa que está sendo feito um abaixo assinado pelos usuários como forma de pressionar o Ministério Público a criar uma Promotoria de justiça para esta área.

Vale informar que esta solicitação já foi encaminhada anteriormente através de Ofício.

2) Aumentar a quantidade do número de Oficiais na sede do Pólo. Requer a designação de Pedagogo para a Região Administrativa.

**JUSTIFICATIVA:** O número atual não consegue atender a demanda da região e a falta de Pedagogo dificulta a execução das atividades relativas ao planejamento.

3) Possibilitar que os alunos do convênio com a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará em Marabá sejam aceitos a partir do 1º ou 2º ano, por exemplo.

**JUSTIFICATIVA:** A normatização atual da matéria definida pelo Ministério Público do Estado dificulta o acesso de estagiários ao Órgão, uma vez que ao fazê-lo apenas no 5º semestre estes já foram contratados por outros Órgãos, cabendo um número insuficiente disponível no mercado. Segundo os Promotores de justiça a Universidade Federal do Pará (UFPA) mantém apenas uma turma do curso de direito com 38 alunos. Expuseram ainda que pela ausência de estagiários terminam por pagá-los com recursos próprios e que o Tribunal de Justiça do Estado tem normativa semelhante a que estão propondo.

4) Recomendar aos Promotores de Justiça responsáveis pelos apenados dos municípios aos quais estão vinculados (municípios de origem dos apenados) o efetivo acompanhamento de sua situação.

5) Revisão dos critérios de avaliação estabelecidos pelo Colégio de Procuradores, no que tange a criação, provimento ou redistribuição de cargos de Procuradores e Promotores de Justiça.

6) Descentralizar a realização de cursos promovidos pelo Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

**JUSTIFICATIVA:** Para os Promotores a oferta de cursos apenas na capital inviabiliza a participação em função da distância para deslocamento com afastamento de suas funções por maior tempo. A realização de cursos no próprio Pólo também possibilitaria a participação de um maior número de pessoas. Possibilitar cursos de especialização em planejamento, tendo como público alvo, por exemplo, membros e técnicos.

#### **OUTRAS DEMANDAS LEVANTADAS PELO GRUPO EM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

1) Necessidade de criação de novos cargos;

2) Melhorar a estrutura da Promotoria de Marabá; (auxiliares de administração, corpo técnico, etc.);

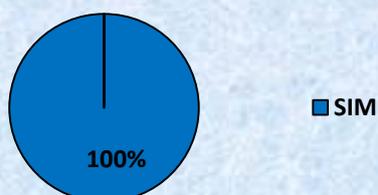
3) Tornar a comunicação com a capital menos burocrática (trânsito de comunicação mais fácil);

4) Designação de Assessores/Analista não apenas para a capital, mas também para os Pólos tornaria as condições de atuação “mais amenas”.

## AVALIAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DOS PLANOS DE ATUAÇÃO.

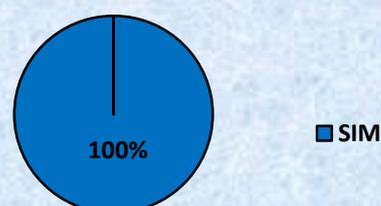
### DEMONSTRATIVO GRÁFICO – SUDESTE I

Gráfico 1: A reunião foi importante para a discussão da execução dos PAs?



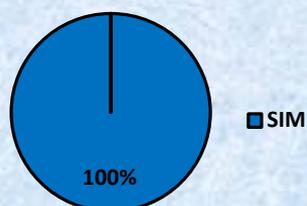
**Aspectos Relevantes:** importante forma de exposição do desenvolvimento do PA e das dificuldades enfrentadas para o cumprimento das metas.

Gráfico 2: A metodologia e o tempo desta reunião foram suficientes para o esclarecimento das dúvidas, porventura existentes?



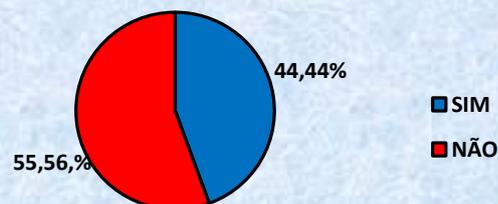
**Aspectos Relevantes:** sim, sendo importante como método avaliativo das atividades executadas.

Gráfico 3: É importante que sejam realizadas outras reuniões nos próximos semestres?



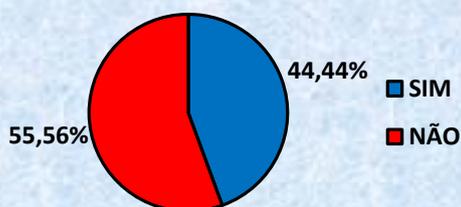
**Aspectos Relevantes:** sim, importante para o acompanhamento das atividades executadas, conforme os objetivos elencados.

Gráfico 4: As atividades são suficientes para o alcance dos objetivos?



**Aspectos Relevantes:** não, requer a revisão de algumas metas, bem como a estrutura da Promotoria de Justiça para a realização das atividades propostas no PA.

Gráfico 5: Foi percebido algum impacto na sociedade a partir da execução do PA?



**Aspectos Relevantes:** nesta Região Administrativa percebe-se que os objetivos elencados precisam ser revistos devido às dificuldades enfrentadas nas Promotorias de Justiça, o que dificulta o cumprimento das metas do PA.



**Região Administrativa**

**BELÉM II**

**Sede do Pólo: Ananindeua**



Reunião de Acompanhamento dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Belém II – 1º, 2º e 3º quadrimestres, realizada em 24 de junho de 2013, em Ananindeua-PA

**Ministério Público do Pará  
Corregedoria-Geral  
Plano de Atuação  
2013**







Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=ananindeua&source>

**Ananindeua** é a cidade sede do Pólo da Região Administrativa Belém II, é vizinha da capital e compreende as promotorias de justiça dos seguintes municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara. Localiza-se na mesorregião Metropolitana de Belém, distante a 14 (quatorze) quilômetros da capital do estado do Pará. É o segundo município mais populoso do estado e o terceiro da Região Amazônica. Sua população é estimada em 493.976 (quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e setenta e seis) habitantes, segundo dados do Anuário do Pará, ano 2013-2014.

Teve seu maior desenvolvimento populacional a partir da construção da BR-010 (Belém-Brasília) na década de 1960, na qual as indústrias localizadas em Belém começaram a se estabelecer ao longo desta rodovia. A

cidade é originária de ribeirinhos, começou a ser povoada a partir da antiga Estrada de Ferro de Bragança. Considerada "cidade dormitório", apresentou um considerável crescimento nos últimos anos, decorrente da falta de espaço para a construção de novas moradias em Belém. É cidade limite com os municípios de Marituba e Benevides, tem em seu calendário cultural os festejos de sua padroeira Nossa Senhora das Graças.

A área insular de Ananindeua, fica ao norte do município, sendo composta por nove ilhas, são elas: Viçosa, João Pilatos, Santa Rosa, Mutá, Arauari, São José da Sororóca, Sororóca, Sassunema e Guajarina. É formada por inúmeros rios, como o do Maguari, e furos, com o da Bela Vista e das Marinhas, e igarapés (ALMEIDA, A. F, 2008).



## **1 – ABERTURA DA REUNIÃO**

A reunião da Região Administrativa Belém II iniciou-se, em 24/06/2013, com o Corregedor-Geral, Dr. Adélio Mendes dos Santos, recepcionando os participantes e fazendo um breve relato do trabalho que desenvolveu como Promotor de Justiça de Ananindeua. Informou a abertura do sistema do Plano de Atuação (SEAPA) para inserção das informações referentes ao 4º quadrimestre do Plano de Atuação e lembrou qual o período que o sistema estará disponível para a devida inserção das informações.

Em seguida, o Corregedor Geral solicitou a apresentação individual de cada membro presente, tendo início pelo Dr. José Maria Gomes dos Santos, Ouvidor do Ministério Público. Dr. Adélio Mendes convidou o Dr. José Godofredo Pires dos Santos, coordenador do Pólo, para compor a mesa e iniciar a apresentação dos Planos de Atuação. Dando início a apresentação, Dr. José Godofredo Pires falou a respeito do acúmulo de cargos dos promotores de Ananindeua e informou que há cargos vagos, devido a promoções e convocações dos Promotores de Justiça.

## **2 - EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DOS MEMBROS**

### **2.1 – PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ANANINDEUA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos

**2.1.1 – 1º objetivo:** reduzir o número de crianças e adolescentes em locais inadequados, bem como evitar que consumam substâncias proibidas, reduzindo o número de envolvidos em gangues, desordens e atos infracionais.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Ação Civil Pública em andamento.

**Considerações:** Articulação da rede de atendimento, sistema de garantia de direitos, que tem como parceiros, conselhos tutelares, secretarias municipais, órgãos de segurança pública, sociedade e Instituições ligadas a rede de atendimento do município de Ananindeua, solicitando o envolvimento das mesmas, a fim de reduzir o problema envolvendo consumo de álcool e uso de drogas por crianças e adolescentes;

- Essas reuniões acontecem uma vez por mês, com objetivo de criar plano preventivo e repressivo para tratar do problema;

- Há a identificação de muitos estabelecimentos clandestinos e está sendo elaborada uma campanha para trabalho preventivo no intuito de diminuir a frequência de crianças e adolescentes em locais inadequados;

- Foi criada uma página no *facebook*, denominada “Grupo de prevenção e combate a violência”, que serve de instrumento para receber denúncias a respeito da criança e do adolescente;
- Propôs reunião entre os integrantes da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude para levantar as demandas com maior frequência, criando um planejamento no sentido de melhorar as relações interinstitucionais, viabilizando políticas para tratar das ocorrências na área da infância e juventude;
- Observou a importância de estreitar as relações das diversas áreas de atuação do Plano de Atuação; informou que há várias Ações Cíveis Públicas tramitando e que é importante o trabalho de parceria e articulação, de forma que se estreite a relação com os órgãos públicos do município de Ananindeua;
- Dr. Carlos Eugênio Rodrigues explica que em algumas situações, os direitos das crianças estão sendo negligenciados pelos próprios pais e que o grande problema não é a presença na parte interna do estabelecimento, mas sim o que há no entorno dos estabelecimentos, como venda clandestina de bebidas alcoólicas, drogas, entre outros ilícitos. Informa que há orientação do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda que a criança não pode estar além das 22 horas em estabelecimentos como restaurantes e bares, mesmo que acompanhada dos pais;
- Dificuldades encontradas: inviabilidade de programar qualquer atividade na Promotoria de Justiça no período da tarde, devido à falta de servidor.

**Contribuições:** Dr. Adélio Mendes reforçou a importância de tentar estreitar o contato com demais entidades, antes de ingressar com Ação Civil Pública, pois muitas vezes tem uma resposta mais célere;

- Dr. José Maria Gomes mencionou a portaria que proíbe a entrada de menor em alguns estabelecimentos, mesmo estando acompanhado de responsável;
- Dra. Sumaya Saady Morhy Pereira, que participou da reunião como representante do Centro de Apoio Operacional (CAO), informou que receberam do Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (GAPI), um levantamento sobre as demandas concernentes às Promotorias de Justiça, o qual viabiliza um trabalho de articulação com outras entidades, colocando os Centros de Apoio Operacional como parceiros para atingir os objetivos elencados no Plano de Atuação, através do trabalho de interiorização.

## **2.2 - PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE ANANINDEUA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Quintino Farias da Costa Júnior

### **2.2.1 – Problemas:**

- ✓ Ocorrência acentuada de crimes de roubo e tráfico de drogas;
- ✓ Altos níveis de reincidência;
- ✓ Déficit do contingente policial civil e militar;

- ✓ Inquérito policial inadequado, no qual não foi encontrado para esses pontos nenhum arquivo de referência e fonte de informação para seguir com o tema levantado.

#### **Atividades Realizadas:**

- Encaminhamento de Ofícios;
- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Para o cumprimento e operacionalização do Plano de Atuação, no 1º quadrimestre, levantou os seguintes aspectos para solução: concurso público para polícias civil e militar, para resolver o problema de contingência policial;

- Foram expedidos ofícios a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP), Polícia Militar e escritório regional da Organização das Nações Unidas (ONU), indagando a rotina de capacitação, contingente policial no município e parâmetros policial/habitante fixados para a América Latina;

- Dr. Quintino Farias reivindicou, informando que o Conselho Superior não tem dado o devido apoio ao Promotor de Justiça, e que em alguns casos, quando se dá a falta provas contundentes do ato praticado, é solicitado o arquivamento do processo, sendo que o juiz, muitas vezes, dá razão ao Judiciário, adotando outra postura. Diante da dificuldade de comunicação entre as instituições, o trabalho foi dificultado e encaminhado a Corregedoria Geral, para um posicionamento quanto à postura adotada entre entidades envolvidas no cumprimento dos objetivos elencados no Plano de Atuação;

- Dr. Quintino Farias informou que a postura adotada pelo titular da Secretaria de Segurança Pública (SEGUP) é um problema que pode ser contornado pela Subprocuradoria da Área Jurídico-institucional, mas que não inviabiliza o plano;

- Dificuldades: devido à forma de atuação singular da Promotoria de Justiça Criminal, é inviável reunir ou executar qualquer trabalho no período da tarde, por não ter servidor ou membro para realizar a reunião;

- Dr. Quintino Farias questionou qual a contribuição que o Promotor de Justiça pode dar para o cumprimento dos deveres e direitos do cidadão, falando da diferença entre a capital e o interior, sendo que no interior, se consegue reunir vários membros de entidades públicas, o que quase não ocorre na capital, onde essa atividade é prejudicada, devido à falta de tempo e recursos humanos. Foi elaborada uma Cartilha de orientação jurídica direcionada ao policial militar, sendo já encaminhado para a Corregedoria Geral.

### **2.3 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO DE MARITUBA**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Léa Cristina Mouzinho da Rocha

**2.3.1 - 1º objetivo:** atuar em conjunto com o Poder Público, promovendo e executando ações no sentido de reduzir a criminalidade no município de Marituba.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Realização de reuniões com a Polícia Militar, para buscar ações de integração, voltadas ao combate da criminalidade no município; efetivação do sistema de garantia dos direitos da infância e juventude, especialmente quanto aos aspectos relacionados à atuação dos Conselhos Tutelares.

**2.3.2 - 2º objetivo:** atuar com instituições governamentais e não governamentais, buscando a eficácia da rede de atendimento à criança e ao adolescente, especialmente através da atuação otimizada do Conselho Tutelar de Marituba.

**2.3.3 - 3º objetivo:** atuar em conjunto com os órgãos competentes, visando combater a violação aos direitos dos portadores de necessidades especiais, especialmente quanto à acessibilidade.

**2.3.4 - 4º objetivo:** atuar junto aos órgãos competentes no sentido de combater a ausência de política pública municipal de assistência aos direitos dos idosos em situação de risco.

**Considerações:** A Promotora de Justiça informou que tem enfrentado dificuldades no Poder Executivo, onde têm ocorrido mudanças devido a ingresso do Ministério Público, requerendo cassação dos dirigentes;

- Destacou a falta de servidores, infraestrutura, oficial de promotoria, motorista, estagiário de administração na Promotoria de Marituba, o que inviabilizou a realização das reuniões necessárias para o andamento das atividades descritas no Plano de Atuação;

- Ressaltou a existência de problemas quanto à distribuição da demanda reprimida, referente a notícias de fato, dentre outros, e que está sendo feito um levantamento quanto às demandas, sendo expedidos vários ofícios com notificação, mas que enfrentou dificuldade de entrega devido à falta de carro na Promotoria de Justiça de Marituba.

**Contribuições:** Dr. Carlos Eugênio Rodrigues ressaltou a necessidade de estruturar a sede do Pólo e diz que ainda há uma liberação muito grande de estagiários que iniciam em Marituba e depois querem ir para Belém, sendo que muito pouco foi feito no Plano de Atuação. Houve ingresso de termo de ajustamento de conduta (TAC), inspeções e aguarda a estruturação de material humano pra dar andamento ao cumprimento das metas do Plano de Atuação;

- Dr. Adélio Mendes sugere que a criação do 3º Conselho Tutelar seja através de projeto de Lei e informa aos participantes a possibilidade de contratação de estagiários do ensino médio.

## **2.4 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE MARITUBA**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Alessandra Rebelo Clós

### **2.4.1 – Problemas levantados:**

**2.4.1.1- 1º Problema:** elevada quantidade de denúncias sobre a deficiência de gestão de resíduos sólidos no município de Marituba.

#### **Atividades Realizadas:**

- Minuta de Termo de Ajuste de Conduta;
- Instauração de Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

**Considerações:** Foi instaurado um Termo de Ajuste de Conduta com relação ao uso de resíduos sólidos.

**2.4.1.2- 2º Problema:** combate da improbidade administrativa que ocorre no município.

#### **Atividades realizadas:**

- Instauração de Inquérito Civil;
- Ajuizamento de Ação Civil Pública.

**Considerações:** Foram instaurados dois inquéritos civis para apurar os casos de improbidade que resultaram em Ação Civil Pública, onde uma das ações resultou na cassação do prefeito do município.

**2.4.1.3- 3º Problema:** Elevada quantidade de crimes, havendo necessidade de atuar junto ao Poder Público, no sentido de combater a criminalidade no município.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Envio de ofícios.

**Considerações:** Foram realizadas reuniões e enviados ofícios, atuando junto com os órgãos competentes. Dr. José Edvaldo Pereira Sales informou que irá atualizar as informações referentes ao Plano de Atuação no período em que o sistema estiver aberto para inserção das informações.

## 2.5 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE BENEVIDES

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Bezalíel Castro Alvarenga

**2.5.1 – 1º objetivo:** atuar em conjunto com os Órgãos Competentes, no sentido de melhorar o trabalho de policiamento ostensivo no Município.

### Atividades Realizadas:

- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Relatou os principais problemas destacando o diminuto contingente de policiais civis e militares, responsáveis por gerar a sensação de insegurança no município. Informou que realizou reuniões com o comando da Polícia Militar e Polícia Civil para intensificar as rondas preventivas, principalmente no bairro das Flores, onde ocorre o maior número de ocorrência da criminalidade do município.

**2.5.2 - 2º objetivo:** atuar no sentido de promover a celeridade na prestação jurisdicional, através da agilidade na tramitação dos processos de réus presos até o ano de 2010.

### Atividades realizadas:

- Reuniões de trabalho.

**Considerações:** Dr. Bezalíel Castro disse que a judicialização de processos não é a melhor opção para solução de determinados problemas, e muitas vezes, o contato direto tem mais resultados, assim como reuniões, recomendações;

- Com relação ao andamento de processos, foi criada a 3ª Vara Penal, onde foi possível fazer um mutirão para agilizar os processos de presos provisórios que estavam parados e com isso, foi reduzido consideravelmente, o contingente de processos de réu preso, sendo despachado no prazo de 24 horas pelo juiz e encaminhado ao Ministério Público, e que com isso, tem dado um impulso nos trabalhos da promotoria.

**Contribuições:** Dificuldades encontradas: a falta de carro, motorista, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de administração;

- Dr. Bezalíel Castro informou que atualmente, Benevides tem em média setenta mil habitantes. Foram criados alguns cargos, mas a estrutura da Promotoria de Justiça não atende a demanda de trabalho;

- Dr. Bezalíel Castro relatou que já conseguiu a aprovação para doação de um terreno para construção do prédio próprio do Ministério Público no município. Informou que é grande o índice de violência e criminalidade, que tem sido crescente nos últimos dois anos.

## **2.6 – PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEL DE BENEVIDES**

Apresentação: Promotores de Justiça Dra. Albely Miranda e Dr. Bezaliel Castro Alvarenga

**2.6.1 – 1º objetivo:** atuar no combate a má aplicação dos recursos públicos do município de Benevides.

### **Atividades Realizadas:**

- Ajuizamento de Ação Civil Pública;
- Realização de Reuniões;
- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** Dr. Bezaliel Castro informou que a Dra. Albely Miranda efetivou ações de combate a improbidade administrativa, com reuniões, levantamento de informações, ajuizamento de Ação Civil Pública contra a questão do transporte público, foi expedida recomendação contra a Prefeitura municipal de Benevides para interrupção de contratação de temporários com prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

- Levantou a questão da falta de defensor público e a extinção do representante da Defensoria Pública em alguns municípios carentes;

## **2.7 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA BÁRBARA**

Apresentação: Promotores de Justiça Dra. Viviana Delaquis Perez e Dr. Bezaliel Castro Alvarenga

**2.7.1 – 1º objetivo:** atuação para melhoria nas estruturas físicas das escolas públicas, bem como a qualidade de ensino e regularidade no fornecimento de merenda escolar.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Visitas;
- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Informou que a Promotora de Justiça, Dra. Viviana Perez, tem sido atuante e realiza visitas nas escolas e reuniões com as entidades envolvidas para a execução da meta no Plano de Atuação.

**Contribuições:** Dra. Léa Cristina Mouzinho sugeriu que o Dr. Bezaliel Castro encaminhasse a resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 16 para pautar as convocações de audiências.

## **2.8 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE ANANINDEUA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. José Godofredo Pires

**2.8.1 – 1º objetivo:** atuar em conjunto com o poder Executivo Municipal, no sentido de firmar um Termo de Ajuste de Conduta, objetivando a implementação de projeto de adequação de prédios, logradouros públicos e calçadas para acessibilidade de deficientes físicos.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião.

**Considerações:** Solicitou uma posição da secretaria responsável para viabilizar a sinalização das vias públicas, mas identificou que pularam várias etapas e não colocaram a sinalização onde deveria, evidenciando a improbidade administrativa e desvio de finalização do recurso. Informou que já reuniu com o secretário e orientou que termine a obra e que troque a sinalização usada pela adequada e correta, que está prevista no convênio que trata das obras.

**2.8.2 - 2º objetivo:** promover ações que visam o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares, com vista ao exercício da maternidade e paternidade responsáveis, com ênfase no reconhecimento da paternidade e prestação de alimentos.

**2.8.3 - 3º objetivo:** combater os crimes decorrentes do sistema de compra premiada, com o levantamento das empresas operadoras no município, estabelecendo a forma de combate a atividade irregular.

**Atividades Realizadas:**

- Termo de Ajuste de Conduta

**Considerações:** Quanto a esse objetivo, após orientação da Corregedoria Geral, já havia ação tanto no criminal quanto no cível, tendo Termo de Ajuste de Conduta firmado, e criminalmente não foi ajuizada ação cautelar em Santa Izabel.

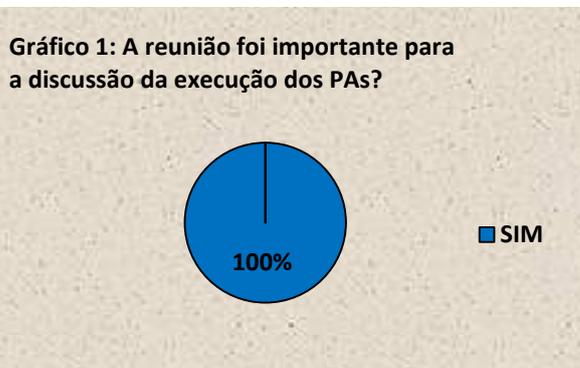
**3 - ENCAMINHAMENTOS:**

- 1) Providenciar a reforma do prédio do Ministério Público em Ananindeua, pois o mesmo apresenta vários pontos de insalubridade;
- 2) Atender a premente demanda de servidores de apoio em todos os níveis, visto a carência de toda a Região Administrativa;
- 3) A situação das entregas de notificação está caótica em toda Região Administrativa, inclusive com retrabalho, pois se o carro é agendado e por qualquer motivo não pode ser disponibilizado, todos os documentos precisam ser refeitos e reimpressos;

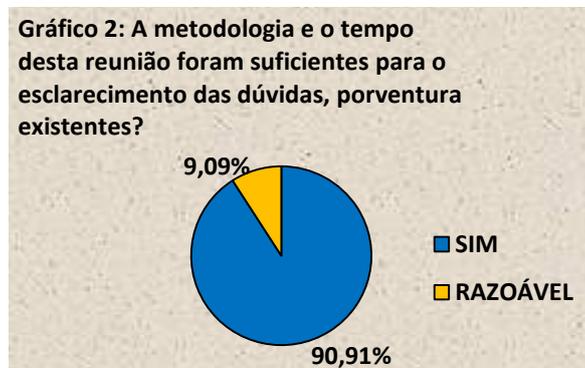
- 4) Fortalecer a atuação dos membros em Ananindeua, pois no momento estão atuando apenas seis dos dezoito ou vinte que deveriam estar na sede, inclusive com a vacância por férias ou licenças;
- 5) Enfrentar a situação atípica da Promotoria de Justiça Criminal, cujas audiências ocorrem todas as manhãs e quando retornam ao prédio não contam com servidores no período da tarde;
- 6) Dificuldade de realizar as demandas interinstitucionais, devido à falta de planejamento integrado e trabalho em equipe, apesar dos membros agendarem reuniões entre os parceiros, como Ministério Público, Tribunal de Justiça do Estado, Secretarias Municipais, Rede de Atendimento;
- 7) Solicitação que a Corregedoria-Geral verifique as situações em que realmente o Promotor de Justiça, apesar de responder em mais de uma Promotoria de Justiça, nem está em lugar nenhum, o que depõe contra aqueles que realmente se desdobram para atuar nas Promotorias de Justiça em que são designados;
- 8) Reivindicação da Promotoria Criminal de apoio do Conselho Superior quanto as solicitações de arquivamento pelos membros, visto que os Juízes tem negado o arquivamento e o Procurador Geral de Justiça tem dado crédito ao judiciário, muitas vezes se baseando no fundamento do Juiz e sem ainda contrapor os argumentos do Ministério Público;
- 9) Reivindicação da Promotoria Criminal de intervenção da Corregedoria-Geral e Subprocuradoria Geral da área Jurídico-institucional, junto a Secretaria de Segurança Pública, quanto ao fornecimento de dados para subsidiar a execução do Plano de Atuação da Promotoria de Justiça;
- 10) Sobre o Projeto de Lei que tramita na Câmara sobre criação de um segundo Conselho Tutelar, sugestão do Corregedor-Geral que seja incluída a previsão de um terceiro, evitando nova mudança de lei;

# AVALIAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DOS PLANOS DE ATUAÇÃO.

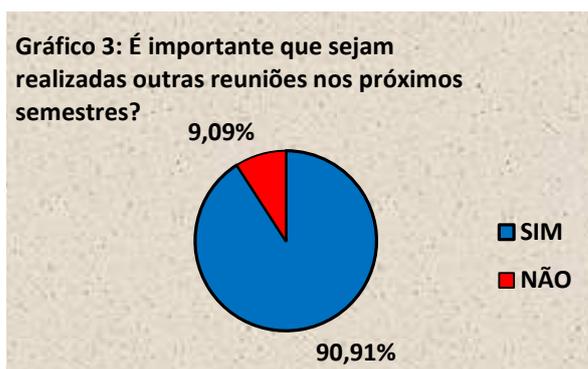
## DEMONSTRATIVO GRÁFICO – BELÉM II



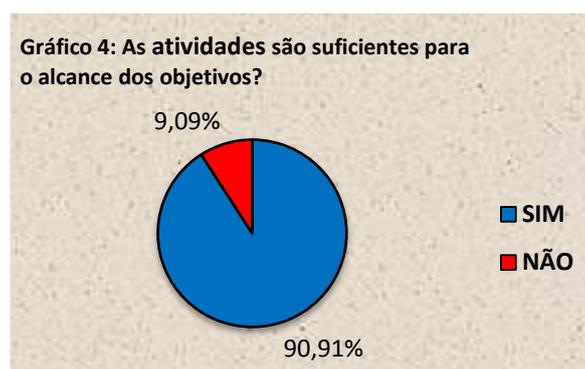
**Aspectos Relevantes:** sim, importante para dar conhecimento das atividades que estão sendo realizadas no PA.



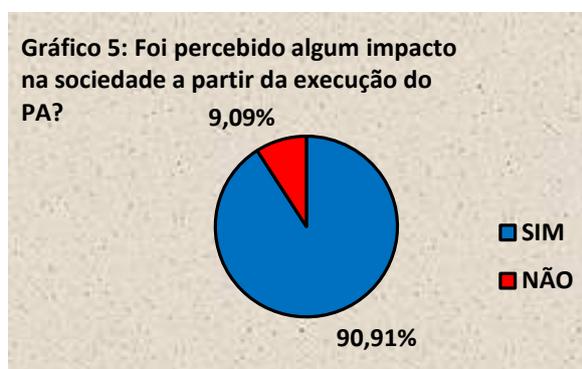
**Aspectos Relevantes:** o tempo foi considerado pelos membros como suficiente para esclarecimentos de dúvidas sobre o PA.



**Aspectos Relevantes:** sim, importante para apresentar e acompanhar as atividades implementadas junto a sociedade.



**Aspectos Relevantes:** as atividades implementadas ficam prejudicadas devido a grande demanda das promotorias de justiça e a carência de servidor para auxiliar no cumprimento de metas.



**Aspectos Relevantes:** sim, a sociedade tem respondido de maneira positiva a algumas ações implementadas pelas promotorias de justiça em cumprimento as metas estabelecidas nos PAs.



**Região Administrativa**

**NORDESTE I**

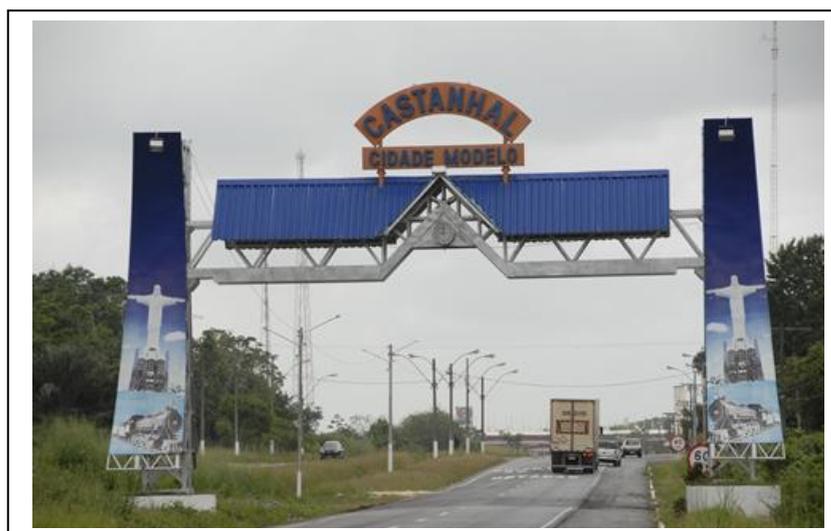
**Sede do Pólo: Castanhal**



Reunião de Acompanhamento dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Nordeste I – 1º, 2º e 3º quadrimestres, realizada em 23 de agosto de 2013, em Castanhal-PA.







Fonte: acervo Corregedoria-Geral

**Castanhal**, conhecida como “cidade modelo”, é sede do Pólo da Região Administrativa Nordeste I, localizada na mesorregião Metropolitana de Belém e fica a 73 (setenta e três) quilômetros da capital paraense pela BR 316. Abrange as Promotorias de Justiça dos municípios de Acará, Bujaru, Colares, Concórdia do Pará, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, Terra Alta, Tomé-Açu e Vigia. Atualmente, o município é o principal centro socioeconômico do Nordeste Paraense, com alta taxa de desenvolvimento. A principal atividade econômica de Castanhal é o comércio, no qual tem importante contribuição no abastecimento de municípios vizinhos, por meio da venda de alimentos, utensílios, ferramentas e produtos agropecuários, entre outros. Nos últimos anos, as autoridades

políticas têm aumentado o incentivo para instalação de indústrias de diversos ramos, e também vêm contribuindo para melhoria das indústrias pioneiras na cidade. O pólo industrial da cidade atua em ramos diversificados como: calçados, têxtil, metal-mecânica, alimentos, pré moldados, material elétrico e vestuário. Tem como principal ponto turístico, a catedral Santa Maria Mãe de Deus, uma das maiores obras arquitetônicas da região. O Monumento e a praça Cristo Redentor também são belos pontos turísticos da cidade de Castanhal, além da Vila do Apeú e do Camping Ibirapuera. Ademais, não se pode olvidar das praias belíssimas do Pará, duas delas localizadas na estrada de Castanhal-Curuçá, região litorânea próximo à Castanhal, que são as praias de Marudá e do Crispim. Em 2013, sua população estimada é de 183.917 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



## 1 – ABERTURA DA REUNIÃO

A reunião de trabalho foi iniciada pelo Corregedor-Geral, Dr. Adélio Mendes dos Santos, em 23/08/2013, informando que Castanhal, sede do Pólo da Região Administrativa Nordeste I, integra a região metropolitana de Belém. O corregedor fez as devidas considerações a respeito do Planejamento e Plano de Atuação e convidou para compor a mesa, a Dra. Ana Maria Magalhães de Carvalho, coordenadora do Pólo.

## 2 - EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DOS MEMBROS

### 2.1 – PROMOTORA DE JUSTIÇA DE MAGALHÃES BARATA

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Fábiana Mussi de Oliveira Lima

**2.1.1 – 1º objetivo:** incentivar a realização de campanhas educativas contra a violência doméstica e familiar contra a mulher e difusão da Lei nº 11.340/2006.

#### Atividades Realizadas:

- Realização de Reuniões;
- Expedição de ofícios;
- Projeto de elaboração para realização de palestras.

**Considerações:** Reuniões realizadas com o Poder Público municipal, com participação do Prefeito e do Corregedor Superintendente do município; expedição de ofícios para o Governo do Estado, Superintendente da Polícia Civil, solicitação de apoio da Procuradoria Geral de Justiça no sentido de lotação e permanência do Delegado Civil no município de Magalhães Barata e projeto de elaboração para a realização de palestras educativas.

**2.1.2 - 2º objetivo:** exigir do poder público municipal a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos que atenda aos princípios e objetivos da Lei 12.305/2010, dentro do prazo a que alude o art. 55 da Lei.

#### Atividades Realizadas:

- Expedição de ofícios;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Foram expedidos ofícios e firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Ministério Público e município de Magalhães Barata, com Secretaria de Meio Ambiente.

**2.1.3 - 3º objetivo:** atuar junto ao poder público municipal e a sociedade visando a criação e implementação de programa de acolhimento familiar no Município.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Expedida recomendação 003/2012 para o Poder Público municipal;

- Firmado Termo de Ajuste de Conduta entre o Ministério Público e município de Magalhães Barata e representante da assistência social, estabelecendo prazo de 120 (cento e vinte) dias para implantar o serviço de acolhimento familiar;

- O plano está em andamento, a Promotoria de Justiça está vaga desde o início do ano de 2013, dificultando o andamento das atividades determinadas no Plano de Atuação.

## **2.2 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARAPÉ-AÇU-**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Fábيا Mussi de Oliveira Lima

**2.2.1 – 1º objetivo:** exigir do poder público estadual a reforma e adequação da Delegacia de Polícia Civil de Igarapé-açu.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Visitas

**Considerações:** Foram realizadas duas visitas. Em visita a Delegacia de Polícia Civil, observou-se precárias condições de estrutura, confirmado através de laudo pericial do Centro de Perícia Científica Renato Chaves, o qual atestou a gravidade do estado do prédio, ensejando o ajuizamento de uma Ação Civil Pública, deferida pelo juiz, para interdição da carceragem da Delegacia de Polícia do município, sendo que foram apresentados registros fotográficos de visita ao prédio, recomendando que o prédio seja destinado a cultura do município.

**2.2.2 - 2º objetivo:** exigir do poder público e de particulares, ações que amenizem a degradação do Rio Igarapé-Açu.

### **Atividades Realizadas:**

- Instauração de Procedimento Administrativo Preliminar;
- Inquérito Civil.

**Considerações:** Foi instaurado Procedimento Administrativo Preliminar, referente a degradação ambiental nas matas ciliares ao longo do Rio Igarapé-Açu, com a preservação e restauração das áreas de preservação permanente ao longo do rio, convertido em Inquérito Civil em andamento;

- A dificuldade mais expressiva está sendo em conseguir visita técnica a este município do Centro de Perícia Renato Chaves, para elaboração de laudo técnico a fim de subsidiar o Plano de Atuação desta Promotoria de Justiça.

**2.2.3 - 3º objetivo:** exigir do Poder Público Municipal a elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos que atenda aos princípios e objetivos da Lei nº 12.305/2010, dentro do prazo a que alude o Artigo 55 desta mesma Lei.

**Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofício;
- Realização de reuniões e audiências, ensejando Termo de Ajustamento de Conduta.

**Considerações:** Oficiada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Igarapé-Açu, requisitando informações acerca do andamento do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.

**2.2.4 - 4º objetivo:** atuar junto ao poder público e a sociedade, visando a criação e a implementação de programa de acolhimento familiar no município.

**Atividades Realizadas:**

- Termo de Ajustamento de Conduta;
- Expedição de Recomendação

**Considerações:** Foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta e providenciada a expedição de Recomendação nº 002/2013 do Ministério Público, com prazo de 90 (noventa) dias, tendo já casos de acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social, sendo inseridas em família acolhedora.

## **2.12 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIGIA DE NAZARÉ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Adriana Passos Ferreira

**2.3.1 – 1º objetivo:** fiscalizar a atuação das Polícias Civil e Militar no Município de Vigia.

**Considerações:** Até o momento, a Promotora de Justiça não encontrou nenhum registro na promotoria de ação no período.

**2.3.2 - 2º objetivo:** viabilizar melhoria na estruturação física e humana do Hospital Municipal, bem como, fiscalizar o fornecimento de medicamentos nos postos de saúde e no hospital do Município.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião;
- Realização de Visitas.

**Considerações:** Reunião com representantes do Conselho Regional de Enfermagem, ocorrida no gabinete da Promotoria de Justiça. Foi repassado ao Ministério Público o relatório detalhado acerca da questão da saúde no município.

**2.3.3 - 3º objetivo:** melhorar a qualidade do ensino, redução da evasão escolar e melhoria do transporte escolar.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião.

**Considerações:** Houve uma reunião com vários responsáveis pelos alunos. Na ocasião, foram tomadas declarações por termo e solicitadas informações, já havendo inclusive informações por parte da Secretaria de Educação (SEDUC) que prestou de imediato alguns esclarecimentos via telefone.

**2.3.4 - 4º objetivo:** fiscalizar a aplicação correta das verbas públicas recebidas pelo Município de Vigia.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião.

**Considerações:** Houve participação no curso de capacitação dos membros do Ministério Público, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Tribunal de Contas dos Municípios, reunião com presidente do Conselho Municipal de Saúde para tratar das verbas destinadas à saúde e solicitação de informações relativas a várias licitações realizadas pela prefeitura. Para os demais quadrimestres, não há registro de andamento das atividades.

**2.3.5 - 5º objetivo:** atuar junto aos órgãos competentes, a fim de garantir a construção ou instalação de mais coletores de lixo no Município de Vigia, bem como a realização da coleta de lixo com periodicidade e instalação do lixão de acordo com as normas legais.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Visita de Inspeção;
- Realização de Reunião.

**Considerações:** Realização de visita de inspeção por técnicos da câmara técnica, no local onde o lixo é depositado e no local que, em tese, estaria sendo preparado para receber o lixo, em substituição ao atual.

**2.3.6 - 6º objetivo:** diminuir e controlar a incidência de Poluição Sonora no Município de Vigia.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião.

**Considerações:** Buscou-se informação junto ao Delegado de Polícia acerca da poluição sonora. Constatou-se que os maiores problemas ocorrem no período de carnaval.

- Não foi possível a realização de debates e audiências públicas, em face da precariedade de apoio, bem como, do volume de outras atividades inerentes ao cargo. A questão do apoio somente foi momentaneamente resolvida com a designação de dois servidores de Castanhal para prestar apoio em dias alternados na Promotoria de Justiça.

**2.3.7 - 7º objetivo:** diminuir o número de atos infracionais praticados por adolescentes no Município de Vigia.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião.

**Considerações:** Iniciou-se diálogo com o Conselho Tutelar e representante da Prefeitura acerca da aplicação das medidas sócio-educativas;

## **2.4 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Adriana Passos Ferreira

**2.4.1 – 1º objetivo:** propor construção de prédios próprios para escolas de educação infantil da rede municipal do município.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Vistoria.

**Considerações:** Averiguação de problemas de estrutura física, onde houve laudo pericial do Corpo de Bombeiros e do Centro Renato Chaves.

**2.4.2 - 2º objetivo:** por em prática a política de atendimento ao idoso nos municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta.

**Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofícios;
- Instauração de Inquérito Civil.

**Considerações:** Expedição de ofícios a prefeitura municipal e instauração de inquérito civil.

**2.4.3 - 3º objetivo:** propor a adaptação em prédios públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais, incluindo desobstrução de calçadas e sinalização das mesmas nos municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta.

**2.4.4 - 4º objetivo:** regulamentar a organização do trânsito nos municípios de São Caetano e São João da Ponta, sinalizar as vias públicas e identificar as ações de fiscalização do trânsito.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de perícias e vistorias.

**Considerações:** Perícias e vistorias realizadas pelo Centro de Perícias Renato Chaves e Corpo de Bombeiros, aguardando a remessa do laudo pericial e o relatório de vistoria a esta Promotoria de Justiça.

**2.4.5 - 5º objetivo:** regulamentar o código de postura do município de São Caetano.

**Atividades Realizadas:**

- Instauração de Inquérito Civil.

**Considerações:** Instaurado Inquérito Civil, conforme Portaria 004/2012 do Ministério Público. Em relação ao município de São João da Ponta, no dia 13/07/2012 foi publicada no Diário da Justiça a Resolução nº 010/2012 - Grupo de Trabalho do Tribunal de Justiça do Estado, transferindo a jurisdição do município de São João da Ponta para a comarca de Castanhal.

**2.4.6 - 6º objetivo:** propor a construção de uma Delegacia de Polícia no município de São João da Ponta, bem como aumentar o efetivo da Polícia Militar.

**Considerações:** No dia 13/07/2012, foi publicada no Diário da Justiça, a Resolução nº 010/2012 do Tribunal de Justiça do Estado, transferindo a jurisdição do município de São João da Ponta para a comarca de Castanhal.

**2.4.7 - 7º objetivo:** propor alteração da jurisdição de São João da Ponta, passando da comarca de São Caetano de Odivelas para comarca de Curuçá.

**Considerações:** O Tribunal de Justiça do Estado aprovou a alteração da jurisdição para o município de Castanhal, restando o Presidente do Tribunal assinar a resolução, publicada no Diário da Justiça, Resolução Nº. 010/2012 do Grupo de Trabalho do Tribunal de Justiça do Estado, transferindo a jurisdição do município de São João da Ponta para a Comarca de Castanhal, restando prejudicados os demais objetivos relacionados ao município de São João da Ponta.

**Contribuições:** A integrante do Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (GAPI), a servidora Marilze Bitar, faz considerações a respeito do número de objetivos inseridos no Plano de Atuação, pois o recomendado é ser até três objetivos.

## **2.5 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL, DE DEFESA COMUNITÁRIA E DA CIDADANIA DE CASTANHAL**

Apresentação: Promotoras de Justiça Dra. Carmen Burle de Mota Paes e Dra. Maria de Lourdes Brasil

**2.5.1 – 1º objetivo:** promover o cumprimento da Portaria 304/1996 que dispõe sobre a comercialização de carne somente em balcões frigoríficos, bem como da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 216/2004<sup>6</sup>, que dispõe sobre as boas práticas de manipulação de alimentos.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Realização de reuniões com os açougueiros e feirantes que comercializam carne e formalização de Termo de Ajuste de Conduta.

**2.5.2 - 2º objetivo:** promover campanhas educativas junto às instituições governamentais e não governamentais, incentivando a participação popular na fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do poder público.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Reuniões realizadas com instituições governamentais e não governamentais.

**2.5.3 - 3º objetivo:** promover o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010), considerando que até agosto de 2012, todos os municípios deverão apresentar os seus Planos de Gestão de Resíduos Sólidos, bem como até 2014, não poderá mais haver lixões a céu aberto com catadores expostos a todo tipo de insalubridade.

---

<sup>6</sup> Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Visitas;
- Realização de Reuniões;
- Termo de Ajuste de Conduta.

### **Considerações:**

- Realização de visitas *in loco*, considerando o risco dos lixões;
- Realização de reuniões com o poder público municipal e secretarias envolvidas;
- Dificuldades pela falta de equipe técnica para estruturar a Secretaria de Meio Ambiente. Termo de ajuste de conduta assinado, estimado o prazo para extinção do lixão, política de resíduos sólidos e educação ambiental, plano de combate a dengue, em determinação da Lei 12.305/2010<sup>7</sup>.

## **2.6 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BUJARU**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Isaac Sacramento da Silva

**2.6.1 – 1º objetivo:** levantar o índice de crianças e adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com o tráfico de drogas, bem como diagnosticar se há políticas públicas eficazes nesse sentido para, em consequência, fomentar a implementação das inexistentes e ampliação das políticas eventualmente existentes, com vista a reduzir o problema detectado.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofícios.

**Considerações:** Ofícios expedidos e acompanhamento dos casos de grupos de fora que tem cometido diversos crimes no município, Termo de Ajuste de Conduta sugerido.

**2.6.2 - 2º objetivo:** levantar e realizar um diagnóstico das condições de coleta e depósito de resíduos sólidos (lixo) no município, com vista a fomentar a adoção de Política Municipal nesse sentido, visando adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305/2010.

**2.6.3 - 3º objetivo:** levantar e cadastrar estabelecimentos comerciais do município (sedes dançantes, bares, balneários e congêneres), que exerçam atividades potencialmente causadoras de poluição sonora e que pela atividade, acabam por propiciar a entrada e permanência do público infante-juvenil, com vista a adequá-los às normas ambientais, de postura municipal, de segurança e as do Estatuto da Criança e do Adolescente.

---

<sup>7</sup> Lei 12.305/2010 Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

## 2.7 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOMÉ-AÇU

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Brenda Melissa Fernandes Loureiro Braga

**2.7.1 – 1º objetivo:** atuar junto aos órgãos competentes para que promovam o aprimoramento do Inquérito Policial.

### Atividades Realizadas:

- Realização de Reuniões;
- Expedição de Recomendação;
- Visitas Carcerárias.

**Considerações:** Realizadas reunião com o Poder Público municipal, expedição de recomendação e visitas carcerárias na Delegacia de Polícia do Município.

**2.7.2 - 2º objetivo:** disciplinar e estabelecer os procedimentos a serem adotados no Município de Tomé-Açu, visando à permanência na escola dos alunos que a abandonaram sem concluir seus estudos.

### Atividades Realizadas:

- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Reuniões com participação do prefeito e secretarias municipais. Meta considerada cumprida.

**2.7.3 - 3º objetivo:** atendimento adequado a crianças e adolescentes usuários e/ou dependentes em substâncias psicoativas.

### Atividades Realizadas:

- Realização de Reunião.

**Considerações:** Realizada reunião com participação do Poder Público municipal, com prazo para implantação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Municipal de Saúde.

**Contribuições:** Dra. Brenda Fernandes informou a existência de problemas com o funcionamento da Promotoria de Justiça, devido à má estrutura do prédio, a falta de servidor, ao grande fluxo de trabalho, o que, portanto, prejudica a efetivação do Plano de Atuação.

## 2.8 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Apresentação: Promotoras de Justiça Dra. Vyllya Costa Barra Sereni e Dra. Daniela Souza Filho Moura

**2.8.1 – 1º objetivo:** levantar e reduzir o contingente de crianças e adolescentes em situação de risco por envolvimento com drogas no município, compelindo (extrajudicial ou judicialmente), o município a criar e/ou ampliar programas oficiais de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião.

**Considerações:** Reunião com órgãos municipais para avaliar a condução dos programas de tratamento. Tem-se levantado a questão de realização de concurso público para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a fim de manter o funcionamento do mesmo.

**2.8.2 - 2º objetivo:** fomentar o cadastramento dos estabelecimentos comerciais no município, (hotéis, motéis, bares, clubes, balneários, sedes, etc.), a fim de inseri-los em uma campanha educativa sobre a frequência e permanência do público infanto-juvenil nesses ambientes.

**Atividades Realizadas:**

- Audiência Pública;
- Expedição de Recomendação;
- Realização de Campanha Educativa.

**Considerações:** Audiência pública com os proprietários dos estabelecimentos mencionados no objetivo, no qual foi entregue recomendação acerca da matéria. Houve a participação de várias áreas para divulgar a realização da audiência pública, para esclarecimento sobre as conseqüências cíveis e criminais quanto à questão dos estabelecimentos;

- Foi expedida recomendação aos donos de estabelecimentos;

- Foi realizado trabalho educativo com colaboração de cartazes e fiscalização da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Conselho Tutelar.

**2.8.3 - 3º objetivo:** articular junto ao município, a ampliação e criação de programas de combate ao trabalho infanto/juvenil.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de reuniões.

**Considerações:** Realização de reuniões de trabalho com a Secretaria Municipal de Trabalho, Economia e Promoção Social (SEMTEPS), para obter informações sobre o funcionamento dos programas sociais voltados ao combate do trabalho infanto/juvenil.

**Contribuições:** As Promotoras de Justiça informaram que há falta de carro, de oficial de promotoria, de equipe social e de servidor.

## **2.9 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, DE ÓRFÃOS, INTERDITOS, DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS DE CASTANHAL**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Tatiana Ferreira Granhen

**2.9.1 – 1º objetivo:** atuar junto aos órgãos competentes, visando a redução do consumo de drogas e bebidas por adolecentes, no município.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião;
- Formalização de Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** A Promotora de Justiça realizou reunião com as Polícias Civil e Militar e Conselho Tutelar. Há ações articuladas de diligências em estabelecimentos, com o levantamento da relação dos principais estabelecimentos que foram notificados, participação do Ministério Público e Defensoria pública. Foram firmados vários Termos de Ajuste de Conduta com os donos de estabelecimentos. O conselho tem intensificado a fiscalização para o controle da frequência de crianças e adolescentes nos estabelecimentos.

**Contribuições:** Dra. Tatiana Granhen ressaltou que a atividade de apenas um titular para esta Promotoria de Justiça não é suficiente, devido à grande demanda existente;

## **2.10 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLARES**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Januário Dias Neto

**2.10.1 – 1º objetivo:** fiscalizar a aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e dos recursos destinados a merenda escolar.

**Considerações:** Informou a Atividade elencada para o objetivo: realização de visitas nas escolas públicas, medidas judiciais necessárias ingressadas para que o executivo municipal aplique da forma devida as verbas públicas recebidas, identificado problemas nos processos licitatórios.

**2.10.2 - 2º objetivo:** fiscalizar a atuação do gestor municipal, bem como das secretarias municipais e dos vereadores do Município de Colares.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofícios;
- Realização de Reunião.

**Considerações:** Ofícios expedidos, solicitando informações e documentos, reunião com prefeito, vereadores e secretários municipais.

**2.10.3 - 3º objetivo:** fiscalizar a atuação das Polícias Civil e Militar no Município de Colares.

**2.10.4 - 4º objetivo:** objetiva-se atuar junto aos órgãos responsáveis, no sentido de garantir o funcionamento dos serviços públicos de saúde.

**2.10.5 - 5º objetivo:** a efetivação do Departamento Municipal de Trânsito no município.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Reuniões realizadas com os órgãos competentes, recomendação expedida junto ao Poder Público Municipal. Termo de Ajustamento de Conduta celebrado. Dra. Ana Maria Magalhães levanta o caso das motocicletas que são roubadas e levadas para o interior, onde não há fiscalização do órgão competente, agregando os problemas de acidentes e violência no trânsito dos municípios. Sugeriu que seja levada ao Governo estadual a questão de levar o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) aos interiores para que haja fiscalização, vendo o grande número de motos que andam sem placas, sendo fruto de roubo.

**2.10.6 - 6º objetivo:** atuar junto ao executivo municipal no sentido de regularizar questões atinentes a adaptação dos logradouros e vias públicas para acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião;
- Expedição de Recomendação;
- Audiência Pública.

**Considerações:** Realização de reuniões com órgãos competentes, recomendação expedida. Atenta para a adequação do prédio da Promotoria de Justiça de Castanhal para o acesso a portadores de necessidades especiais. Foi realizada audiência pública no município de Colares para elaboração do presente Plano Geral de Atuação em 20/12/2012.

**Contribuições:** Dentre os fatores positivos que colaboraram no cumprimento do Plano de Atuação, registrou-se o apoio de outras Promotorias de Justiça e Centros de Apoio Operacional.

## 2.11 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Januário Dias Neto

**2.11.1 – 1º objetivo:** criar interfaces alternativas para dinamizar a comunicação entre os conselhos de controle social de políticas públicas municipais e a Promotoria de Justiça.

### Atividades Realizadas:

- Expedição de Ofícios.

**Considerações:** Foram expedidos cinco ofícios aos Conselhos Municipais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Assistência Social, Saúde, Transporte e Alimentação Escolar, com apresentação da iniciativa e indicação de data de instalação do grupo virtual. O primeiro grupo virtual foi criado.

**2.11.2 - 2º objetivo:** facilitar o acesso às informações sobre o planejamento e execução das políticas públicas desenvolvidas pela Municipalidade por parte dos Conselhos de controle social existentes.

### Atividades Realizadas:

- Expedição de Recomendação
- Expedição de Ofícios.

**Considerações:** Foi expedida uma portaria de instauração de Plano de Atuação publicada, com autuação de documentos produzidos e expedida uma Recomendação ao município, no âmbito do Plano de Atuação instaurado;

- Foram remetidos dois ofícios, um à Prefeitura Municipal e outro para a Câmara Municipal, solicitando informações sobre existência de projetos para atendimento da programação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**2.11.3 - 3º objetivo:** garantir o cumprimento pela Municipalidade, das determinações constantes dos artigos 48 e 48-A da Lei 101/2000, de Responsabilidade Fiscal, no prazo estabelecido no artigo 73-B, III<sup>8</sup>, do mesmo Diploma, ou seja, até 28/05/2013.

---

<sup>8</sup> LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009). Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009). III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

**Considerações:** As atividades referem-se ao Portal de transparência. Dr. Januário Dias informou da dificuldade do contato devido a situação do grupo virtual e sugere que é melhor o contato pessoal com os envolvidos para execução da atividade.

## **2.12 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARACANÃ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Ana Maria Magalhães de Carvalho

**2.12.1 – 1º objetivo:** buscar através de mecanismos usados pela Promotoria de Justiça, a melhoria no atendimento nas Unidades de Saúde da Família no Município.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Inspeção.

**Considerações:** Foi realizada inspeção na Unidade de Saúde da Família localizada no Km 26 da Rodovia PA 127, oportunidade em que o Ministério Público constatou algumas irregularidades constantes no Relatório de Inspeção.

**2.12.2 - 2º objetivo:** articular com a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP), a reforma na Delegacia de Polícia e a disponibilização de equipamentos e viaturas para a Polícia Civil e Polícia Militar.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofício

**Considerações:** Foi oficiada a Delegacia-Geral de Polícia, solicitando informações sobre a previsão de reforma do prédio da Delegacia de Polícia de Maracanã, cuja resposta não foi recebida até a presente data.

**2.12.3 - 3º objetivo:** prosseguir nas investigações de desvio de recursos públicos através dos Inquéritos Civis que tramitam na Promotoria.

**Considerações:** Atividade não realizada.

## **2.13 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE CASTANHAL**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Jayme Ferreira Bastos

**2.13.1 – 1º objetivo:** articular com os órgãos de segurança pública (Polícias Civil e Militar), visando combater e reduzir os índices de criminalidade no município.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Expedição de Ofícios.

**Considerações:** Foram realizadas duas reuniões com o comando do 5º Batalhão de Polícia Militar de Castanhal, visando traçar estratégias comuns e estreitar a parceria entre a Polícia Militar de Castanhal e o Ministério Público;

- Foi realizada reunião com o Superintendente da Polícia Civil em Castanhal, a fim de padronizar procedimentos nos Inquéritos Policiais instaurados, principalmente de tráfico de drogas.

**2.13.2 - 2º objetivo:** despachar todos os processos que seguirem conclusos ao Ministério Público, no prazo legal.

#### **Atividades Realizadas:**

- Reuniões internas.

**Considerações:** Articulação com os membros do Poder Judiciário local e com os servidores da Polícia Civil, para o trâmite de inquéritos policiais diretamente das delegacias de polícia, para o Ministério Público em Castanhal.

**Contribuições:** Dr. Jayme Bastos informou que o plano de atuação vem sendo gerido da forma esperada, com o cumprimento parcial das metas estabelecidas, bem como, o alcance dos resultados que se apresentaram antes do prazo esperado, resultado de trabalho integrado dos Membros e Servidores do Ministério Público em Castanhal.

### **3 - ENCAMINHAMENTOS:**

- 1) Sugestão da Coordenadora Dra. Ana Magalhães, de que todos os membros entrem com ação penal contra os ex-prefeitos que não cumpriram com a Lei nº 12.305/2010, referente a Resíduos Sólidos, inclusive formulando uma ação penal como modelo;
- 2) Priorização da atuação extrajudicial pelos membros do Ministério Público;
- 3) Sugestão dos Membros e da Corregedoria-Geral que a Promotora de Justiça de Igarapé-Açú reúna-se com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Delegacia Estadual de Meio Ambiente (DEMA) e com o Dr. Moraes, articulando medidas de apoio a área ambiental;
- 4) Sugestão de que o próximo Plano de Atuação sejam aperfeiçoados pela equipe técnica, visto que muitos objetivos refletem atribuições rotineiras do Promotor de Justiça, havendo inclusive objetivos sem definição de ações;
- 5) Elogios a atuação do Grupo Técnico Interdisciplinar (GTI), quanto ao apoio recebimento na execução das ações desenvolvidas nas Promotorias de Justiça;
- 6) Sugestão de que a Promotoria de Justiça de São João da Ponta seja retirada da égide de Castanhal, pois é muito distante, tendo sido informado pelo Corregedor-Geral da necessidade de oficiar ao Procurador Geral de Justiça com a respectiva solicitação e exposição de motivos;
- 7) Sugestão que a Promotoria de Justiça Criminal de Castanhal, por receber um volume muito grande de processos, receba maior apoio da Subprocuradoria Geral Jurídico-institucional, tendo sido informado pelo Corregedor-Geral da necessidade

de oficiar ao Procurador Geral de Justiça com a respectiva solicitação e exposição de motivos;

8) Sugestão da Coordenadora de que os Membros requisitem ao governo do Estado o funcionamento do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) em todos os municípios, pois além do trânsito existe o roubo das motos direcionado para esses municípios que não tem fiscalização e circulam livremente;

9) Evidenciada a dificuldade de cumprimento do Plano de Atuação em Promotorias de Justiça que não possuem Promotores de Justiça titulares, tendo vários membros respondendo cumulativamente. Na realidade nada referente ao Plano de Atuação é realizado;

10) Sugestão do Corregedor-Geral de que o membro lotado em Tomé-Açu solicite apoio do Rotary para realização de reuniões, quando necessário;

11) Dificuldades apontadas pela Promotoria de Justiça de Santa Izabel, quanto ao prédio que está sendo reformado e a falta de servidor, que está licenciado;

12) Evidenciada a necessidade do Ministério Público fazer a “mea culpa” em relação a falta de estruturação dos prédios próprios em relação a acessibilidade; a falta de capacitação para atuar de forma extrajudicial e na análise dos dados recebidos das prefeituras; a falta de técnicos para auxiliar o membro nesta análise;

13) Esclarecimento de que os membros solicitaram ao Procurador Geral de Justiça em reunião realizada em castanhal, o funcionamento de um grupo técnico para atender o pólo;

14) Evidenciado a dificuldade de seguir o Plano de Atuação elaborado por outro membro, no que tange as escolhas de atuação, a exemplo de atividade focando a criação de grupos virtuais de discussão, sendo o próximo membro a atuar com o Plano de Atuação alguém não muito familiarizado com o conhecimento de informática;

15) Solicitado que a atividade de Coordenador seja valorizada e reconhecida pela Administração Superior, pois é utilizado muito tempo para “destrinchar” o dia a dia da Promotoria de Justiça, além da precária estrutura das Promotorias de Justiça;

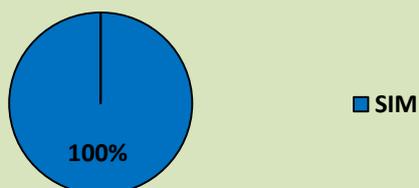
16) Solicitação de que o Ministério Público se manifeste junto ao Tribunal de Justiça do Estado, talvez uma recomendação, sobre a não realização de audiência em caso de ausência do Promotor de Justiça, pois há casos que está ocorrendo;

17) Sugestão da criação de um banco de dados por assunto (por exemplo, com Ação Civil Pública, Termo de Ajuste de Conduta) para suprir a necessidade do Promotor de Justiça.

## AVALIAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DOS PLANOS DE ATUAÇÃO.

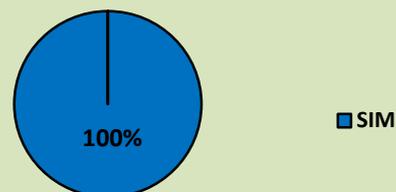
### DEMONSTRATIVO GRÁFICO - NORDESTE I

Gráfico 1: A reunião foi importante para a discussão da execução dos PAs?



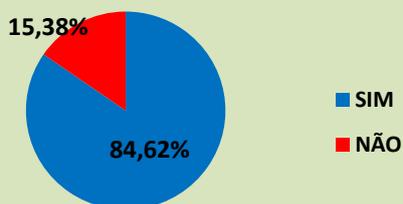
**Aspectos Relevantes:** sim, importante como troca sobre as atividades executadas entre as promotorias de justiça.

Gráfico 2: A metodologia e o tempo desta reunião foram suficientes para o esclarecimento das dúvidas, porventura existentes?



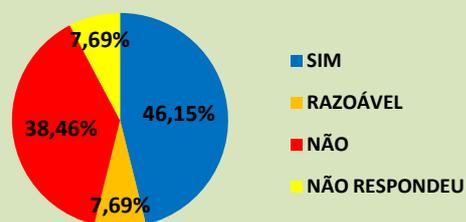
**Aspectos Relevantes:** sim, serviu para esclarecimentos e troca de experiências com as atividades referentes ao PA.

Gráfico 3: É importante que sejam realizadas outras reuniões nos próximos semestres?



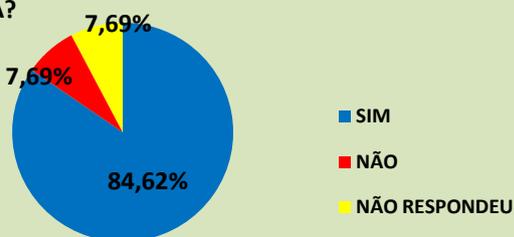
**Aspectos Relevantes:** sim, servindo com atividade fiscalizadora da execução do PA, bem como a resposta da sociedade.

Gráfico 4: As atividades são suficientes para o alcance dos objetivos?



**Aspectos Relevantes:** deve ser considerado o fato de que nem sempre as atividades propostas nos PAs são suficientes para alcançar dos objetivos.

Gráfico 5: Foi percebido algum impacto na sociedade a partir da execução do PA?



**Aspectos Relevantes:** Torna-se relevante a percepção de mudança cultural relatada pelos Promotores de Justiça, de acordo com os trabalhos executados junto a sociedade.



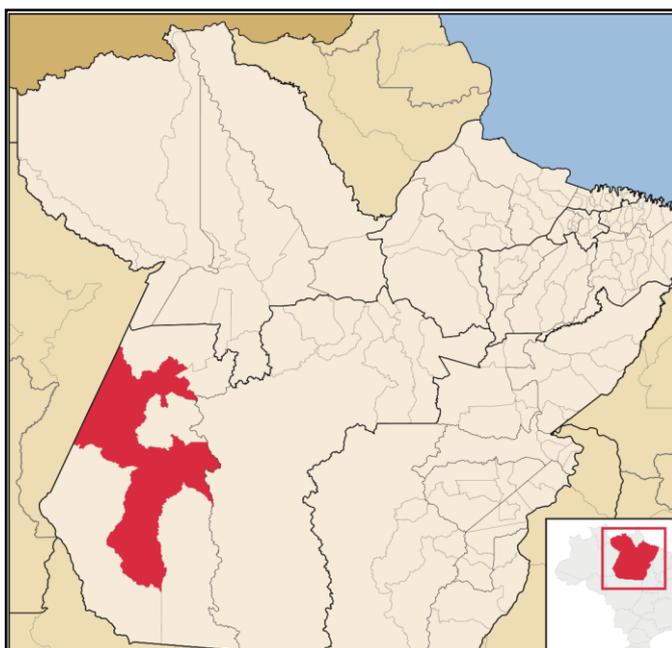
**Região Administrativa**

**SUDOESTE II**

**Sede do Pólo: Itaituba**



Reunião de Acompanhamento dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Sudoeste II – 1º, 2º e 3º quadrimestres, realizada em 12 de setembro de 2013, em Itaituba-PA.







Fonte: acervo Corregedoria-Geral

**Itaituba**, considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como um centro sub-regional (terceiro na hierarquia de classificação de centros urbanos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devido a existência de atividades de gestão e de influência sobre os municípios mais próximos) de médio porte (por possuir população entre 100.000 e 500.000 habitantes), a cidade de Itaituba encontra no setor de serviços, o principal motor de sua economia. Responsável por 71% de toda a riqueza produzida no município, o setor de serviços é um dos dez maiores do Estado do Pará. O Produto Interno Bruto da cidade de Itaituba apresentou um crescimento de 8,9%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destaca-se na economia de Itaituba o setor industrial, a mineração, e o agropecuário. Na indústria, é marcante a produção de produtos baseados no

calcário (matéria-prima abundante no subsolo do município), sendo a cidade uma das principais produtoras de cimento no País. Na mineração, destacam-se as atividades de exploração de ouro no Vale do Tapajós. Por fim, no setor agropecuário figuram as atividades de agricultura familiar e a pecuária de pequeno porte. O destaque no setor é a Feira Agropecuária do município, a qual movimentava milhões de reais em transações comerciais todos os anos. As maiores festividades em Itaituba são a Festa da Senhora de Sant'ana, o Festival Folclórico da ASGRUFOCITA e a Feira Agropecuária. Itaituba é sede do Pólo da Região Administrativa Sudoeste II e abrange os seguintes municípios: Aveiro, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão. Localiza-se na mesorregião Sudoeste Paraense com uma distância de 1.473 quilômetros da capital paraense.



## **1 – ABERTURA DA REUNIÃO**

Em 12/09/13, a reunião de trabalho em Itaituba é iniciada pelo Corregedor-Geral, Dr. Adélio Mendes dos Santos, que faz as devidas considerações a respeito do Planejamento e Plano de Atuação e convida para compor a mesa o Dr. Maurim Lameira Vergolino, Coordenador da Região Administrativa Sudoeste II. Em seguida, Dr. Maurim Lameira informou que tem acumulado por meses várias promotorias da Região Administrativa, restando prejudicado o andamento das atividades para a execução do Plano de Atuação, devido à falta de Promotores de Justiça.

## **2 - EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DOS MEMBROS**

### **2.1 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAITUBA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Maurim Lameira Vergolino

#### **2.1.1 – 1º objetivo: melhorar a segurança da população.**

##### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofício;
- Instauração de Inquérito Civil;
- Ação Civil Pública.

**Considerações:** Foi expedido ofício à Secretaria de Segurança Pública, Prefeitura Municipal e Seccional de Polícia e Rede Celpa para levantar as questões de segurança e iluminação pública;

- Instaurado Inquérito Civil para levantar as localidades que não possuem policiamento, inclusive área de garimpo.

- Foi executada Ação Civil Pública (ACP) em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Câmara Municipal e Recomendação Conjunta ao município, dando o prazo de 30 (trinta) dias para providências de aquisição da sinalização a ser instalada nas ruas do comércio e porto da balsa, para enfrentar as questões do trânsito. Ação Civil Pública movida na Justiça Federal contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

#### **2.1.2 - 2º objetivo: implementar as normas do Plano Diretor do município de Itaituba.**

##### **Atividades Realizadas:**

- Inquérito Civil.

**Considerações:** Foram elencadas várias atividades (instaurar procedimento, propor assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta e ajuizar Ação Civil Pública), porém nenhuma foi desenvolvida até o momento;

- Em relação à questão de acessibilidade dos pedestres nas calçadas no centro comercial, foi instaurado Inquérito Civil para retirada de todos os materiais de lojas, barracas de ambulantes e obstruções das calçadas.

**Contribuições:** A servidora Margarida de Oliveira, técnica do Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (GAPI), faz considerações com relação à metodologia, quanto a definição das metas e atividades, orienta o Promotor de Justiça na adequação das atividades do Plano de Atuação, de acordo com a realidade do município;

- Deficiência de cargos, número insuficiente de promotores, acumulações de cargos e outras promotorias, sobrestamento das promoções a segunda entrância;

- A instalação de um complexo portuário em Miritituba e do complexo Hidrelétrico do Tapajós aumentará significativamente a demanda dos serviços do Ministério Público em Itaituba.

- A Promotora de Justiça de Rurópolis, Dra. Elaine de Souza Nuayed, justificou no dia da reunião a ausência, não dando tempo hábil para o coordenador apresentar.

- Dra. Maria Raimunda Tavares, Promotora de Justiça, está em audiência pública, não podendo apresentar o Plano de Atuação de Jacareacanga.

- Dra. Renata Campos, Promotora de Justiça de Aveiro, justificou ausência devido a problemas de saúde, enquanto que a Dra. Elaine Nuayed, Promotora de Justiça de Rurópolis, justificou sua ausência devido a audiência de instrução em relação à situação de adolescente de Rurópolis.

## **2.2 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO PROGRESSO**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Manoel Adilton Oliveira

**2.2.1 – 1º objetivo:** buscar em cooperação com o Poder Público municipal, melhorias na prestação do serviço de saúde do município.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Inspeção.

**Considerações:** Foi realizada uma inspeção juntamente com o Poder Judiciário no Hospital Municipal, onde se constatou que há melhorias no hospital, reforma na estrutura física, sala de parto, equipamentos, lavanderia e atendimento de urgência que está em funcionamento;

**2.2.2 - 2º objetivo:** buscar em cooperação com o poder público municipal, melhorar a prestação de serviço na educação.

**Considerações:** Não realizou visitas nas escolas do interior do município. Não foi realizada essa atividade, devido ao pouco tempo na promotoria.

**2.2.3 - 3º objetivo:** buscar em cooperação com os órgãos de segurança pública, garantia da segurança pública do município.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Visita.

**Considerações:** Realizou visita na Delegacia de Polícia, constatando as péssimas condições dos aprisionados, estrutura precária do prédio e que vivem em condições degradantes, onde recentemente houve fuga de presos. Verificou que há uma cela separada para as mulheres, com espaço para o banho de sol e mobilidade das aprisionadas. Não tem espaço para adolescentes, sendo que o número de servidores da cadeia é insuficiente para o atendimento das demandas. Está sendo construída uma nova cadeia em outro local, transformando em cadeia pública o prédio atual. Não realizou reunião conforme o que está programado no Plano de Atuação;

- Expediu recomendação para Polícia Civil e Militar, que responderam que não tem pessoal para fazer cobertura da cadeia no período noturno;

- Tem tratado com o poder municipal quanto à melhoria do trânsito, a regularização dos veículos que trafegam no município, solicitando o apoio do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/PA).

**2.2.4 - 4º objetivo:** buscar junto ao Poder Público Municipal, a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Realização de Visita.

**Considerações:** Realizou duas reuniões e visita no conselho tutelar, na casa de passagem, constatando que os quartos são aseados, dispensa adequada, medicação existente para atendimento básico e que há coordenação administrativa. Tem identificado que há indícios de comércio de adoção de crianças, com envolvimento do conselho tutelar;

- Fez visitas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), constatando que está bem estruturado para o atendimento ao público, com equipe técnica formada;

- Tem trabalhado para restauração do Conselho Municipal de Direitos, o qual existia apenas no papel, e que será marcada reunião com os integrantes. Está aguardando retorno dos conselheiros para deflagrar os trabalhos.

**Contribuições:** Ressaltou a necessidade de apoio logístico e a falta de servidor na promotoria. Há a necessidade de um oficial de serviços gerais e um carro para intimações e demandas da promotoria.

### **3 - ENCAMINHAMENTOS:**

1) Sugestão feita pelo Coordenador da Promotoria de Justiça de Itaituba, Dr. Maurim Lameira Vergolino, de que o próximo Plano de Atuação seja aperfeiçoado pela equipe, visto a necessidade de dar melhor tratamento aos objetivos e às atividades. O atual Plano de Atuação está muito genérico, requerendo uma definição mais específica de seus objetivos. E, em relação às atividades, estão lançadas várias em um único campo, ou seja, precisam ser separadas para melhor definição das metas;

2) Dr. Maurim Lameira sugeriu a ampliação do número de Promotores de Justiça para o atendimento da demanda da Região do Sudoeste II, pois está havendo acúmulo de trabalho nas Promotorias de Justiça, levando os Promotores de Justiça a acumular dois ou mais cargos. Disse que essa realidade tende a ficar mais complexa, chamando a atenção para a instalação do Complexo Portuário em Miritituba e do Complexo Hidráulico de Tapajós, os quais ampliarão as demandas de atendimentos nas Promotorias de Justiça da referida Região, causando maiores dificuldades de resposta pelas Promotorias de Justiça devido ao número reduzido de Promotores de Justiça;

3) Dr. Manoel Adilton, Promotor de Justiça de Novo Progresso, solicitou maior apoio logístico, através da ampliação do número de pessoal, para a execução dos Planos de Atuação. Disse que na Promotoria de Justiça há apenas um auxiliar administrativo e que este sairá de licença prêmio e, nesta situação, o referido Promotor de Justiça terá de recorrer ao apoio da Prefeitura Municipal. Também sente a necessidade de um oficial de serviços auxiliares e de um veículo para a comarca.

### **AValiação DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DOS PLANOS DE ATUAÇÃO.**

**Nota:** Devido ao número de Promotores de Justiça que participaram da reunião, não foi possível realizar a aplicação do questionário para avaliação. Desse modo, para a Região Administrativa **SUDOESTE II, NÃO HOUVE GRÁFICO.**



**Região Administrativa**

**BAIXO AMAZONAS**

**Sede do Pólo: Santarém**



Reunião de Acompanhamento dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Baixo Amazonas – 1º, 2º e 3º quadrimestres, realizada em 13 de setembro de 2013, em Santarém - PA.







Fonte: acervo Corregedoria-Geral

**Santarém** está incluída no plano das cidades históricas do Brasil, sendo uma das mais antigas e culturalmente significativas cidades do Pará. Pertencente à mesorregião do Baixo Amazonas e situando-se na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, está a cerca de 800 (oitocentos) km das metrópoles da Amazônia (Manaus e Belém) e é conhecida poeticamente como "*Pérola do Tapajós*". É o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural do oeste do estado. É sede do Pólo da região que abrange os municípios de Alenquer, Almeirim, Anapu, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha e Terra Santa. Em 2012, sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 299.419 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do estado, atrás somente da capital, Belém e de Ananindeua, sendo o segundo

maior aglomerado urbano do Pará. Por causa das águas cristalinas do Rio Tapajós, conta com mais de 100 (cem) quilômetros de praias de água doce que se parecem com o mar, como no caso de Alter do Chão. Atualmente, a economia de Santarém está nos setores de comércio e serviços, no ecoturismo, nas indústrias de beneficiamento (madeira, movelarias, olarias, panificadoras, agroindústrias, beneficiamento de peixe etc.) e no setor agropecuário, que segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP), na sua pesquisa sobre o Produto Interno Bruto dos municípios em 2008, destacou-se como maior produtor de arroz e soja do estado do Pará. Anualmente, acontece o Sairé, uma manifestação folclórica e religiosa realizada em Alter do Chão e o Círio de Nossa Senhora da Conceição (padroeira do município).



## 1 – ABERTURA DA REUNIÃO

Em 13/09/2013, a reunião para acompanhamento dos Planos de Acompanhamento das Promotorias de Justiça da Região Administrativa do Baixo Amazonas foi iniciada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Adélio Mendes dos Santos, onde apresentou os técnicos integrantes do Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (GAPI), os servidores, Margarida Maria Santana de Oliveira, Rose Mary Epifânio de Carvalho (Corregedoria Geral) e Thyago da Costa Feio (Subprocuradoria Geral Técnico-Administrativa). Em seguida, convidou para compor a mesa, o Dr. José Maria Gomes dos Santos, Ouvidor-Geral do Ministério Público e a Dra. Lilian Regina Furtado Braga, Promotora de Justiça e Coordenadora do Pólo Baixo Amazonas.

As apresentações pessoais foram iniciadas pelos técnicos do Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (GAPI), Margarida Oliveira, Rose Mary Carvalho e Thyago Feio, seguido do Ouvidor-Geral, juntamente com a Assessora da Ouvidoria, Sra. Georgia Hesketh Toscano. Dr. José Maria Gomes falou a respeito da importância do Plano de Atuação, enfatizando que trata-se de um instrumento que evidencia a participação do Promotor de Justiça perante as necessidades da sociedade. O ouvidor fez considerações acerca das condições de trabalho enfrentadas atualmente, ressaltando que reconhece a grande dificuldade existente, devido ao acúmulo de cargos de Promotores de Justiça e a falta de servidores, o que dificulta o desempenho dos trabalhos em relação às exigências da sociedade. Salientou o papel da Ouvidoria, afirmando que esta desenvolve atividades no intuito de auxiliar os membros do Ministério Público, junto às exigências da sociedade.

Dr. Adélio Mendes destacou a importância do processo de planejamento, de acordo com a Resolução nº 044/2011 do Colégio de Procuradores de Justiça e do papel da Corregedoria-Geral, mediante o acompanhamento dos Planos de Atuação. Citou o Art. 10 da referida Resolução, que dispõe: “*O acompanhamento da execução das metas previstas pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça nos respectivos Planos de Atuação, de acordo com o art. 37, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 057 de 2006, é atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público, o qual é responsável pela coordenação do processo, inclusive com o agendamento de reuniões de acompanhamento com as Procuradorias e Promotorias de Justiça*”. Informou que a execução das atividades do Plano de Atuação contribui sobremaneira para o desenvolvimento do papel do Ministério Público perante a sociedade. Reconheceu os problemas que as promotorias da Região Administrativa Baixo Amazonas enfrentam devido às distâncias e às dificuldades de acesso nas regiões administrativas.

O Corregedor mencionou dispositivos da Lei Complementar 057/2006 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, dentre estes, as disposições gerais do art. 30<sup>9</sup> que ressaltam que a Corregedoria-Geral é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais, da conduta e atuação dos membros do

---

<sup>9</sup> Art. 30. A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

Ministério Público e as atribuições gerais do art. 37<sup>10</sup>, destacando dentre estas, o inciso IV que tratam do procedimento disciplinar preliminar (PDP) e do processo administrativo disciplinar (PAD).

Dr. Adélio Mendes informou sobre a sessão ocorrida na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, onde foi aprovado o projeto de Lei que trata sobre a remuneração dos plantões, sendo também aprovada a gratificação pelo exercício do cargo ou atribuição. Houve ainda a alteração do Art. 124 da Lei Complementar 057/2006<sup>11</sup>, permitindo pecúnia de férias e licença prêmio quando não gozadas pelos membros. Destacou ainda que já foi iniciado o trabalho para abertura de edital com o regulamento do concurso público para promotor de justiça do Ministério Público.

O Corregedor-Geral recepcionou o Dr. Jorge de Mendonça Rocha, Subprocurador Geral da Área Jurídico Institucional (SUB-JI), que enfatizou as dificuldades diárias enfrentadas pela Instituição Ministerial, devido ao volume de trabalho demandado pela sociedade e o acúmulo de cargos das promotorias. Destacou ainda, que o município de Santarém estava enfrentando muitas dificuldades, em virtude do grande número de atividades, da falta de servidores, salientando que, gradativamente, serão chamados os servidores aprovados no último concurso para ocuparem os cargos vagos das Promotorias de Justiça que estão sem o apoio do servidor auxiliar de administração. Ressaltou que todos os níveis de cargos do Ministério Público têm sofrido com o acúmulo de trabalho e que o Procurador Geral de Justiça (PGJ) realizou uma reunião, a fim de rever a comissão organizada, no intuito de acelerar a realização do concurso público para membros do Ministério Público, com o levantamento do processo licitatório para a organização do certame, tendo a previsão de ocorrer no ano de 2014. Dr. Adélio Mendes, seguindo a pauta, estabeleceu o tempo de vinte minutos que deve ser observado para a apresentação de cada Plano de Atuação, passando então a palavra a Coordenadora do Pólo, Dra. Lilian Braga, para que pudesse ordenar as apresentações.

## **2 – EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO**

**Nota:** Não houve apresentação dos planos de atuação.

---

<sup>10</sup> Art. 37. São atribuições do Corregedor-Geral do Ministério Público, dentre outras: IV – acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e respectivas Coordenadorias, em seus planos ou programas de atuação;

<sup>11</sup> Art. 124. Os membros do Ministério Público terão anualmente sessenta dias de férias individuais, respeitado o disposto nesta lei complementar ou em ato normativo do Colégio de Procuradores de Justiça.

### 3 - ENCAMINHAMENTOS:

Os encaminhamentos descritos a seguir, destacam os principais motivos que levaram a não apresentação dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Baixo Amazonas, onde a Dra. Lilian Regina Braga, coordenadora do Pólo Baixo Amazonas, esclareceu que os Promotores de Justiça presentes da Região Administrativa do Baixo Amazonas não fariam a apresentação dos Planos de Atuação, mas que necessitavam tratar com o Corregedor-Geral do Ministério Público sobre os problemas enfrentados na região. Em seguida, fez a leitura do Ofício nº 354/2013, enviado ao Corregedor-Geral, via fax, para a Promotoria de Justiça de Itaituba, em 12/09/13, onde o Corregedor-Geral participava, no momento do envio, de reunião com os membros do Pólo Sudoeste II. Dra. Lilian Braga informou que o ofício foi originado a partir de reunião ocorrida entre os membros da Região Administrativa Baixo Amazonas e seu teor tratava sobre as cumulações de cargos, a falta de servidor de apoio, a falta de condições de trabalho, de transporte e as dificuldades de deslocamento que existem na região. Falou nas inspeções feitas pela Corregedoria Geral, e destacou que os membros sentem a falta da presença do Corregedor-Geral, mas que entendem que, devido a sua agenda de compromissos, nem sempre consegue estar presente nas visitas de inspeções da Corregedoria.

Dra. Lilian Braga ressaltou a significância da reunião, destacando que trata-se de uma oportunidade para firmar as situações emergenciais do momento para a instituição ministerial, a qual deveria atender as necessidades básicas do cidadão, preservando, institucionalmente, o Promotor de Justiça em face aos muitos descontentamentos, ficando suscetíveis ao julgamento da Corregedoria-Geral, dos colegas de profissão e da sociedade em geral. Que a Instituição precisa ter conhecimento dos problemas que afligem a todos e que precisam ser enfrentados, para tornar o Ministério Público unificado e forte perante a sociedade e às outras instituições.

- Reivindicações dos Promotores de Justiça para que a Administração Superior reveja as questões das cumulações de cargos que prejudica nas execuções dos trabalhos, acarretando no não cumprimento de demandas como: grande número de processos a serem despachados, comparecimento em audiências públicas, atendimento as demandas da sociedade diariamente;
- Reivindicações quanto a falta de servidor de apoio, falta de condições de trabalho, falta de acesso a internet, falta de equipamentos, falta de transporte para realização de trabalhos referentes as promotorias e problemas de deslocamento enfrentados devido a dificuldade de acesso as comarcas na região do Baixo Amazonas;
- Rever a forma de avaliação para movimentação na carreira onde alguns promotores de justiça, são avaliados negativamente, por terem dificuldades em cumprir prazos para envio de informações concernentes a sistemas (SIAMP e SEAPA), devido a demanda de processos a serem despachados, audiências e atendimentos a sociedade na promotoria de justiça. Que as cobranças da Administração Superior sejam de acordo com a realidade de cada promotoria de justiça nas diversas Regiões Administrativas;

- Reivindicação quanto a falta de Promotor de Justiça substituto;
- Informa a Administração Superior quanto às cobranças feitas pelo Poder Judiciário e de outras instituições nas ausências de promotor de justiça nas audiências públicas, devido o acúmulo de comarcas. E que vários membros tem sofrido sérios problemas de saúde devido ao acúmulo de trabalho.

### **AVALIAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DOS PLANOS DE ATUAÇÃO.**

**Nota:** Não houve apresentação dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Baixo Amazonas, não sendo possível aplicar a avaliação da reunião.



**Região Administrativa**

**SUDOESTE I**

**Sede do Pólo: Altamira**



Reunião de Acompanhamento dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Sudoeste I – 1º, 2º e 3º quadrimestres, realizada em 19 de setembro de 2013, em Altamira-PA.







Fonte: acervo Corregedoria-Geral

**Altamira**, considerada o maior município do mundo em extensão territorial, com 159.533 km<sup>2</sup>, distancia-se de Belém a 921 (novecentos e vinte um) km e tem o título de “Princesinha do Xingu”. É sede do Pólo da Região Administrativa Sudoeste I, que abrange os municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. A maior característica do município é sua hidrografia, estando às margens do Rio Xingu, onde inicia-se a “volta grande do Xingu”, com sua série de afluentes e cachoeiras que se distribuem por toda a região, onde será construída a Hidrelétrica de Belo Monte, com capacidade de 11.182 MW, sendo considerada a terceira maior do mundo e inundará cerca de 400 Km<sup>2</sup>. As principais atividades econômicas do município são a pecuária, a indústria,

serviços e a agricultura com cultivo de arroz, cacau, feijão, milho e pimenta-do-reino. A rodovia Transamazônica atravessa o município no sentido leste-oeste, numa extensão de 60 km, ligando Altamira a Belém, sendo a única rodovia utilizada para chegar ao município.

Segundo o Censo Demográfico do Anuário do Pará, ano 2013-2014, no ano de 2013, o município de Altamira possui uma população de 105.106 (cento e cinco mil e cento e seis) habitantes, ocupando uma área geográfica de 159.533 Km<sup>2</sup> e uma Taxa Geométrica de Incremento Anual de 2,49%. Seu IDH Médio é de 0,665% (PNUD/2010), apresentando um Produto Interno Bruto (PIB) total de R\$ 724.228 Mil, e um PIB per capita de R\$ 6.895,44 (IBGE/IDESP-2010).



## 1 – ABERTURA DA REUNIÃO

O Corregedor-Geral de Justiça do Ministério Público do Pará, Dr. Adélio Mendes dos Santos, deu início a reunião de acompanhamento dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Sudeste II, na Promotoria de Justiça de Altamira, sede do Pólo. Dr. Adélio Mendes, solicitou aos membros participantes, que fizessem suas apresentações, informando a comarca que estão atuando e se estão cumulando outras comarcas. Em seguida, Dr. Adélio Mendes apresentou as técnicas do Grupo de Apoio Institucional (GAPI), Marilze Ribeiro Bitar e Rose Mary Epifânio de Carvalho, e falou da importância dos trabalhos dos técnicos que compõem o Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (GAPI), na orientação dos Planos de Atuação. Informou que a vinda da Corregedoria Geral não é para cobrar, mas para acompanhar o Plano de Atuação das promotorias, além de salientar que conhece as dificuldades que todos os Promotores de Justiça têm enfrentado, enfatizando portanto, a importância de se unir forças para que se possa vencer os problemas ocorrentes. A reunião tem como objetivo conhecer as atividades que estão sendo desenvolvidas pelas promotorias.

Dr. Adélio Mendes ressaltou também, que entende as ausências dos Promotores de Justiça na reunião, em virtude de audiências, informando que alguns juízes têm representado contra promotores impedidos de participar de audiência, em virtude da cumulação de cargos. A representação, depois de protocolada, é encaminhada a Corregedoria Geral, e de acordo com a Lei Complementar 057 de 2006, Art. 197<sup>12</sup>, o Corregedor-Geral deverá autuar e adotar a abertura de Procedimento Disciplinar Preliminar (PDP), que é juízo de admissibilidade, dando ciência ao promotor sobre o que foi apurado, sendo que na maioria dos casos, o processo em questão é arquivado.

Informou os projetos que estão sendo aprovados na Assembléia Legislativa do Pará (ALEPA), referentes ao pagamento de gratificação por cargo, indenização de plantão, conversão em pecúnia por férias concedidas ou licença prêmio. Ressaltou que no início do mês, foi apresentada a proposta do edital para o concurso público de membros do Ministério Público, que estava programada em reunião extraordinária do colégio de procuradores para aprovação do edital do concurso público, tendo, inicialmente, a aprovação para cinquenta vagas, mas há expectativa para aprovação de setenta e nove vagas para membros do Ministério Público.

O Ouvidor-Geral do Ministério Público, Dr. José Maria Gomes dos Santos, afirmou que a instituição tem passado por dificuldades generalizadas, sendo do conhecimento de todos e que acompanha as reuniões da Corregedoria Geral, entendendo que o Plano de Atuação é uma ferramenta através da qual se mostra o desenvolvimento dos trabalhos, respondendo aos anseios da sociedade, sendo importante repensar um novo modelo de gestão em prol da comunidade, com o fortalecimento dos Planos de Atuação. Ressaltou que os órgãos ministeriais deveriam se unir para garantir os direitos necessários, de acordo com a Constituição. O papel da Ouvidoria-Geral é ouvir não apenas as dificuldades das comunidades, mas ouvir

---

<sup>12</sup> Art. 197. A representação, reclamação, pedido de providência, notícia ou comunicação referente à atividade funcional ou à conduta de membro do Ministério Público serão apresentados ao protocolo-geral do órgão, e, em seguida, encaminhados à Corregedoria-Geral do Ministério Público, onde serão autuados, mesmo quando endereçados ou dirigidos a qualquer outro órgão ou setor da instituição.

também a dos membros, no intuito de ajudar a garantir os direitos dos cidadãos, trabalhando conjuntamente com o Promotor de Justiça e servidores. Observou a importância da união de todos, de forma que o Promotor de Justiça não trabalhe isoladamente. Informou os contatos da Ouvidoria e disponibiliza material para divulgar o trabalho e o papel da Ouvidoria-Geral junto ao Ministério Público, aos membros e a sociedade.

Dra. Silvana Nascimento Vaz de Sousa informou que tem problemas com a prestação de informações a respeito de certos processos de cunho sigiloso, no qual não pode dar maiores esclarecimentos a respeito e por isso, freqüentemente, recebe ligações com ofensas.

Dra. Monica Rei Moreira Freire, como representante, fala que o Centro de Apoio Operacional se trata de um órgão auxiliar e que tem como objetivo, auxiliar na independência funcional, mas que para isso é importante que a Instituição tenha o perfil. Sugere que sejam compartilhadas as experiências que tenham logrado êxito perante a demanda da sociedade, e desse modo irá contribuir com o indicativo social, diagnosticando os dados dos problemas da sociedade, auxiliando sobremaneira com a atuação das promotorias de justiça. Informa que o Centro de Apoio Operacional está à disposição para contribuir com os trabalhos dos membros.

Dr. Adélio Mendes solicitou o início das apresentações dos Planos de Atuação pelos Promotores de Justiça participantes, pediu apoio ao Coordenador da Região Administrativa para orientar a ordem das apresentações e informou que ao final, deverá ser preenchido e entregue a avaliação da reunião.

Dr. Rodrigo Aquino Silva, coordenador do Pólo, iniciou os trabalhos de apresentação, com considerações referentes aos principais problemas enfrentados nas promotorias e no município, lembrando que, atualmente, Altamira passa por condições diferenciadas a nível nacional, devido ao crescimento motivado pela construção da usina UHE de Belo Monte: 1) falta de motorista e veículo, no qual, um policial militar é que está fazendo o trabalho de motorista; 2) veículo usado exclusivamente para os trabalhos da Promotoria de Justiça Agrária, onde geralmente fica parado. Esclareceu que neste caso, foi informado pelo **Subprocurador-Geral Técnico-Administrativo**, Dr. Miguel Ribeiro Baía, que não há exclusividade de veículo para Promotoria de Justiça Agrária, e que futuramente, devem ser criadas outras promotorias.

Dr. Adélio Mendes informou que o Dr. Miguel Baía propôs que todos os cargos de serviço geral fossem transformados em auxiliar de administração, mas caracterizaria desvio de função; Prosseguindo com a explanação, Dr. Rodrigo Aquino seguiu com a listagem dos problemas: 3) utilização de veículo oficial por servidores; 4) excesso de cumulações de cargos acarretando prejuízo à atividade ministerial; 5) alta rotatividade de membros, que impede a realização de projetos e execuções do Plano de Atuação; 6) não atendimento aos pedidos de mutirão; 7) falta de capacitação aos novos servidores, no qual foi feito contato com a Secretaria de Administração (SEAD) para obter informações quanto ao assunto; 8) negativa da administração em conceder diárias para servidor especializado para o apoio a Promotoria de Justiça, ficando percebido a falta de apoio da administração superior; 9) policial militar que está de férias e não há substituto; 10) contexto socioambiental em que Altamira está inserida –

Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no qual o Ministério Público não está sendo inserido no trabalho, estando alheio às questões, por não ter o apoio necessário para o envolvimento com elas, em contraposição ao trabalho que vem sendo executado pela Defensoria Pública, mostrando maior eficiência nas demandas referentes a Belo Monte. Dr. Adélio Mendes citou o exemplo em que o Ministério Público Federal atua nas questões indígenas, assim como a Defensoria Pública que tem se estruturado de maneira eficiente, sendo este também, um órgão de execução. Informou que todos os relatos feitos estão sendo registrados na Ata da reunião e, posteriormente, será encaminhado a Administração Superior do Ministério Público.

## **2 - EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DOS MEMBROS**

### **2.1 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE ALTAMIRA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Rodrigo Aquino Silva

#### **2.1.1 – Problemas:**

- a) Deficiência no desempenho da atividade policial de Altamira e Vitória do Xingu;
- b) Aumento da violência nos Municípios de Altamira e Vitória do Xingu, com notável crescimento do tráfico de drogas em decorrência do início das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**2.1.2 – Objetivo:** reforçar o controle externo da atividade policial para reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes, contribuindo para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelos agentes de segurança.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões

**Considerações:** Realização de reuniões junto aos órgãos relacionados à segurança pública para definir estratégias de repressão ao tráfico de entorpecentes, assim como definir melhor forma de atuação e aperfeiçoamento dos agentes de segurança;

- O Ministério Público promoveu no mês de abril de 2013 uma oficina com servidores da Polícia Civil de Altamira, para o aperfeiçoamento funcional dos investigadores, escrivães e delegados.

**Contribuições:** Dra. Monica Freire contribuiu, falando ser importante a aproximação entre promotor e polícia, no sentido da qualidade da prova, e a título de sugestão, repassar o que é necessário apurar em caso de delitos mais simples como o estelionato.

- Dr. José Maria Gomes sugeriu que o Promotor de Justiça verifique a possibilidade de apoio da prefeitura municipal no combate aos crimes.

## **2.2 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL, DE MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE ALTAMIRA**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Silvana Nascimento Vaz de Sousa

**2.2.1 – 1º objetivo:** atuar no sentido de implantar no Município de Altamira, Aterro Sanitário, no qual seja dada a correta destinação dos resíduos sólidos, semi-sólidos e líquidos, residenciais e hospitalares.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Realização de reunião com a Prefeitura Municipal de Altamira, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) e Secretaria de Planejamento de Altamira (SEPLAN), com o escopo de discutir a construção do aterro sanitário no Município;

- Realização de reunião com a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), com o escopo de discutir as questões ambientais relacionadas à implementação do aterro sanitário;

- A Promotora de Justiça informou que assumiu o cargo em 8 de julho; relatou prejuízos à execução do Plano de Atuação, em razão da alta rotatividade de membros no cargo.

**Contribuições:** Dr. Adélio Mendes informou que a Promotora pode solicitar apoio ao Centro de Apoio Operacional, para auxiliar na execução dos trabalhos que vem desenvolvendo;

- A servidora Marilze Bitar complementa, destacando que quando a atividade não for realizada, deve ser informado que a mesma não foi necessária, informando no sistema.

## **2.3 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, DOS ÓRFÃOS, INTERDITOS E INCAPAZES DE ALTAMIRA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Luciano Augusto Araújo e Dra. Érika Oliveira

**Nota:** Dr. Luciano Augusto Araújo da Costa apresentou o PA da PJ da Infância e Juventude, dos Órfãos, Interditos e Incapazes de Altamira, em substituição a Dra. Érika Oliveira que teve sua ausência justificada.

**2.3.1 – 1º objetivo:** fomentar a implantação de programa de atendimento a crianças e adolescentes dependentes de álcool e drogas do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSAD) no município de Altamira.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião.

**Considerações:** Realizada reunião com o Secretário Municipal de Saúde, na qual enfatizou que em trinta dias será finalizado o Projeto de Construção do Centro de Atenção Psicossocial Antidrogas (CAPSAD);

- Realizada discussão com a municipalidade no decorrer da Assembléia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em Altamira, em maio de 2013, onde ficou ajustado o encaminhamento do projeto ao Ministério Público para análise.

**2.3.2 - 2º objetivo:** fomentar a reforma e ampliação do Espaço de Convivência de Meninos e Meninas de Altamira (ECOM).

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião;
- Expedição de Recomendação

**Considerações:** Realizada reunião com a Prefeitura Municipal de Altamira para tratar do assunto, tendo sido expedida recomendação para reformar e ampliar o de Convivência de Meninos e Meninas de Altamira (ECOM). Essa atividade já se encontra cumprida na integralidade do que foi inicialmente planejado. Feita vistoria, onde foi constatado o cumprimento dos termos da Recomendação expedida, desenvolvida em conjunto com a 5ª Promotoria de Justiça.

**2.3.3 - 3º objetivo:** fomentar a criação de um espaço destinado ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco no município de Vitória do Xingu.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Termo de Ajuste de Conduta;
- Realização de inspeção.

**Considerações:** Foi realizada a primeira reunião com o Prefeito Municipal, que objetivou discutir a implantação da Unidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes em Vitória do Xingu;

- Na segunda reunião, foi assinado o Termo de Ajuste de Conduta para a criação do espaço. A Promotoria iniciou o acompanhamento, onde foi concedido um prazo de sessenta dias para seu cumprimento;

- Dr. Luciano Araújo informa que não foi possível preparar a apresentação para os outros Planos de Atuação que atualmente é responsável, por estar cumulando cinco promotorias de Justiça e ter nos últimos quinze dias, participado de audiências públicas em Anapú.

## **2.4 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Luciano Augusto Araújo

**2.4.1 – 1º objetivo:** atuar junto aos órgãos competentes, no sentido de promover a melhoria da fiscalização dos recursos públicos.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofício;
- Realização de Reunião;
- Realização de Visita;
- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** Expedido ofício à prefeitura de Senador José Porfírio para verificar a existência e o efetivo funcionamento dos Conselhos de Controle Social;

- Realizada reunião com a secretaria de administração, oportunidade em que foi ressaltada a importância das atribuições do Conselho Tutelar no município, esclarecendo as suas competências;

- Realizada visita ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Altamira (CMDCA), objetivando conhecer a estrutura de trabalho. Realizado curso de capacitação pelo Tribunal de Contas do Município, aos conselheiros de controle social em agosto/12;

- Expedida Recomendação em 08/04/2013 ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Altamira (CMDCA), à Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social, recomendando elaboração e execução de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente no Município de Senador José Porfírio. Não foi instaurado Inquérito Civil Público e não foi ajuizada Ação Civil Pública.

**2.4.2 - 2º objetivo:** acompanhar o andamento das ações civis públicas já existentes.

**Considerações:** Não foi possível determinar uma metodologia para o acompanhamento do andamento das ações civis públicas ajuizadas pelo órgão ministerial.

**2.4.3 - 3º objetivo:** realizar ações preventivas visando sensibilizar os adolescentes, levando em consideração os prejuízos do consumo de substâncias psicoativas.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reunião;
- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** Realizada reunião com a participação do Juiz de Direito, Comandante do Destacamento da Polícia Militar, Delegado de Polícia Civil, Coordenadora do Conselho Tutelar, comerciantes e adolescentes, para tratar da vedação à venda e distribuição de bebida alcoólica para crianças e adolescentes;

- Expedida Recomendação ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Altamira, para que adotem providências necessárias à publicidade do assunto, divulgação e ciência aos proprietários de estabelecimentos comerciais, bares e casas de show, quanto a proibição de venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, e que sejam adotadas medidas cabíveis, no caso de descumprimento.

## **2.5 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E AÇÕES CONSTITUCIONAIS, DE DEFESA DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA E DA FAZENDA PÚBLICA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Gustavo Ramos de Andrade

**2.5.1 – 1º objetivo:** implementar ações que agilizem a marcação de consultas e exames.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Ajuizamento de Ação Civil Pública;
- Impetração de Mandado de Segurança.

**Considerações:** Realização de reuniões com os órgãos de saúde, para, dentre outras coisas, verificarem as causas da demora na marcação de consultas e exames, assim como, colher soluções para a problemática. Em 12.03.2013, foi realizada reunião com representantes da Secretaria de Saúde do Pará (SESPA/10ª), Centros Regionais de Saúde e do Complexo Regulador, oportunidade em que foram solicitados em dezessete itens, informações acerca da prestação dos serviços de saúde.

- Independente da realização de reuniões, foram propostas diversas Ações Cíveis Públicas e Mandato de Segurança, visando garantir o acesso de pacientes à realização de cirurgias e consultas médicas. Informou que a gestão da saúde é básica;

- A expedição de Recomendação aos órgãos para adoção de medidas que agilizem a marcação de consultas e exames médicos não foi possível de ser realizada, visto que o Ministério Público tem adotado o ajuizamento de mandado de segurança para garantir o direito à saúde dos pacientes.

**2.5.2 - 2º objetivo:** desenvolver ações para a implantação do Centro de Atenção Psicossocial Antidrogas (CAPSAD) para o tratamento dos drogaditos na região.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Foi realizada reunião em 20/08/12 com o Secretário de Saúde que enfatizou que em trinta dias seria finalizado o Projeto de Construção do Centro de Atenção Psicossocial Antidrogas (CAPSAD);

- Reunião realizada em 09/09/13 com representantes da saúde, ocasião em que foram colhidas novas informações acerca da implementação do Centro de Atenção Psicossocial Antidrogas (CAPSAD).

**2.5.3 - 3º objetivo:** promover ações para a instalação do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) em Altamira.

**Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação;
- Instauração de Inquérito Civil Público (ICP).

**Considerações:** Foi realizado um levantamento do número de estabelecimentos comerciais, sendo que na ocasião, o Produto Interno Bruto (PIB) era o 12º do Pará na área de serviço e agropecuária;

- Expedida Recomendação. Instauração de Inquérito Civil Público, para coleta de dados subsidiários para a elaboração de Ação Civil Pública, cujo pedido liminar contempla: instalação, em sessenta dias, de estrutura provisória do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), em local de fácil acesso, com atendimento ao público no horário dos servidores municipais, com capacidade para atender a demanda de Altamira;

- Dr. Gustavo Andrade destacou grandes atribuições, dinamismo da Promotoria em razão da demanda excessiva, complexidade de algumas matérias e cobrança da sociedade, o que requer a otimização do funcionamento da Promotoria com apoio especializado;

**Contribuições:** Dr. José Maria Gomes sugeriu que haja uma atuação conjunta entre promotor e procurador, pra ter um resultado com mais eficiência.

## **2.6 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUARÁ**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Monica Cristina Gonçalves Melo da Rocha

**2.6.1 – 1º objetivo:** atuar no sentido da melhoria do fornecimento da energia elétrica no Município.

#### **Atividades Realizadas:**

- Ajuizamento de Ação Civil Pública.

**Considerações:** Ação Civil Pública interposta contra a Rede Celpa, aguardando despacho de Liminar. Liminar concedida para a construção de uma Sub-Estação na Comarca de Uruará, com intuito de resolver o problema de abastecimento de energia elétrica nos municípios de Uruará e Placas.

**2.6.2 - 2º objetivo:** fiscalizar o Programa Minha Casa/Minha Vida.

#### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Visitas.

**Considerações:** Identificou-se que as construções estão sendo realizadas satisfatoriamente. Em visita, foi verificado que as obras encontram-se em grande avanço, com término previsto para o primeiro semestre do próximo ano. Até o momento, não há notícia de quaisquer irregularidades.

**2.6.3 - 3º objetivo:** atuar na Melhoria da prestação do serviço de saúde da Rede Hospitalar, em virtude de sua deficiente atuação.

#### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de petição;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Expedida petição, solicitando a realização de audiência conciliatória já protocolizada, aguardando decisão do Juiz. Até o momento, não foi possível a marcação da citada audiência, em virtude da pauta judicial estar abarrotada. O Promotor de Justiça, buscando entendimento com o Prefeito Municipal, conseguiu convencê-lo a terminar as obras do hospital municipal até o mês de Dezembro/12, realizando assim um Termo de Ajuste de Conduta, no intuito de resolver o problema.

- Dr. Gustavo Andrade sugere que por ter passado algum tempo em Uruará, a exemplo de Altamira, seria importante incluir na Ação Civil Pública a solicitação de relatório técnico de causas e interrupção junto a Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos (ARCON) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e juntamente solicitar dados da Frequência e Duração de Interrupção (FED e DEC).

### **3 - ENCAMINHAMENTOS:**

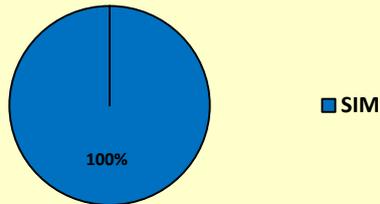
1) Solicitação de maior inserção do Ministério Público no contexto socioambiental em que Altamira e regiões vizinhas estão inseridas a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com o apoio necessário para o envolvimento com as questões, tal e qual o trabalho que vem sendo executado pela Defensoria Pública, que tem demonstrado maior eficiência nas demandas referente à Belo Monte.

- 2) Solicitação de que seja destinado o conjunto completo, veículo e motorista e não apenas veículo ou só motorista, como ocorre atualmente;
- 3) Solicitação de designação de oficiais de serviços auxiliares para entrega das correspondências diversas, visto que atualmente existe apenas um para todo o Pólo;
- 4) Solicitação de diminuição das acumulações de cargos pelos membros, visto que está acarretando prejuízo à atividade ministerial;
- 5) Solicitação de diminuição da rotatividade entre os membros, que impede a realização de projetos e execuções do Plano de Atuação;
- 6) Solicitação de atendimento aos pedidos feitos pelos Promotores de Justiça, sobre a realização de mutirões, tendo em vista o grande “passivo” existente na Promotoria de Justiça de Altamira;
- 7) Solicitação de que os novos servidores sejam capacitados para exercer as atividades e não apenas “ambientados”;
- 8) Solicitação de que a Administração Superior autorize, excepcionalmente, o deslocamento do servidor lotado na Promotoria de Justiça de Uruará, para apoio ao Promotor de Justiça de Altamira e treinamento ao novo servidor, visto a grande experiência deste na matéria referida;
- 9) Solicitação de substituição de policial militar em períodos de férias;
- 10) Solicitação de maior inserção do Ministério Público no contexto socioambiental em que Altamira está inserida a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com o apoio necessário para o envolvimento com as questões, tal e qual o trabalho que vem sendo executado pela Defensoria Pública, que tem demonstrado maior eficiência nas demandas referente à Belo Monte;
- 11) Sugestão de expandir as demais Promotorias de Justiça, as atividades realizadas pela PJ Criminal, no tocante as oficinas, com o apoio do Centro de Apoio Operacional Criminal.

# AVALIAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DOS PLANOS DE ATUAÇÃO.

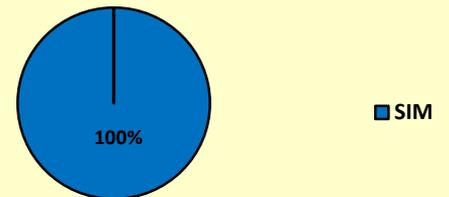
## DEMONSTRATIVO GRÁFICO - SUDOESTE I

Gráfico 1: A reunião foi importante para a discussão da execução dos PAs?



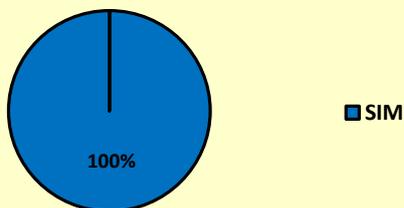
**Aspectos Relevantes:** Reflete o trabalho que está sendo executado em cada área de atuação em prol da sociedade.

Gráfico 2: A metodologia e o tempo desta reunião foram suficientes para o esclarecimento das dúvidas, porventura existentes?



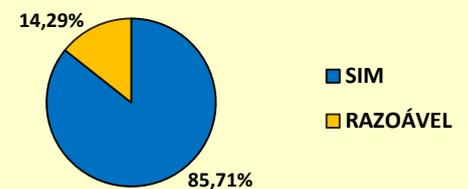
**Aspectos Relevantes:** A contento para todos os participantes das promotorias de justiça da Região Administrativa Sudoeste I.

Gráfico 3: É importante que sejam realizadas outras reuniões nos próximos semestres?



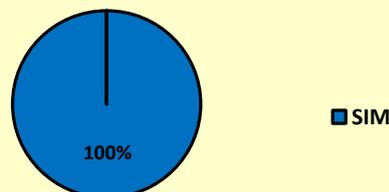
**Aspectos Relevantes:** É considerado importante pelos participantes o acompanhamento constante das ações executadas no PA.

Gráfico 4: As atividades são suficientes para o alcance dos objetivos?



**Aspectos Relevantes:** Deve ser considerado o enfrentamento de problemas de cunho social, no qual o alcance dos objetivos serão em longo prazo.

Gráfico 5: Foi percebido algum impacto na sociedade a partir da execução do PA?



**Aspectos Relevantes:** Melhorias em várias políticas públicas adotadas para benefício da sociedade.



**Região Administrativa**

**SUDESTE II**

**Sede do Pólo: Redenção**



Reunião de Acompanhamento dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Sudeste II – 1º, 2º, 3º e 4º quadrimestres, realizada em 17 de outubro de 2013, em Redenção - PA.







**Redenção** localiza-se na mesorregião Sudeste Paraense e microrregião de Redenção, distante 879,5 km de Belém, capital Paraense. Atualmente, é sede do Pólo da Região Administrativa Sudeste II, a qual compreende os municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Rio Maria, São Félix do Xingu, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Sapucaia, Tucumã e Xinguará. Historicamente, foi explorada por mineiros, paranaenses e goianos. Entretanto, por lá encontram-se pessoas de quase todos os estados da Federação, além da presença marcante de índios de várias aldeias Caiapós.

Apresenta a população de 79.010 (setenta e nove mil e dez) habitantes, estimada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentro dos setores que contribuem para o desenvolvimento do Produto Interno Bruto do município, estão as atividades econômicas voltadas para a área de serviços,

indústria e o setor do agronegócio. Dentre suas manifestações culturais estão a festa de Cristo Rei, padroeiro do município, além do carnaval, boi-bumbás e quadrilhas.

Segundo o Censo Demográfico feito pelo IBGE, o município de **Redenção** ocupa uma área geográfica de 3.823,8 Km<sup>2</sup> e possui uma Taxa Geométrica de Incremento Anual de 1,79%. Seu IDH Médio é de 0,672% (PNUD/2010), apresentando um Produto Interno Bruto (PIB) total de R\$ 652.092 Mil, e um PIB per capita de R\$ 8.636,41 (IBGE/IDESP-2010).



## 1 – ABERTURA DA REUNIÃO

Em 17/10/2013, a reunião para acompanhamento dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Sudeste II é iniciada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Adélio Mendes dos Santos, que falou da importância do acompanhamento dos Planos de Atuação dos membros, conforme atribuições constantes na Resolução nº 044/2011. Apresentou os técnicos integrantes do Grupo de Apoio Institucional (GAPI), Marilze Ribeiro Bitar e Rose Mary Epifânio de Carvalho da Corregedoria Geral (CGMP) e Márcia Bethânia Vinagre Sales da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude (PJJJ).

Destacou que, apesar de ser grande a demanda, foram declaradas setenta e quatro vagas para Promotor de Justiça do Ministério Público do Pará e que estão em andamento as providências quanto a realização do concurso público para membros. Passou a palavra para o Dr. Márcio Silva Maués de Faria, representante do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, e informa o interesse do Centro de Apoio Operacional (CAO) em saber das demandas e dificuldades dos Promotores de Justiça, para que possam auxiliar nas atividades e trabalhos executados junto à sociedade.

Dr. Adélio Mendes convidou a Dra. Rosângela Estumano Gonçalves Hartmann para compor a mesa e auxiliar a coordenar a apresentação dos planos de atuação da Região Administrativa Sudeste II. Dra. Rosângela Estumano solicitou ao Corregedor-Geral a abertura de espaço na reunião para eleição do Coordenador do Pólo Sudeste II. Por aclamação, os membros presentes na reunião, nominados em lista de frequência foram: Dr. Alan Pierre Chaves Rocha, Dra. Cremilda Aquino da Costa, Dr. Ítalo Costa Dias, Dra. Jeanne Maria Farias de Oliveira, Dr. Ramon Furtado Santos, Dr. Renato Belini de Oliveira Costa. Foi eleita como Coordenadora do Pólo, a Promotora de Justiça, Dra. Rosângela Estumano Gonçalves Hartmann.

## 2 - EXPOSIÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DOS MEMBROS

### 2.1 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FÉLIX DO XINGU

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Alan Pierre Chaves Rocha

**2.1.1 – 1º objetivo:** recomendar ao Poder Executivo a criação de projeto de lei para implantação da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor municipal.

#### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação;
- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Recomendou-se, através de peça jurídica extraprocessual, a criação de um órgão de defesa do consumidor na cidade, dotado de estrutura mínima, com assessoramento jurídico e técnico para a população nas demandas relativas ao consumo de bens e serviços;

- Foram realizadas reuniões periódicas para tratar do tema, inclusive, com a convocação da empresa Vale S/A, com o intuito de cobrar a realização de políticas públicas relativas à defesa do consumidor;

**Dificuldades:** a limitação orçamentária do município em decorrência da eleição do ano anterior tem dificultado a efetiva instalação do órgão.

**2.1.2 - 2º objetivo:** inibir a presença de crianças e adolescentes em ambientes festivos, onde haja o consumo de bebida alcoólica.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Reuniões periódicas com o Conselho Tutelar, Polícia Militar e Polícia Civil, orientando-se a fazer fiscalizações permanentes nas casas de show da cidade, inibindo o delito de fornecer bebida alcoólica a criança ou adolescente;

**Dificuldades:** falta de estrutura e investimento em segurança pública e a extensão territorial do município (terceiro maior do mundo com tal dificuldade).

**2.1.3 - 3º objetivo:** aproximar os órgãos de defesa e proteção à infância e juventude.

**Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões.

**Considerações:** Reuniões periódicas com o Conselho Tutelar, Assistência Social, Poder Judiciário e direção da casa de acolhimento institucional com a finalidade de solucionar os conflitos existentes e orientar práticas no contato com crianças e adolescentes em situação de risco.

- Dificuldades: questões e ideologias políticas divergentes entre Conselho Tutelar e Secretaria de Assistência Social.

**Contribuições:** Notou-se que com a aplicação do Plano de Atuação até a presente fase, em relação ao primeiro objetivo, foi imperceptível a obtenção de avanços, em especial pela recusa do município em realizar a efetiva instalação do órgão de defesa do consumidor no município;

- Com relação ao segundo objetivo, o impacto social tem sido percebido pela sociedade, devido a efetiva participação dos órgãos de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes nas festas da cidade, promovendo advertências, recolhimento, apreensões e lavraturas de Termos Circunstanciados de Ocorrência pertinentes no caso concreto;

- No que tange ao terceiro objetivo, de aproximação dos órgãos de defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes, pela acirrada divergência

política existente entre estes, o impacto na sociedade é negativo, uma vez que diversas diligências são descumpridas ou atrasadas por desentendimento em relação ao pagamento de diárias, cessão de veículos e combustíveis e conflito de competência entre os órgãos na execução das políticas públicas;

## **2.2 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUCUMÃ**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Alan Pierre Chaves Rocha

**2.2.1 – 1º objetivo:** recomendar ao Poder Executivo a criação de Projeto de Lei para implantação do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) municipal.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** Recomendou-se, através de peça jurídica extraprocessual, a criação de um órgão de defesa do consumidor na cidade, órgão ainda não instalado;

- Dificuldades: ausência de servidor e de Promotor de Justiça titular na comarca.

**2.2.2 - 2º objetivo:** inibir a presença de crianças e adolescentes em ambientes festivos, onde haja o consumo de bebida alcoólica.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação.

**Considerações:** Expediu-se recomendação a onze bares e estabelecimentos congêneres, alertando acerca das regras pertinentes a entrada de crianças e adolescentes;

- Dificuldades: acumulação de comarcas e ausência de servidor e Promotor de Justiça titular.

**2.2.3 - 3º objetivo:** reestruturar a Delegacia de Polícia de Tucumã.

### **Atividades Realizadas:**

- Ação Civil Pública.

**Considerações:** A ação civil pública encontra-se em curso.

**Dificuldades:** morosidade da sistemática processual, ausência de servidor e Promotor de Justiça titular na comarca.

**Contribuições:** Dra. Rosângela Estumano informou sobre a resolução do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para auxiliar no trabalho de combate ao problema. Criar câmara técnica descentralizada e em vários Pólos;

- Dr. Adélio Mendes sugeriu que seja feito um ofício relatando as dificuldades e que se solicite a descentralização da câmara técnica;

- Dra. Cremilda Aquino exemplificou os casos de depoimento sem dano, que ocorre em Ourilândia, e requer o estudo e apoio, com trabalho psicossocial preliminar;

- Bethania Vinagre, técnica do Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (GAPI), falou que a descentralização é uma questão antiga no Ministério Público e que há grande demanda, sendo importante a implantação de câmara técnica com a equipe multifuncional;

- Dra. Rosângela Estumano falou de acordo de cooperação técnica com alguns profissionais para a formação da câmara técnica.

## **2.3 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE REDENÇÃO**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Jeanne Maria Farias de Oliveira

**2.3.1 – 1º objetivo:** compelir o Governo do Estado do Pará a implantar uma unidade do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” na cidade de Redenção, sede da Região de Integração do Araguaia.

### **Atividades Realizadas:**

- Apresentação de Consulta;
- Instauração de Inquérito Civil;
- Expedição de Ofícios;
- Realização de Reunião.

**Considerações:** Apresentação de consulta escrita ao Governador do Estado do Pará sobre a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, tendo como objetivo a implantação de uma unidade do Instituto Médico Legal em Redenção. Essa atividade foi concluída, embora não tenha alcançado seu objetivo, tendo em vista a ausência de interesse do Governo do Estado do Pará em celebrar o Termo de Ajustamento de Conduta. Por essa razão, foi Instaurado o Inquérito Civil Público nº 001/2013, por meio da Portaria nº 001/2013, para fins de subsidiar possível Ação Civil Pública.

- Foram solicitadas informações à unidade do Instituto Médico Legal em Marabá sobre a demanda de serviços dos Pólos Sudeste I e II;

- Solicitação ao Centro de Perícias “Renato Chaves” em Belém, a respeito da capacidade de atender as demandas do Estado em unidades regionais, por

meio do Ofício nº 119/2013 do Ministério Público (1ª Promotoria de Justiça de Redenção), que instrui os autos de Inquérito Civil nº 001/2013.

- O ajuizamento de Ação Civil Pública depende da conclusão dos Autos de Inquérito Civil Público nº 001/2013, instaurado por meio da Portaria nº 001/2013, que está em fase de instrução.

- Dando andamento ao Plano de Atuação da 1ª Promotoria de Justiça de Redenção, foi designada audiência pública para o dia 22 de novembro de 2013, das 08:00h as 12:00h, a fim de colher de forma transparente a opinião da população redencense, bem como das Associações de Classe e da sociedade civil organizada, acerca da necessidade de implantação de uma unidade do centro de perícias científicas “Renato Chaves”.

**Contribuições:** Dra. Jeanne Farias informou que a estrutura das Promotorias de Justiça de Redenção, considerando que é sede do Pólo, apresenta déficit de servidor, contando cada membro com o apoio de apenas um auxiliar, situação incompatível com a demanda das atividades administrativas;

- Dra. Rosângela Estumano ressaltou a Lei Estadual que fala expressamente que toda cidade deve ter uma unidade de perícia. Informou que Tucuruí implantou através de Termo de Ajuste de Conduta uma unidade de perícia do Instituto Médico Legal;

- Dra. Cremilda Aquino verificou a questão de interesse regional, sugerindo que se deve eleger atuação conjunta, com fito de beneficiar o alcance dos objetivos, descritos no Plano de Atuação;

## **2.4 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Cremilda Aquino da Costa

**2.4.1 – 1º objetivo:** instaurar Inquérito Civil a fim de identificar os proprietários de edificações nas áreas de proteção permanente, ajuizando as pertinentes ações judiciais coletivas para embargo de obras e demolição, salvaguardando as áreas urbanas antigas, já existentes antes da vigência do atual Código Florestal.

### **Atividades Realizadas:**

- Denúncia Realizada;
- Instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar;
- Expedição de Notificações;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Em 11/02/2011, foi protocolada denúncia de construções ilegais em área de preservação ambiental às margens do Rio Araguaia. Denúncia instruída com fotografias dos locais de construções e respectiva relação dos proprietários dessas áreas. Objetivando a apuração dos fatos, o órgão do Ministério Público Ambiental de Conceição do Araguaia instaurou o

Procedimento Administrativo nº 007/2011 - 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia. No decorrer da apuração, o Ministério Público expediu notificações aos infratores Valdinei Furtado, “Serginho Moto Show”, Manoel Bonfim Ferreira Santana, Gilson Straube e “Vanusa da Cosampa”, a fim de participarem de audiência no âmbito da Promotoria de Justiça, onde lhes foi proposto Termo de Ajustamento de Conduta para reparação do dano ambiental. Os referidos infratores aceitaram firmar com esse órgão ministerial, o Termo de Ajustamento de Conduta, no qual se ditou as regras para a reparação do dano ambiental, considerando a situação individual de cada infrator, concernente a proporcionalidade do dano. Com relação a situação dos outros infratores, o Ministério Público expediu novas notificações com o mesmo objetivo de tentar firmar Termos de Ajustamento de Conduta;

- Até a presente data, foram concluídos 90% (noventa por cento) da atividade prevista para esse objetivo;

- Dificuldades: cumulação das atribuições dos cargos de Promotor de Justiça de Conceição do Araguaia; falta de pessoal capacitado; falta de embarcações; incerteza pelo impasse na votação do novo Código Florestal; repasse de relação incompleta de construções na área de proteção permanente do Rio Araguaia, sugerindo proteção dos órgãos ambientais quanto a alguns infratores, demandando que o Membro responsável acompanhasse as diligências pessoalmente e dificuldade de encontrar proprietários, pois vários imóveis encontravam-se fechados;

- O presente procedimento ainda encontra-se em andamento, sendo que esse órgão analisará individualmente os demais casos e, dependendo da extensão danosa ao Meio Ambiente e ajuizará diretamente a competente Ação Civil Pública demolitória, visando impedir que a prefeitura licencie novas edificações na área de preservação permanente do Rio Araguaia.

**2.4.2 - 2º objetivo:** instaurar inquérito civil, a fim de identificar os motivos que levaram a ausência de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco no município de Conceição do Araguaia, bem como aparelhar este órgão ministerial dos instrumentos necessários para efetivar a construção do abrigo, tais como Termo de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública.

#### **Atividades Realizadas:**

- Instauração de Inquérito Civil;
- Ajuizamento de Ação Civil Pública.

**Considerações:** Existe uma grande demanda no município, por instituições para o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco, já que a casa de passagem existente é de modestas proporções e inadequada para o acolhimento mais prolongado, prestando-se apenas para mitigar situações emergenciais e de forma transitória;

- Instaurado o inquérito civil, tentou-se obter junto à municipalidade, um Termo de Ajuste de Conduta; entretanto, tal finalidade restou prejudicada, eis que o

então Prefeito Municipal exigia dados estatísticos inexistentes, já que eles mesmos deveriam elaborá-lo, pois é dever do Município implementar políticas públicas para efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente. Diante da negativa do gestor municipal, o Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública, objetivando obrigar o Município à construção do referido abrigo e interditar a antiga casa de passagem, a qual encontra-se em trâmite, aguardando o provimento judicial;

- Até a presente data, foi concluído 100% (cem por cento) da atividade prevista para esse objetivo;

- Dificuldades: cumulação das atribuições dos cargos de Promotor de Justiça de Conceição do Araguaia, resistência do Município de Conceição do Araguaia a resolução consensual administrativa, morosidade jurisdicional;

- Na Ação Civil Pública ajuizada, foi deduzida pretensão de interdição da casa de passagem. No entanto, antes da análise do pedido liminar, houve substituição do imóvel por um melhor, mas ainda insuficiente ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco; persiste a expectativa da sociedade quanto à construção do abrigo, dependente agora de deliberação jurisdicional.

**2.4.3 - 3º objetivo:** instaurar inquérito civil para averiguar a possível prática de nepotismo no município de Santa Maria das Barreiras e buscar elementos para subsidiar a ação do Ministério Público, tais como elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública.

#### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação;
- Instauração de Inquérito Civil;
- Elaboração de Minuta de Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Expedida a Recomendação nº 002/2011, ao Prefeito do Município de Santa Maria das Barreiras para que, em síntese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ocorresse a exoneração de todos os ocupantes de cargos comissionados ou funções gratificadas que estejam incluídos nas disposições da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, bem como a abstenção de nomeações e contratações de servidores e prestadores de serviços que configurassem nepotismo. Como dita recomendação não foi atendida, foi instaurado o Inquérito Civil nº 004/2012, que tem por objeto “apurar representação de nepotismo no Município de Santa Maria das Barreiras”, tendo como investigados o Prefeito e os respectivos parentes nomeados;

- O *Parquet* elaborou uma minuta de Termo de Ajustamento de Conduta, a ser firmado com o Município de Santa Maria das Barreiras, para cumprimento integral da Recomendação nº 002/2011;

- Até a presente data, foram concluídos 100% (cem por cento) da única atividade genérica prevista para esse objetivo;
- Dificuldades: cumulação das atribuições da 3ª Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia com as de outras Promotorias de Justiça do Pólo Sudeste II, gerando acúmulo de feitos judiciais e extrajudiciais; dificuldade de notificação dos investigados, dada a precariedade dos meios de transporte e falta de um Oficial de Serviços;
- Impactos na sociedade: publicização do conceito e caracterização do nepotismo; diminuição da sensação de impunidade para a prática de atos administrativos ilícitos; aumento da fiscalização e intolerância social com a prática de nepotismo, inclusive como a formalização de novas denúncias dessa prática ímproba na atual gestão; frustração quanto a exclusão dos cargos políticos da incidência da Súmula Vinculante nº 13, pelo Supremo Tribunal Federal.

## **2.5 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE REDENÇÃO**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Ítalo Costa Dias

**2.5.1 – 1º objetivo:** interceder junto ao Município de Redenção, para que dê estrutura mínima necessária e adequada para prestação de serviço de Saúde Municipal, como reforma de Hospital, Postos de Saúde, Medicamentos, Servidores, Equipamentos, Leitos e etc.

### **Atividades Realizadas:**

- Recomendação;
- Visitas;
- Reuniões;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Encaminhada Recomendação nº 002/2012 a Prefeitura Municipal de Redenção para reorganização das deficiências relativas a prestação de serviço de saúde municipal;

- Realizada duas Visitas Institucionais, pessoalmente, pelo Promotor de Justiça acompanhado da Equipe Técnica (Assistente Social e Psicóloga), para fiscalizar o fiel cumprimento do serviço de saúde municipal no Hospital Municipal Iraci;
- Realização de duas reuniões: a primeira com a Regional e alguns Municípios para discutir a saúde básica e a segunda, para discussão com a Secretaria Municipal de Saúde de Redenção;
- Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com a Prefeitura de Redenção para término e conclusão do novo prédio do Hospital Municipal Iraci para atendimento da população e estrutura física e de aparelhamento adequado;

- Dificuldades: Promotor de Justiça Titular (presença física); falta de estrutura física adequada (sala de reunião e falta de oficial de diligência); inventário da 2ª Promotoria de Justiça de Redenção (herança maldita); cumulações de diversas Promotorias de Justiça; gestão municipal anterior e atual; precariedade de saúde básica; ausência de profissionais médicos especialistas; estrutura física da saúde;

- No que tange às metas alcançadas no Plano de Atuação, ressalta-se que houve sensível melhora na saúde, com fiscalização ministerial e integração institucional Ministério Público do Estado/Município de Redenção, além da admissão de novos servidores públicos e reforma do Hospital Iraci, bem como a realização de visitas institucionais, construção de novos postos de saúde, de unidade de Saúde Familiar, chegada de medicamentos, Central de Regulação Municipal, Tratamento Fora de Domicílio, Conselho Municipal de Saúde.

## **2.6 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA AGRÁRIA DE REDENÇÃO**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Ítalo Costa Dias

**2.6.1 – 1º objetivo:** estruturar a Promotoria de Justiça Agrária tanto no que se refere a parte física quanto na de recursos humanos.

### **Atividades Realizadas:**

- Encaminhamento de Ofícios.

**Considerações:** Encaminhado Ofício Nº 289/2012 e 294/2012 a Procuradoria Geral de Justiça, solicitando estrutura operacional e organizacional a 4ª Promotoria de Justiça; encaminhado Ofício Nº 007/2012 a Sub-Procuradoria Geral de Justiça para Área Técnico-Administrativa, solicitando estrutura operacional e organizacional a 4ª Promotoria de Justiça; encaminhado Ofício Nº 009/2012 a Corregedoria Geral de Justiça solicitando estrutura operacional e organizacional a 4ª Promotoria de Justiça;

- **Dificuldades:** ausência física de Promotor de Justiça titular na comarca, pois o titular competente para exercício da função está em Castanhal, tendo em vista motivos de saúde, solicitando os motivos da designação precária. Além disso, há ausência de infra-estrutura, ausência de sala de reunião, ausência de oficial de diligência e existência de muitos inquéritos instaurados sem conclusão (fato este conhecido como “herança maldita” entre os promotores que herdaram os inquéritos);

- Foi verificada a abertura de Inquérito civil dentro de inquérito civil, o que configura fraude. Dr. Adélio Mendes solicitou que seja oficiado a CGMP, informando sobre os inquéritos informados pelo Dr. Ítalo Costa;

- Houve na Promotoria de Justiça, significativa melhora na estrutura, com novo Auxiliar Administrativo vinculado a 4ª Promotoria de Justiça de Redenção; novo computador e impressora; cadeiras; mesa; pastas; armário; veículo tipo

caminhonete; participação do Grupo de Trabalho Agrário; participação da Ouvidoria Agrária Nacional.

## **2.7 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTANA DO ARAGUAIA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Ítalo Costa Dias

**2.7.1 – 1º objetivo:** combater os crimes sexuais praticados contra criança e adolescente em situação de vulnerabilidade no Município de Santana do Araguaia.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofícios;
- Realização de Audiência Pública;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Ofício expedido a Delegacia de Polícia, nº 093/2012 e nº 094/2012, solicitando relatório detalhado dos Inquéritos Policiais, envolvendo o crime de estupro na Comarca;

- Em Santana do Araguaia, no dia 24 de setembro de 2012, na Câmara dos Vereadores, em Audiência Pública, o Ministério Público do Estado do Pará, tomou iniciativa de firmar o Pacto nº 001-2012 (Termo de Ajustamento de Conduta) com os dois candidatos a Prefeito Municipal da Comarca de Santana do Araguaia;

**2.7.2 - 2º objetivo:** adquirir veículo funcional para a PJ de Santana do Araguaia.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofício.

**Considerações:** Ofício nº 095/2012 ao Sub-Procurador Geral de Justiça, solicitando um veículo para a Comarca de Santana do Araguaia.

**2.7.3 - 3º objetivo:** municipalização do trânsito.

### **Atividades Realizadas:**

- Visitas Carcerárias.

**Considerações:** Inquérito Civil nº 001-2013 instaurado para coleta de provas necessárias para regularização do trânsito urbano e rural;

- Ajuizada Ação Civil Pública em desfavor do Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará e Departamento de Trânsito, com Pedido Liminar e com pedido cominatório de obrigação de fazer e não fazer;

- Dificuldades: ausência de Promotor de Justiça Titular (presença física) falta de estrutura física adequada (mesa, cadeira e etc.), cumulações de Promotorias de Justiça e ausência de oficial de diligência.

## **2.8 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA, DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DOS IDOSOS DE REDENÇÃO**

Apresentação: Promotora de Justiça Dra. Rosângela Estumano G. Hartmann

**2.8.1 – 1º objetivo:** atuar junto ao Poder Público Municipal, no sentido de exigir a criação e efetivação do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) no Município de Redenção.

### **Atividades Realizadas:**

- Instauração de Inquérito Civil;
- Expedição de Ofício.

**Considerações:** Foi instaurado na 3ª Promotoria de Justiça de Redenção, em 17 de maio de 2012, o Inquérito Civil Nº 004/2012, com o objetivo de executar o Plano Geral de Atuação dessa promotoria, sendo instalar o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) na cidade de Redenção, nos termos da Lei Municipal nº 400/2001 de 26.08.2001. Em 23 de maio de 2012, por meio do Ofício nº 244/2012, foi encaminhado expediente ao Prefeito Municipal, solicitando a implementação do PROCON, dentro da disponibilidade orçamentária do Município. Essa atividade foi cancelada, em razão da instauração do Inquérito Civil Público n.º 04/2012, cuja instrução ocorrerá nos próximos quadrimestres.

## **2.9 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO MARIA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Ramon Furtado Santos

**2.9.1 – 1º objetivo:** atuar junto ao Poder Público Municipal para estruturação do Conselho Tutelar de Rio Maria.

### **Atividades Realizadas:**

- Realização de Reuniões;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Realização de reuniões, Termo de Ajuste de Conduta firmado, fiscalização do Termo de Ajuste de Conduta, solicitação de carro a disposição do conselho, telefone, funcionário, sendo que houve avanço no conselho de Rio Maria;

**2.9.2 - 2º objetivo:** atuar junto ao Poder Público Municipal para estruturação do Conselho Tutelar de Bannach.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação;
- Termo de Ajuste de Conduta.

**Considerações:** Expedida Recomendação nº 02/2012 a Prefeitura Municipal de Rio Maria. A Promotoria de Rio Maria firmou Termo de Ajuste de Conduta com o Prefeito eleito para que o mesmo implemente as condições de trabalho do Conselho Tutelar. No limiar do ano que chega, iremos nos reunir com o administrador municipal para acertarmos os ajustes para que se efetive tudo quanto previsto no Termo de Ajuste de Conduta.

- Dificuldades: grande movimentação na carreira, gerando a falta de Promotor Público na comarca, deixando o Plano de Atuação parado.

- O Conselho Tutelar encontra-se estruturado e há necessidade de focar melhor com relação aos casos de drogas.

**Contribuições:** Dr. Ramon Furtado sugeriu que o Centro de Apoio Operacional elaborasse um manual de atuação com rotina de trabalho entre várias áreas de atuação. A servidora Marilze Bitar informou que já houve reuniões com membros Promotores de Justiça e que foi criado um Manual de Orientação Funcional, com orientações para que possam trabalhar melhor com relação a ética no exercício das atividades ministeriais. Dr. Adélio Mendes informou que existe um manual de Atos Normativos da Administração Superior do Ministério Público;

- A servidora Bethania Vinagre sugeriu aos membros que solicitem apoio ao Centro de Apoio Operacional, pois já existem trabalhos e convênios firmados, bem como, a equipe técnica capacitada para dar apoio.

## **2.10 – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE XINGUARA**

Apresentação: Promotor de Justiça Dr. Renato Belini de Oliveira Costa

**2.10.1 – 1º objetivo:** atuar de forma preventiva no combate à violência no trânsito, adotando providências em relação ao Poder Público competente, para melhorar a fiscalização no cumprimento às leis referentes à matéria, sinalização e correspondente política de educação.

### **Atividades Realizadas:**

- Expedição de Ofícios.

**Considerações:** Reunião com agentes de trânsito do Departamento de Trânsito Estadual (DETRAN-PA), a fim de tratar do convênio 012/2011 DETRAN-PA; recebimento de sugestões de segmento da sociedade civil à respeito da implementação de banca examinadora do DETRAN em Xinguara. Expedido Ofício nº 041/2013 de 08.03.2013, ao Departamento Municipal de Trânsito. Expedido Ofício nº 042/2013 de 08.03.2013, ao Ciretran de Xinguara.

**2.10.2 - 2º objetivo:** elaborar convênio de cooperação técnica com a Prefeitura e Secretarias afins, Conselho Tutelar, Ministério Público, Polícia Civil, com a finalidade de viabilizar o eficaz atendimento de crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual neste Município, de forma a evitar a revitimização e alcançar o objetivo quanto à punição dos agressores.

**Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação;
- Realização de Reuniões;

**Considerações:** Foi expedida Recomendação nº 04/2012 para adequar o atendimento/acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco;

- Foram realizadas duas reuniões em Belém, com a coordenadora do Pró Paz Integrado, Dra. Izabela Jatene, para tratar sobre o termo de cooperação sobre violência em Xinguara; reunião com comitê gestor da elaboração do termo de cooperação sobre violência em Xinguara.

**2.10.3 - 3º objetivo:** adotar medidas para viabilizar a instalação do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) no Município de Xinguara.

**Atividades Realizadas:**

- Expedição de Recomendação;
- Expedição de Ofício.

**Considerações:** Solicitação de material de apoio ao Centro de Apoio Operacional Constitucional; encaminhamento ao prefeito municipal de Xinguara da Recomendação nº. 032/2012 para implantação do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON). Expedido Ofício nº 040/2013, de 08.03.2013, solicitando informações a respeito do cumprimento da Recomendação nº 032/2012, a prefeitura de Xinguara;

- Dr. Renato Belini informa que assumiu recentemente a comarca e que não teve condições de executar a contento, as atividades do Plano de Atuação da Promotoria de Justiça de Xinguara.

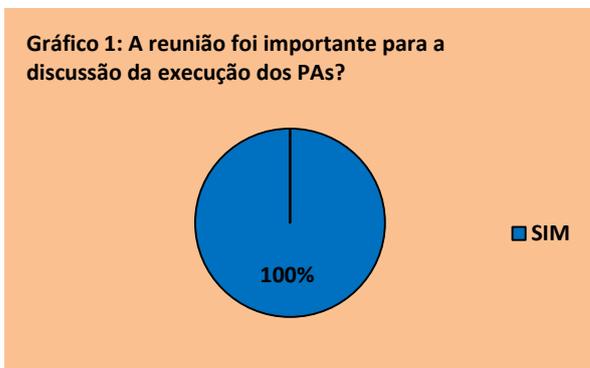
**3 - ENCAMINHAMENTOS:**

- 1) Que os membros encaminhem via ofício a sugestão de criação e descentralização da câmara técnica em vários Pólos, bem como a celebração de convênio no pólo para atuação de profissionais qualificados;
- 2) Quanto à situação do depoimento sem dano, encaminhar via Movimento pela Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente (MOVER), a melhor forma de atuação;
- 3) Apoio da administração superior quando a deficiente atuação do Centro de Perícias Científicas e Instituto Médico Legal na região, no sentido da criação de unidade em todas as sedes de pólo, inicialmente com o Governador, após o Conselho Nacional do Ministério Público;

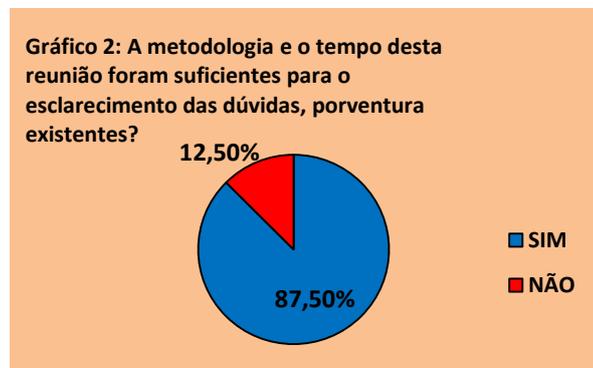
- 4) Que os membros conheçam a ação exitosa da Promotoria de Justiça de Tucuruí, quanto a celebração de Termo de Ajuste de Conduta com o prefeito municipal, referente criação de unidade no município;
- 5) Que no pedido de criação de sede regional do Centro de Perícias Científicas e Instituto Médico Legal, seja vinculado aos direitos humanos, infância e juventude, crimes sexuais e violência doméstica;
- 6) Que os planos de atuação possam ter atuação regional, para atuação conjunta, além de identificar peculiaridades;
- 7) Enfrentamento pela Administração Superior da deficiência de oficial de serviços auxiliares e motorista, o que compromete a eficiência das atividades desenvolvidas pelo membro do Ministério Público;
- 8) Solicitação pelo Promotor de Justiça Ítalo Costa Dias de que a administração superior informe sobre ausência do titular da 2ª Promotoria de Justiça de Redenção, Dr. Luiz Gustavo, bem como os motivos ensejadores da sua precária designação para a Promotoria de Justiça de Castanhal (conforme dito pelo Promotor de Justiça);
- 9) Apoio da administração superior para enfrentamento do grande passivo de procedimentos existentes na 2ª Promotoria de Justiça de Redenção;
- 10) Que os membros encaminhem via ofício o quantitativo de procedimentos e processos existente na Promotoria de Justiça, lembrando que os mesmos ao chegar a Promotoria de Justiça devem comunicar o passivo existente a Corregedoria Geral ou dar andamento aos mesmos;
- 11) Lembre aos membros de anexar os documentos utilizados para execução dos Planos de Atuação, permitindo que todos tomem conhecimento do detalhamento das ações desenvolvidas, além de possibilitar uma análise mais completa no relatório para movimentação na carreira;
- 12) Que os membros busquem nos cartórios eleitorais os programas de governo da respectiva prefeitura do seu município;
- 13) Enfrentamento pela administração superior das constantes movimentações dos membros entre as Promotorias de Justiça, o que dificulta o desenvolvimento e execução dos Planos de Atuação;
- 14) Desenvolvimento pelo Centro de Apoio Operacional e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, em parceria com a Corregedoria Geral do Ministério Público, de manual de atuação por área de atuação, criminal, ambiental, etc., além de atualização do manual de orientação da rotina do membro, tanto atuação funcional, quanto atuação administrativa;
- 15) Desenvolvimento dos fluxos dos órgãos, por área de atuação, disponibilizado na página do Ministério Público;
- 16) Desenvolvimento pelo Centro de Apoio Operacional, em parceria com os Promotores de Justiça da Região Administrativa, de projeto para cooperação técnica entre Ministério Público, Departamento de Trânsito Estadual (DETRAN) e Polícia Militar.

# AVALIAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ACOMPANHAMENTOS DOS PLANOS DE ATUAÇÃO.

## DEMONSTRATIVO GRÁFICO - SUDESTE II



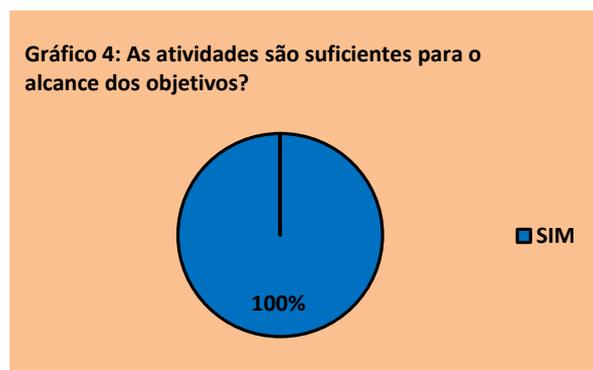
**Aspectos Relevantes:** Importante e salutar na promoção da integração das Promotorias de Justiça do Pólo.



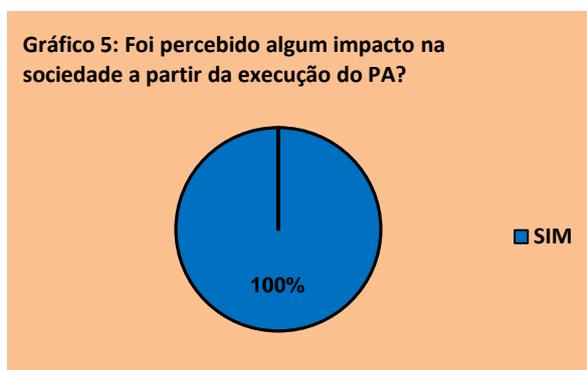
**Aspectos Relevantes:** Para a Região Administrativa Sudeste II, na opinião dos membros, seria necessário um tempo maior para melhores esclarecimentos quanto as ações que envolvem os PAs.



**Aspectos Relevantes:** Em virtude de estar no final do semestre, torna-se difícil conseguir reunir as Promotorias de Justiça da Região Administrativa.



**Aspectos Relevantes:** Desde que haja êxito no alcance dos objetivos elencados no PA.



**Aspectos Relevantes:** Sim, com a percepção da participação ativa da sociedade.

**ACOMPANHAMENTO FINAL –  
CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS PELOS ÓRGÃOS DE  
EXECUÇÃO E ADMINISTRATIVOS, EM SEUS RESPECTIVOS PLANOS DE  
ATUAÇÃO – BIÊNIO 2012/2013.**

Os Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça são elaborados observando os ditames do art. 44, inciso IV, e do art. 70, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006, e as Resoluções específicas do Colégio de Procuradores de Justiça que dispõem sobre a estrutura das Procuradorias e Promotorias de Justiça e as atribuições dos cargos que as integram. Quanto ao acompanhamento da execução das metas previstas pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça nos respectivos Planos de Atuação, de acordo com o art. 37, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006, compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público, a atribuição e responsabilidade pela coordenação do processo, inclusive com o agendamento de reuniões de acompanhamento com as Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Pará.

No decorrer do ano de 2013, foram realizadas pela Corregedoria-Geral as reuniões de acompanhamento dos Planos de Atuação nas Regiões Administrativas: Belém II, Nordeste I, Nordeste II, Tocantins e Marajó, Sudeste I, Sudeste II, Sudoeste I, Sudoeste II e Baixo Amazonas.

<b>PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE ENVIARAM ACOMPANHAMENTO FINAL DO PLANO DE ATUAÇÃO, POR ÁREA DE ATUAÇÃO NO BIÊNIO 2012/2013.</b>	
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM I</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA	PJ Cível
	PJ Criminal
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CIVEIS	PJ da Família
	PJ de Órfãos, Interditos e Incapazes
	PJ de Registros Públicos, Resíduos, Casamento e Cartas Precatórias
	PJ de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA	PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
PROMOTORA DE JUSTIÇA DE AÇÕES CONSTITUCIONAIS E FAZENDA PÚBLICA	PJ de Ações Constitucionais e Fazenda Pública

<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM I</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	PJ da Infância e Juventude
PROMOTORA DE JUSTIÇA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	PJ de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA COMUNITÁRIA E DA CIDADANIA	PJ do Consumidor
	PJ de Defesa do Cidadão e da Comunidade
	PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho
	PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo.
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS	PJ de Crimes contra ordem tributária
	PJ de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial
	PJ de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas
	PJ do Juízo Criminal
	PJ do Tribunal do Júri
	PJ Militar
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ICOARACI	PJ de Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci
	PJ Criminal de Icoaraci
PROMOTORA DE JUSTIÇA DE MOSQUEIRO	PJ de Mosqueiro
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM II</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORA DE JUSTIÇA DE ANANINDEUA	PJ Criminal.
	PJ da Infância e Juventude.
	PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.
	PJ Cível
	PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo.
PROMOTORA DE JUSTIÇA DE BENEVIDES	PJ de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal de Júri.
	PJ de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância, Juventude e dos Idosos.
	Promotoria de Justiça Cível
PROMOTORA DE JUSTIÇA DE MARITUBA	Promotoria de Justiça Criminal
	PJ de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
PROMOTORA DE JUSTIÇA DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ	PJ de Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos.
	PJ de Santa Bárbara do Pará

**REGIÃO ADMINISTRATIVA NORDESTE I**

<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ACARÁ	PJ de Acará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BUJARU	PJ de Bujaru
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLARES	PJ de Colares
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCÓRDIA DO PARÁ	PJ de Concórdia Do Pará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTANHAL	PJ Criminal
	PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania
	PJ da Infância e Juventude, de Órfãos, Interditos e Incapazes, e de Defesa das Pessoas com Def. e dos Idosos.
	PJ Agrária
	PJ de Direitos Humanos, Contr. Ext. da Atividade Policial, Ex. Penal e Violência Dom. e Familiar contra a Mulher.
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CURUÇA	PJ de Curuça
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARAPÉ-AÇU	PJ de Igarapé-Açu
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHANGAPI	PJ de Inhangapi
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARACANÃ	PJ de Maracanã
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARAPANIM	PJ de Marapanim
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MAGALHÃES BARATA	PJ de Magalhães Barata
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ	PJ de São Francisco Do Pará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS	PJ de São Caetano De Odivelas
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA ISABEL DO PARÁ	PJ de Santa Isabel Do Pará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM	PJ de São Domingos Do Capim
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOMÉ-AÇU	PJ de Tomé-Açu
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	PJ de Santo Antônio Do Tauá
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIGIA	PJ de Vigia

**REGIÃO ADMINISTRATIVA NORDESTE II**

<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AURORA DO PARÁ	PJ de Aurora Do Pará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AUGUSTO CORRÊA	PJ de Augusto Corrêa
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAGANÇA	PJ de Bragança
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONITO	PJ de Bonito
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAPITÃO POÇO	PJ de Capitão Poço
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAPANEMA	PJ de Capanema
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GARRAFÃO DO NORTE	PJ de Garrafão Do Norte
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IRITUIA	PJ de Irituia
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MÃE DO RIO	PJ de Mãe Do Rio
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA TIMBOTEUA	PJ de Nova Timboteua
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURÉM	PJ de Ourém
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAGOMINAS	PJ de Paragominas
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEIXE BOI	PJ de Peixe Boi

**REGIÃO ADMINISTRATIVA NORDESTE II**

<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRIMAVERA	PJ de Primavera
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALINÓPOLIS	PJ de Salinópolis
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTARÉM NOVO	PJ de Santarém Novo
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA MARIA DO PARÁ	PJ de Santa Maria Do Pará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA LUZIA DO PARÁ	PJ de Santa Luzia Do Pará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DE PIRABAS	PJ de São João De Pirabas
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	PJ de São Miguel Do Guamá
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ULIANÓPOLIS	PJ de Ulianópolis
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VISEU	PJ de Viséu

**REGIÃO ADMINISTRATIVA TOCANTINS E MARAJÓ**

<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ABAETETUBA	PJ de Abaetetuba
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AFUÁ	PJ de Afuá
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARCARENA	PJ de Barcarena
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAIÃO	PJ de Baião
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMETÁ	PJ de Cametá
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CHAVES	PJ de Chaves
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACHOEIRA DO ARARI	PJ de Cachoeira Do Arari
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CURRALINHO	PJ de Curralinho
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPÁ	PJ de Gurupá
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARAPÉ-MIRI	PJ de Igarapé-Miri
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMOEIRO DO AJURU	PJ de Limoeiro Do Ajuru
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MELGAÇO	PJ de Melgaço
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOJU	PJ de Moju
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MUANÁ	PJ de Muaná
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOCAJUBA	PJ de Mocajuba
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS DO PARÁ	PJ de Oeiras Do Pará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTEL	PJ de Portel
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA DE PEDRAS	PJ de Ponta De Pedras
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALVATERRA	PJ de Salvaterra
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA CRUZ DO ARARI	PJ de Santa Cruz Do Arari
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOURE	PJ de Soure
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAILÂNDIA	PJ de Tailândia

**REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDESTE I**

<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS DO TOCANTINS	PJ de Bom Jesus Do Tocantins
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	PJ de Brejo Grande Do Araguaia

<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDESTE I</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BREU BRANCO	PJ de Breu Branco
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CURIONÓPOLIS	P J de Curionópolis
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CANAÃ DOS CARAJÁS	PJ de Canaã Dos Carajás
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOM ELISEU	PJ de Dom Eliseu
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GOIANÉSIA DO PARÁ	PJ de Goianésia Do Pará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITUPIRANGA	PJ de Itupiranga
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACUNDÁ	PJ de Jacundá
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO REPARTIMENTO	PJ de Novo Repartimento
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAUPEBAS	PJ Criminal
	PJ Cível
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE MARABÁ	PJ Criminal
	PJ Agrária
	PJ de Defesa do Consumidor, Registros Públicos Família e Secessão, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.
	PJ de Direitos Humanos, Execuções Penais e Controle Externo da Atividade Policial.
	PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Fazenda e Sucessão.
	PJ do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo.
	PJ de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Tribunal de Júri.
	PJ de Defesa da Probabilidade Administrativa, tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social.
PJ da Infância e Juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos.	
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RONDON DO PARÁ	PJ de Rondon Do Pará
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	PJ de São Geraldo Do Araguaia
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	PJ de São Domingos Do Araguaia
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	PJ de São João Do Araguaia
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUCURUI	PJ de Tucuruí
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDESTE II</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	PJ de Conceição Do Araguaia
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE REDENÇÃO	PJ de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância, Juventude e dos Idosos.
	PJ Cível
	PJ Criminal
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO MARIA	PJ Agrária
	PJ de Rio Maria

<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDESTE II</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FÉLIX DO XINGU	PJ de São Félix Do Xingu
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE XINGUARA	PJ de Xinguara
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURILÂNDIA DO NORTE	PJ de Ourilândia Do Norte
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTANA DO ARAGUAIA	PJ de Santana Do Araguaia
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUCUMÃ	PJ de Tucumã
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDOESTE I</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRASIL NOVO	PJ de Brasil Novo
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALTAMIRA	PJ Criminal
	PJ Cível e Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo.
	PJ da Infância e Juventude e dos Órfãos, Interditos e Incapazes.
	PJ Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública.
	PJ Agrária
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MEDICILÂNDIA	PJ de Medicilândia
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PACAJÁ	PJ de Pacajá
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	P J de Senador José Porfírio
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUARÁ	PJ de Uruará
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA SUDOESTE II</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AVEIRO	PJ de Aveiro
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAITUBA	PJ de Itaituba
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREACANGA	PJ de Jacareacanga
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO PROGRESSO	PJ de Novo Progresso
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RURÓPOLIS	PJ de Rurópolis
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA BAIXO AMAZONAS</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALENQUER	PJ de Alenquer
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALMEIRIM	PJ de Almeirim
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JURUTI	PJ de Juruti
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO DE MOZ	PJ de Porto De Moz
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÓBIDOS	PJ de Óbidos
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAINHA	PJ de Prainha
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FARO	PJ de Faro
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE ALEGRE	PJ de Monte Alegre
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIXIMINÁ	PJ de Oriximiná

<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA BAIXO AMAZONAS</b>	
<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTARÉM	PJ Criminal
	PJ de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas.
	PJ Tribunal de Júri e Entorpecentes
	PJ de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
	PJ Agrária
	PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública.
	PJ Cível
	PJ de Meio ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo.
	PJ da Infância e Juventude e dos Órfãos, Interditos e Incapazes.
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERRA SANTA	PJ de Terra Santa

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE NÃO ENVIARAM O  
ACOMPANHAMENTO/AVALIAÇÃO FINAL DO PLANO DE ATUAÇÃO.**

<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b>
Tocantins/Marajó	Promotoria De Justiça De Bagre
	Promotoria De Justiça De Breves
	Promotoria De Justiça De São Sebastião Da Boa Vista
	Promotoria De Justiça De Anajás

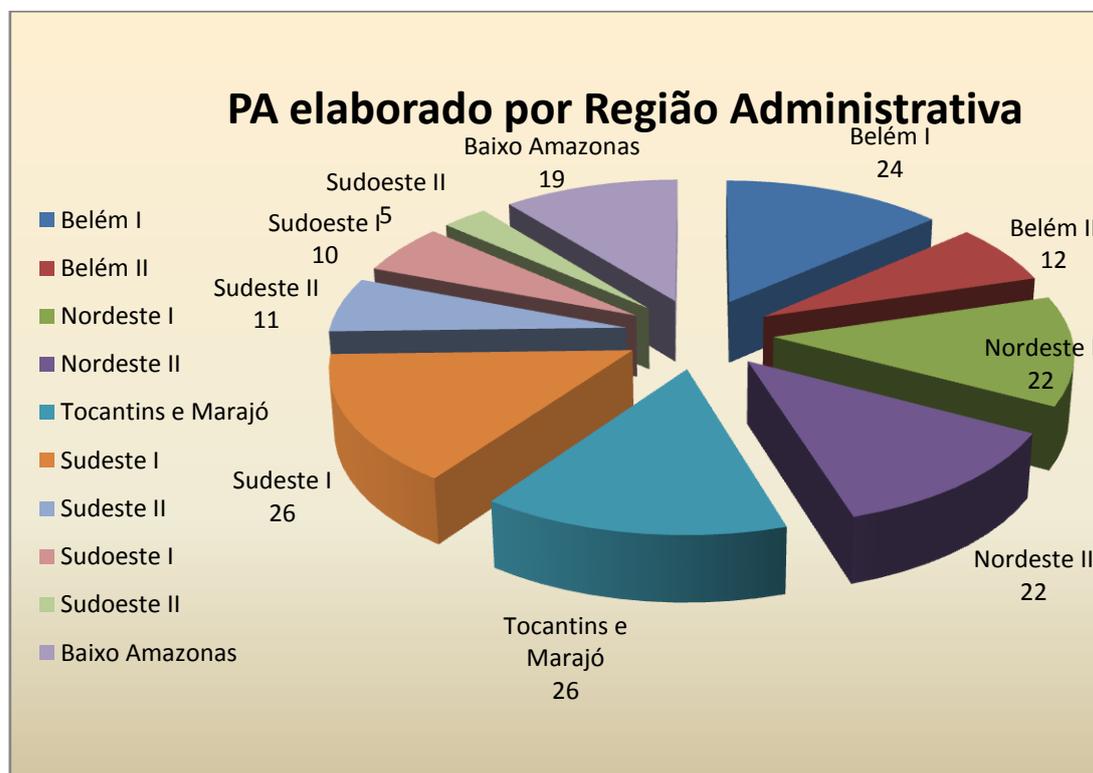
No cômputo geral, obteve-se o percentual de elaboração e informação sobre o envio e não envio das execuções quadrimestrais e o acompanhamento final, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 1:** Comparativo PAs elaborados/ PAs acompanhamento final

Região Administrativa	PLANO DE ATUAÇÃO 2012-2013			
	PAs ELABORADOS	PAs ENVIADOS NO ACOMPANHAMENTO FINAL	PAs NÃO ENVIADOS NO ACOMPANHAMENTO FINAL	PAs ENVIADOS NO ACOMPANHAMENTO FINAL - %
Belém I	24	24	0	100,00%
Belém II	12	12	0	100,00%
Nordeste I	22	22	0	100,00%
Nordeste II	22	22	0	100,00%
Tocantins e Marajó	26	22	4	84,62%
Sudeste I	26	26	0	100,00%
Sudeste II	11	11	0	100,00%
Sudoeste I	10	10	0	100,00%
Sudoeste II	5	5	0	100,00%
Baixo Amazonas	19	19	0	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>177</b>	<b>173</b>	<b>4</b>	<b>97,74%</b>

FONTE: SEAPA - Atualizado em 17/02/2014

**Gráfico 1:** PAs elaborados



**Gráfico 2:** PAs elaborados de acordo com quantidade de Promotorias de Justiça nas referidas regiões Administrativas



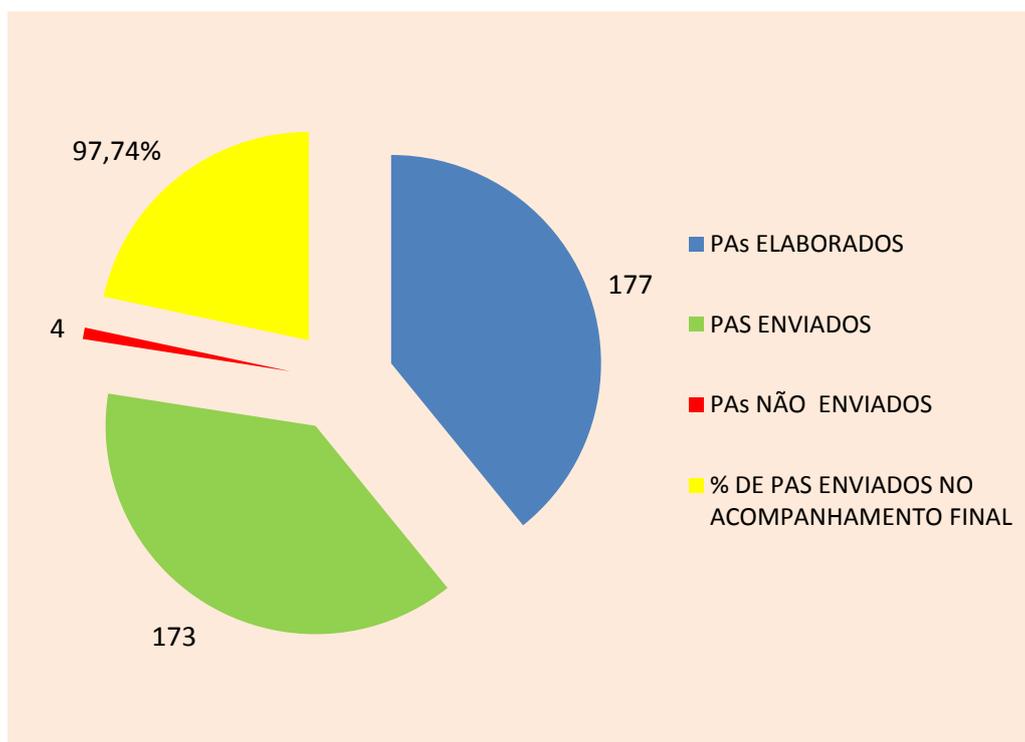
O acompanhamento do envio da execução do PA, referente ao biênio 2012/2013, é feito por meio do SEAPA- Sistema de Elaboração e Acompanhamento do Plano de Atuação, sendo uma ferramenta importante para o alcance da efetividade das ações das Procuradorias e Promotorias de Justiça, subsidiando o processo de planejamento estratégico da Instituição ministerial. Sendo possível demonstrar estatisticamente a participação efetiva das Procuradorias e Promotorias de Justiça perante as questões elencadas em prol das demandas da sociedade.

**Tabela 2:** Demonstrativo geral do Total de PAs elaborados e envio do acompanhamento final – %

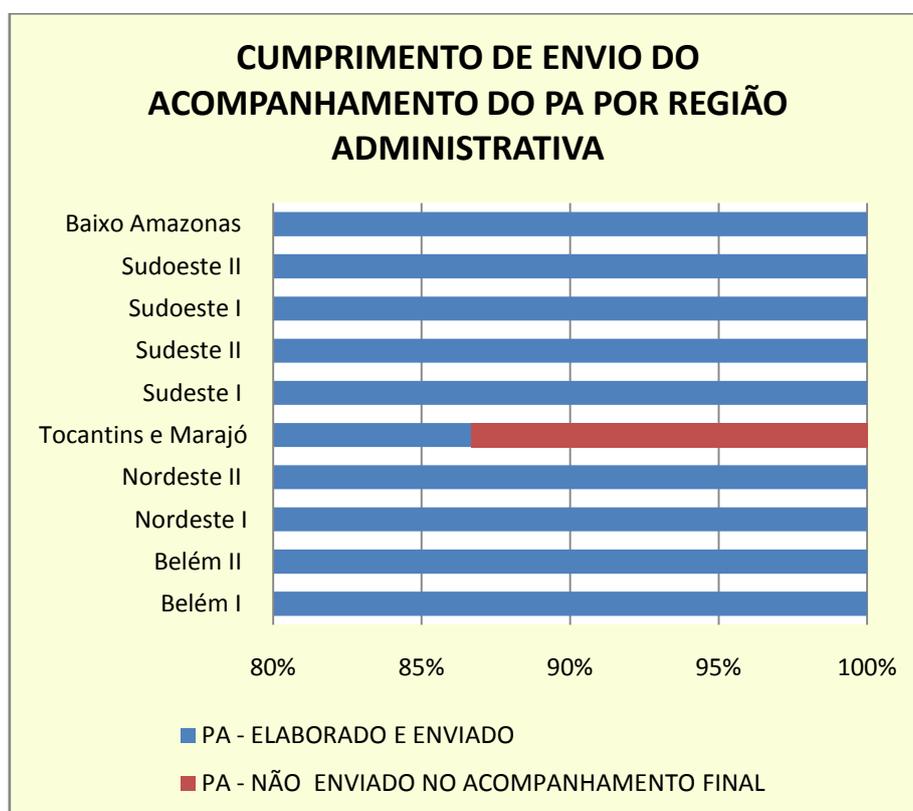
DEMONSTRATIVO GERAL - PLANO DE ATUAÇÃO 2012-2013			
PAs ELABORADOS/ ENVIADOS	PAs ENVIADOS NO ACOMPANHAMENTO FINAL	PAs NÃO ENVIADOS ACOMPANHAMENTO FINAL	PAs ENVIADOS NO ACOMPANHAMENTO FINAL - %
177	173	4	97,74

Fonte SEAPA 17/02/14

**Gráfico 3: PAs elaborados e envio do acompanhamento final – %**



**Gráfico 4: Envio do acompanhamento final – %**



É salutar reconhecer a expressiva resposta das Procuradorias e Promotorias de Justiça que entregaram seus planos no prazo compreendido no biênio 2012/2013. As situações de prazo atípicas, absolutamente justificadas, foram analisadas pela Corregedoria Geral, que concedeu novos prazos, informados às Procuradorias e Promotorias de Justiça por meio de e-mails, ofícios, telefonemas e mensagens de celular, o que, notadamente, repercutiu positivamente, em virtude dos altos índices de entrega registrados, conforme demonstrado no gráfico acima exposto. Vale ressaltar, que os referidos prazos foram cumpridos até o dia 31 de janeiro de 2013. Desse modo, 97,74% (noventa e sete, setenta e quatro por cento) das Procuradorias e Promotorias de Justiça enviaram o acompanhamento final de seus PAs elaborados, favorecendo o trabalho institucional do Plano Geral de Atuação.



A Corregedoria-Geral, mediante o cumprimento de suas atribuições em acompanhar a execução das metas estabelecidas nos respectivos Planos de Atuação, conclui que diante da atuação diligente e compartilhada, contando com as participações dos membros deste *parquet*, além do apoio dos técnicos do Grupo de Apoio Institucional (GAPI), a eficácia do Plano de Atuação é percebida através dos resultados práticos que já foram alcançados até o presente momento e que são relatados pelos membros.

Entretanto, por se tratar de uma ferramenta que visa atender aos anseios sociais, torna-se fonte de inesgotáveis demandas, tendo muito ainda há desenvolver, principalmente, por ser um instrumento que auxilia o Ministério Público, em sua missão quanto a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A Corregedoria-Geral avalia com louvor o sucesso do segundo Plano de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, percebido por meio do envio de 97,74% da execução das informações em todas as etapas e pelo alcance das metas estabelecidas, registradas no SEAPA.



# AneXOS





**Anexo 1:** Reunião de Acompanhamento Região Administrativa Tocantins e Marajó - Abaetetuba

**Anexo 2:** Reunião de Acompanhamento Região Administrativa Nordeste II - Capanema

**Anexo 3:** Reunião de Acompanhamento Região Administrativa Sudeste I - Marabá

**Anexo 4:** Reunião de Acompanhamento Região Administrativa Belém II - Ananindeua

**Anexo 5:** Reunião de Acompanhamento Região Administrativa Nordeste I - Castanhal

**Anexo 6:** Reunião de Acompanhamento Região Administrativa Sudoeste II - Itaituba

**Anexo 7:** Reunião de Acompanhamento Região Administrativa Baixo Amazonas - Santarém

**Anexo 8:** Reunião de Acompanhamento Região Administrativa Sudoeste I - Altamira

**Anexo 9:** Reunião de Acompanhamento Região Administrativa Sudeste II - Redenção



Anexo 1



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
 COORDENAÇÃO-GERAL DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO

REUNIÃO DE TRABALHO

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA/2013  
 REGIÃO ADMINISTRATIVA – TOCANTINS E MARAJÓ – 27/05/2013

LISTA DE FREQUÊNCIA

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	NOME	ASSINATURA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA		
COORDENAÇÃO PGA	MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES	
OUIDORIA	<del>MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES</del>	<del></del>
CAO – CÍVEL		
CAO – CRIMINAL		
CAO – CIDADANIA	Theliso Pimentes Band	
A CAO – INFÂNCIA E JUVENTUDE	Retícia Augusto	
CAO – CONSTITUCIONAL		
A CAO – MEIO AMBIENTE	Maria Celso Do Carmo	
NOME	ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
A ADRIANA PASSOS FERREIRA	PJ Alua	
A ANTONIO LOPES MAURÍCIO	1ª PJ BARCARENA	
BRENDA CORREA LIMA AYAN		LICENÇA MATERNIDADE
BRUNO BECKEMBAUER S. DAMASCENO		
CLÁUDIO LOPES BUENO		
DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO		AUSENCIA JUSTIFICADA
A DULLY SANAÉ ARAUJO OTAKARA		Presente
A EMÉRIO MENDES COSTA	SSBV/BREVES / CURRALINHO	
ÉRIKA ALMEIDA DE SOUSA		
FRANCISCA PAULA M. DA GAMA MARTINS		AUSENCIA JUSTIFICADA
FREDERICO AUGUSTO DE MORAES FREIRE		FÉRIAS
A GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA		Presente
JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA		
JOÃO BATISTA ARAUJO C. DE MACEDO JR		AUSENCIA JUSTIFICADA
LORENA DE MOURA BARBOSA		FÉRIAS
LUCINEIDE BARRETO DO AMARAL		FÉRIAS
MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA		
MELINA ALVES BARBOSA		FÉRIAS
A PAULO IGOR BARRA NASCIMENTO		
A PRISCILLA TEREZA DE A. COSTA	PJ ZONA RÊ-NIA	LICENÇA PRÊMIO
A RAIMUNDO ANTONIO SILVA AIRES		
REGINA LUIZA TAVEIRA DA SILVA		
SAMILE SIMÕES ALCOLUMBRE DE BRITO		LICENÇA MATERNIDADE
A VIVIANE LOBATO SOBRAL FRANCO	3ª PJ de Barcarima	
CLAYTON WOUGHAN DA SILVA	SERV. DE APOIO PJ BARCARENA	
IVAN SILVEIRA DA COSTA	GTI-CAO	
Procuria v.v Ram de s. F	CAO - GTI - GAPI	
MARLY DANIAS NEGLY	SUB-JI	
MARLIZE RIBEIRO BRUNO	Corregedora - Geral	
ROSE MARY EPIFANIO DE CARVALHO	CORREGEDORIA - GERAL	







Anexo 2



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
 COORDENAÇÃO-GERAL DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO  
 REUNIÃO DE TRABALHO

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA/2013  
 REGIÃO ADMINISTRATIVA - NORDESTE II - 29/05/2013

LISTA DE FREQUÊNCIA

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	NOME	ASSINATURA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	Jorge de Mendonça Rocha	
COORDENAÇÃO PGA	16ª de Correição Interna	
OUVIDORIA	Esse Maria Gomes do Vale	
CAO - CÍVEL		
A CAO - CRIMINAL	Jumban Raniel	H. A. E. M.
CAO - CIDADANIA		
CAO - INFÂNCIA E JUVENTUDE		
CAO - CONSTITUCIONAL		
CAO - MEIO AMBIENTE	Nivaldo Carlos dos Santos	
NOME	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	
ACENILDO BOTELHO PONTES		
AFONSO JOFREI MACEDO FERRO	3ª PJ DE BRAGANÇA	Afonso Ferro
AMARILDO DA SILVA GUERRA		
A ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES	Ana Carolina Gomes	3ª PJ Bragança
ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO		AUSÊNCIA JUSTIFICADA
BRENDA MELISSA FERNANDES LOUREIRO BRAGA		
A CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA	PJ Viseu	
A CRISTINA MARIA Q. COLARES	PJ São Miguel	
A DANIEL MENEZES BARROS		
A DANYLLO POMPEU COLARES		
FRANCYS LUCY GALHARDO DO VALE		
GRACE KANEMITSU PARENTE		AUSÊNCIA JUSTIFICADA
GRUCHENHKA OLIVEIRA BAPTISTA FREIRE		
HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA		
JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS NETO		
LILIAN NUNES E NUNES		AUSÊNCIA JUSTIFICADA
A LOUISE REJANE DE ARAÚJO SILVA		
MARCELA CHRISTINE F. MELO CASTELO BRANCO	Marcela Castello Branco	
MÁRCIO SILVA MAUÉS DE FARIAS		
A MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA		
A MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA		
MARIELA CORREA HAGE		
MAURIM LAMEIRA VERGOLINO		
MAURO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA		
A NADILSON PORTILHO GOMES		
PAULO ÂNGELO NOGUEIRA FURTADO		AUSÊNCIA JUSTIFICADA
A SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM	Sabrina Said	
A Adrienne Guimarães	Assessoria CGMP	
THYAGO DA COSTA FEIO	ASSESSORIA SGJ-TA/GAPI	
MARILZE Ribeiro Brito	ASSESSORIA CGMP/GAPI	
Marcia Beltrame Vinagre	Assessoria PTM I APT	







### Anexo 3



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO**  
**REUNIÃO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E**  
**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA/2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – SUDESTE I – 20/06/2013**

**LISTA DE FREQUÊNCIA**

NOME	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	ASSINATURA
OUVIDORIA	Dr. José Maria Gomes dos Santos	
CAO – CÍVEL	Dra. Leane B. Fiuza de Mello (representante dos CAOs)	
CAO – CRIMINAL		
CAO – CIDADANIA		
CAO – INFÂNCIA E JUVENTUDE		
CAO – CONSTITUCIONAL		
CAO – MEIO AMBIENTE		
ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN	PJ Marabá - Infância e Juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos.	AUSENCIA JUSTIFICADA
ALINE TAVARES MOREIRA	PJ Marabá - Defesa do Consumidor, Registros Pub, Família e Sucessão, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.	AUSENCIA JUSTIFICADA
ANTONIO MANOEL CARDOSO DIAS	PJ Marabá - Goianésia do Pará/ Tucuruí e Jacundá	AUSENCIA JUSTIFICADA
CRISTINE MAGELLA SILVA CORRÊA	PJ Marabá - Criminal	
CRYSTINA MICHIKO TAKETA MARIKAWA	PJ Canaã dos Carajás	AUSENCIA JUSTIFICADA
DANELLA MARIA DOS SANTOS DIAS	PJ Marabá - Direitos Humanos, Execuções Penais e Controle Externo da Atividade Policial.	
EDUARDO JOSÉ FALESI DO NASCIMENTO	PJ Canaã dos Carajás	
ELY SORAYA SILVA CESAR	PJ Marabá - Infância e Juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos. <i>E Rondon do Pará</i>	
FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ	PJ Breu Branco	
FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA	PJ Goianésia do Pará	
FRANKLIN JONES VIEIRA DA SILVA	PJ Curionópolis/ PJ Parauapebas - Criminal	
GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO	PJ São Geraldo do Araguaia	
GRUCHENKA OLIVEIRA BAPTISTA FREIRE	PJ Rondon do Pará	AUSENCIA JUSTIFICADA
GUILHERME C. COELHO	PJ Parauapebas - Criminal	AUSENCIA JUSTIFICADA
HYGÉIA VALENTE DE SOUZA MAGALHÃES	PJ Marabá - Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Tribunal do Júri.	
JANE CLEIDE SILVA SOUZA	PJ Marabá - Promotoria Agrária	
JOSÉLIA LEONTINA DE BARROS LOPES	PJ Marabá - Defesa do Consumidor, Registros Públicos, Família e Sucessão, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.	
JÚLIO CÉSAR SOUSA COSTA	PJ Marabá - Defesa da Probidade Administrativa, Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social	
LILIAN VIANA FREIRE	PJ Marabá - Infância e Juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos.	
LILIANE CARVALHO RODRIGUES DE OLIVEIRA	PJ Marabá - Direitos Humanos, Execuções Penais e Controle Externo da Atividade Policial.	AUSENCIA JUSTIFICADA
MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA	PJ Dom Eliseu	
MAYANNA SILVA DE SOUZA QUAIROS	PJ Brejo Grande do Araguaia/ PJ Marabá - Cível	
REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES	PJ Marabá - Criminal	AUSENCIA JUSTIFICADA
RENATA VALERIA PINTO CARDOSO LISBOA	PJ São João do Araguaia	AUSENCIA JUSTIFICADA
MARILZE RIBEIRO BITAR	CGMP - GAPI	
ROSEMARY EPIFANIO DE CARVALHO	CGMP - GAPI	
SANDRA SERRA RODRIGUES	PJJI - GAPI	
IVAN SILVEIRA DA COSTA	GTI/CAO	
VERA TAVARES	OUVIDORIA	







## Anexo 4



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
 COORDENAÇÃO-GERAL DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO  
**REUNIÃO DE TRABALHO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA/2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – BELÉM II – 24/06/2013**

### LISTA DE FREQUÊNCIA

NOME	ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ASSINATURA
CAO – CÍVEL	Dra. Sumaya Saad M. Pereira (representante dos CAOs)	
CAO – CRIMINAL		
CAO – CIDADANIA		
CAO – INFÂNCIA E JUVENTUDE		
CAO – CONSTITUCIONAL		
CAO – MEIO AMBIENTE		
OUVIDORIA	Dr. José Maria Gomes dos Santos	
ALBELY MIRANDA LOBATO TEIXEIRA	PJ Benevides – Cível/ PJ Benevides – Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, das Pessoas com Deficiência e do Idoso.	AUSENCIA JUSTIFICADA
ALDO JOSÉ BRANDÃO SAIFE	PJ Ananindeua – PJ Infância e Juventude	
ALESSANDRA REBELO CLÓS	PJ Marituba – Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa. - <b>COORDENADORA MARITUBA</b>	
ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES	PJ Ananindeua – Infância e Juventude	CONVOCAD
ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO	PJ Ananindeua – Cível/ PJ Benevides – Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, das Pessoas com Deficiência e do Idoso.	FERIAS
ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO	PJ Marituba – Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Público Cultural, da Habitação e do Urbanismo.	FERIAS
ARNALDO CÉLIO DA COSTA AZEVEDO	PJ Ananindeua – Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal do Júri.	Audiência
BEZALIEL CASTRO ALVARENGA	PJ Benevides – Criminal/ PJ Santa Bárbara/ <b>COORDENADOR BENEVIDES</b>	
CARLOS EUGÊNIO RODRIGUES SALGADO DOS SANTOS	PJ Ananindeua – Infância e Juventude	
DARLENE RODRIGUES MOREIRA	PJ Ananindeua – Juizado Especial Criminal	AUSENCIA
EDIVAR CAVALCANTE LIMA JÚNIOR	PJ Ananindeua - Criminal	
HÉLIO RUBENS PINHO PEREIRA	PJ Marituba – Criminal	-
HERENA NEVES MAUÉS C. DE MELO	PJ Ananindeua – Criminal/ PJ Ananindeua – Cível/ PJ Benevides – Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, das Pessoas com Deficiência e do Idoso.	
IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES	PJ Ananindeua – Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.	FERIAS
JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES	PJ Marituba – Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.	
JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS	PJ Ananindeua – Juizado Especial Criminal - <b>COORDENADOR ANANINDEUA</b>	
LAURO FRANCISCO DA SILVA F. JUNIOR	PJ Marituba – Criminal/PJ Marituba – Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Público Cultural, da Habitação e do Urbanismo.	Audiência
LÉA CRISTINA MOUZINHO DA ROCHA	PJ Marituba – Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, das Pessoas com Deficiência e do Idoso.	
LIZETE DE LIMA NASCIMENTO	PJ Ananindeua – Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal do Júri.	AUSENCIA JUSTIFICADA
LOUISE REJANE DE ARAÚJO SILVA	PJ Ananindeua – Infância e Juventude	







## Anexo 5



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
 COORDENAÇÃO-GERAL DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO  
**REUNIÃO DE TRABALHO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA/2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – NORDESTE I – 23/08/2013**

### LISTA DE FREQUÊNCIA

NOME	ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ASSINATURA
ADRIANA PASSOS FERREIRA	PJ SÃO CAETANO DE ODIVELAS.	
ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO	PJ CRIMINAL DE CASTANHAL – COORDENADORA CASTANHAL	
BRENDA MELISSA FERANDES LOUREIRO BRAGA	PJ TOMÉ-AÇÚ	
CARMEN BURLE DA MOTA PAES	PJ CÍVEL DE CASTANHAL – Defesa Comunitária e da Cidadania.	
DANIELA SOUZA FILHO MOURA	PJ SANTA IZABEL DO PARÁ/ JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.	
ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA	PJ CASTANHAL – Agrária e Juizado Especial Criminal	AUSENCIA JUSTIFICADA
FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA	IGARAPÉ AÇÚ.	
HÉLIO RUBENS PINHO PEREIRA	PJ SANTA IZABEL DO PARÁ.	AUSENCIA JUSTIFICADA
ISAAC SACRAMENTO DA SILVA	PJ BUJARU.	
JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS	PJ COLARES/ PJ SANTO ANTONIO DO TAUÁ.	
JAYME FERREIRA BASTOS FILHO	PJ Criminal de Castanhal	
JORGE DELANO DA SILVA	PJ MARACANÃ.	AUSENCIA JUSTIFICADA
LUIZ GUSTAVO LUZ QUADROS	PJ CASTANHAL – Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	
MARIA DE LOURDES COSTA BRASIL	PJ CÍVEL DE CASTANHAL – Defesa Comunitária e da Cidadania.	
MARILÚCIA SANTOS SALES	PJ ACARÁ.	AUSENCIA JUSTIFICADA
NEY TAPIJÓS FERREIRA FRANCO	PJ CASTANHAL – Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher/ PJ CURUÇÁ	AUSENCIA
POLYANA BRASIL MACHADO DE SOUZA	PJ TOMÉ-AÇÚ	AUSENCIA JUSTIFICADA
REGIANE BRITO COELHO OZANAN	PJ CASTANHAL – Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	AUSENCIA JUSTIFICADA
SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU MILÉIO	PJ CASTANHAL – Infância e Juventude e de Órfãos e Interditos, de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos.	AUSENCIA JUSTIFICADA
SÍNTHIA NONATA NEVES DE QUINTANILHA BIBAS MARADEI	PJ MARAPANIM.	AUSENCIA JUSTIFICADA
TATIANA FERREIRA GRANHEN	PJ CASTANHAL – Infância e Juventude e de Órfãos e Interditos, de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos.	
VALÉRIA NOGUEIRA DA SILVA	PJ CÍVEL DE CASTANHAL – Defesa Comunitária e da Cidadania.	AUSENCIA JUSTIFICADA
VYLLYA COSTA BARRA SERENI	PJ SANTA IZABEL DO PARÁ.	
WILSON GAIA FARIAS	PJ INHANGAPI.	AUSENCIA JUSTIFICADA







**Anexo 6: Não houve lista de frequência.**





Anexo 7



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
 COORDENAÇÃO-GERAL DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO  
**REUNIÃO DE TRABALHO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA/2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – BAIXO AMAZONAS – 13/09/2013**

**LISTA DE FREQUÊNCIA**

NOME	ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ASSINATURA
ADLEER CALDERARO SIROTHEAU	PJ Criminal de Santarém/ PJ de Prainha	
ALINE JANUSA TELES MARTINS	PJ de Almerim	AUSENCIA JUSTIFICADA
EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO	PJ do Tribunal do Júri e Entorpecentes de Santarém <i>ABALVO.</i>	-AUSENCIA JUSTIFICADA
EVELIN STAEVIE DOS SANTOS	PJ Criminal de Santarém/ PJ de Porto de Moz	<i>Evelin S dos Santos</i>
IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA	PJ Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial, Execução Penais e Medidas Alternativas/ PJ Agrária de Santarém/ PJ de Terra Santa	<i>Ione Missae</i>
JANAINA ANDRADE DE SOUZA	PJ de Infância e Juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes de Santarém	AUSENCIA JUSTIFICADA
JOSÉ AUGUSTO N. SARMENTO	PJ Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial, Execução Penais e Medidas Alternativas	
LAÉRCIO GUILHEMINO DE ABREU	PJ do Tribunal do Júri e Entorpecentes de Santarém	AUSENCIA JUSTIFICADA
LARISSA BRASIL BRANDÃO	COORDENADORA/ PJ Cível de Santarém	AUSENCIA JUSTIFICADA
LILIAN REGINA FURTADO BRAGA	PJ Criminal de Santarém/ PJ de Alenquer	<i>Lilian Regina</i>
LUZIANA BARATA DANTAS	PJ de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	<i>Luiziana Barata</i>
MÁRCIO LEAL DIAS	PJ de Monte Alegre	AUSENCIA JUSTIFICADA
MAURO MARQUES DE MORAES	PJ de Infância e Juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes de Santarém	AUSENCIA JUSTIFICADA
PAULO ARIAS CARVALHO CRUZ	PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública/ PJ de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo/ Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente	<i>Paulo Arias</i>
PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO	PJ de Óbidos	AUSENCIA JUSTIFICADA
RAIMUNDO NONATO COIMBRA BRASIL	PJ Cível de Santarém	<i>Raimundo Nonato</i>
RENILDA MARIA GUIMARÃES FERREIRA	PJ Cível de Santarém	AUSENCIA JUSTIFICADA
SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME	PJ d Faro/ PJ de Oriximiná	<i>Sabrina Mamede</i>
SAMUEL FURTADO SOBRAL	PJ Cível de Santarém/ PJ de Monte Alegre/ PJ de Óbidos	<i>Samuel Sobral</i>
SANDRO RAMOS CHERMONT	PJ Criminal de Santarém	AUSENCIA JUSTIFICADA
TÚLIO CHAVES NOVAES	PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública	AUSENCIA JUSTIFICADA
<i>EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO</i>	<i>5º PJ T. JURS E ENTORPECENTES</i>	<i>Evandro</i>
<i>JANAINA ANDRADE DE SOUZA</i>	<i>15º PJ Infância e Juventude</i>	<i>Janaina</i>
<i>ANGELA M. DE OLIVEIRA</i>	<i>PJ Auxíliar do CAO CIDADANIA</i>	<i>Angela</i>

ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	NOME	ASSINATURA
CAO – CÍVEL	DRA. FÁBIA DE MELO-FOUNIER (Supervisora administrativa dos CAOs)	<i>Fábia de Melo</i>
CAO – CRIMINAL		
CAO – CIDADANIA		
CAO – INFÂNCIA E JUVENTUDE		
CAO – CONSTITUCIONAL		
CAO – MEIO AMBIENTE		
OUIDORIA	JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS	<i>José Maria</i>
PJII/ GAPI	MARGARIDA MARIA SANTANA DE OLIVEIRA	<i>Margarida</i>
CGMP/ GAPI	ROSE MARY EPIFÂNIO DE CARVALHO	<i>Rose Mary</i>
SUB-ATA/ GAPI	THYAGO DA COSTA FEIO	<i>Thyago</i>
OUIDORIA	GEORGIA HESKETH TOSCANO	<i>Georgia H. Toscano</i>







## Anexo 8



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
 COORDENAÇÃO-GERAL DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO  
**REUNIÃO DE TRABALHO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA/2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – SUDOESTE I – 19/09/2013**

### LISTA DE FREQUÊNCIA

NOME	ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ASSINATURA
AMANDA LUCIANA SALES LOBATO	PJ de Medicilândia/ PJ de Pacajá	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA	PJ de Infância e Juventude/ PJ Agrária/ PJ de Brasil Novo	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
GUSTAVO RODOLFO RAMOS DE ANDRADE	PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública/ PJ de Medicilândia	
LUCIANO AUGUSTO ARAÚJO DA COSTA	PJ Criminal de Altamira/ PJ de Senador José Porfírio	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
MÔNICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA	PJ de Uruará	
RODRIGO AQUINO SILVA	COORDENAÇÃO / PJ Criminal de Altamira	
SILVANA NASC. VAZ DE SOUSA	PJ de Defesa Dos Órfãos e Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos	
ROSANA RIBEIRO LUIZ	Aux ADM - PJ ALTAMIRA	

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	NOME	ASSINATURA
CAO – CÍVEL	DRA. MONICA REI MOREIRA FREIRE (Representante dos CAOs)	
CAO – CRIMINAL		
CAO – CIDADANIA		
CAO – INFÂNCIA E JUVENTUDE		
CAO – CONSTITUCIONAL		
CAO – MEIO AMBIENTE		
OUVIDORIA	JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS	
OUVIDORIA	GEORGIA HESKETH TOSCANO	
CGMP/ GAPI	MARILZE RIBEIRO BITAR	
CGMP/ GAPI	ROSE MARY EPIFÂNIO DE CARVALHO	







## Anexo 9



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
 COORDENAÇÃO-GERAL DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO  
**REUNIÃO DE TRABALHO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E  
 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA/2013 - REGIÃO ADMINISTRATIVA – SUDESTE II – 17/10/2013**

### LISTA DE FREQUÊNCIA

NOME	ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ASSINATURA
Adriana Maria Primo de Carvalho	PJ de Ourilândia do Norte	AUSENCIA JUSTIFICADA
Alan Pierre Chaves Rocha	São Félix do Xingu/ Tucumã	<i>[Assinatura]</i>
Alfredo Martins de Amorim	PJ de Conceição do Araguaia	AUSÊNCIA JUSTIFICADA ( PARTICIPAR DO MOVER)
Cremilda Aquino da Costa	Conceição do Araguaia	<i>[Assinatura]</i>
Ítalo Costa Dias	PJ de Redenção/ Santana do Araguaia	<i>[Assinatura]</i>
Jeanne Maria Farias de Oliveira	PJ de Criminal/ Juizado Especial Criminal	<i>[Assinatura]</i>
Ramon Furtado Santos	Xinguara/ Rio Maria	<i>[Assinatura]</i>
Ligia Valente do Couto de Andrade	PJ Conceição do Araguaia	AUSÊNCIA JUSTIFICADA (REMOVIDA TEMPORARIAMENTE PARA BENEVIDES)
Renato Belini de Oliveira Costa	Xinguara	<i>[Assinatura]</i>
Rosângela Estumano Gonçalves Hartmann	COORDENADORA/PJ de Defesa Comunitária e Cidadania, Infância Juventude e Idosos/ Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente de Redenção.	<i>[Assinatura]</i> Rosângela Hartmann

MÁRCIO SILVA MAUÉS DE FÁRIA

CAO

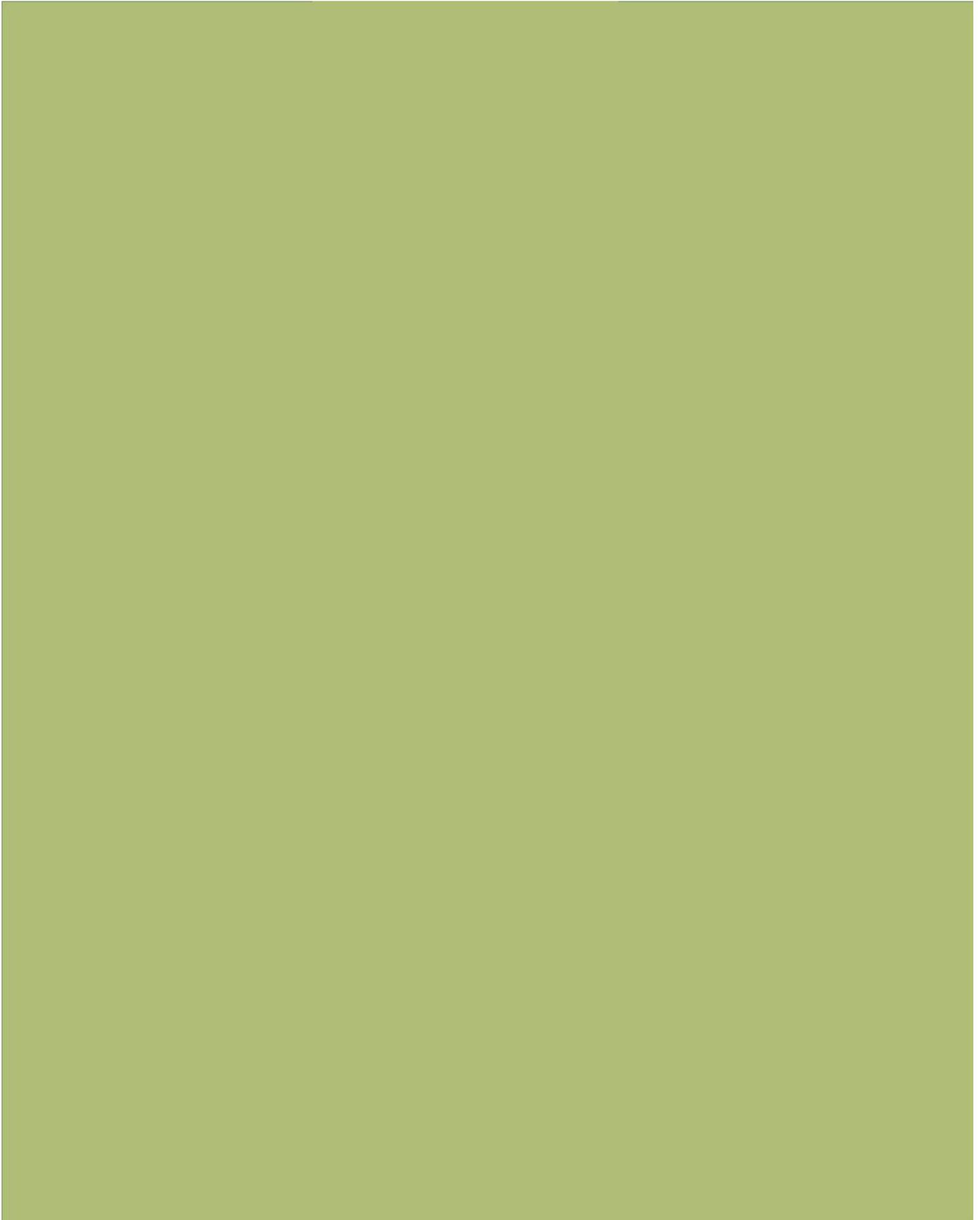
*[Assinatura]*

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	NOME	ASSINATURA
CGMP/ GAPI	MARILZE RIBEIRO BITAR	<i>[Assinatura]</i>
PJIJ/ GAPI	MÁRCIA BETHÂNIA VINAGRE SALES	<i>[Assinatura]</i>
CGMP/ GAPI	ROSE MARY EPIFÂNIO DE CARVALHO	<i>[Assinatura]</i>









Relatório de apresentação das reuniões de trabalho referentes ao Acompanhamento da execução dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará - 2012/2013 - Regiões Administrativas: Belém II, Nordeste I, Nordeste II, Tocantins e Marajó, Sudeste I, Sudeste II, Sudoeste I, Sudoeste II e Baixo Amazonas.



Projeto gráfico: Ruth Campos

